



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos projectos de resolução n.os 46 a 48/IX.

Depois de ter sido anunciada a renúncia ao mandato de Deputado do Sr. Deputado Jorge Godinho (PSD), a Câmara aprovou um parecer da Comissão de Ética relativo à sua substituição.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre o tema «A situação política internacional, designadamente a questão do Iraque», usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso), que proferiu a intervenção inicial, os Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), António Nazaré Pereira (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP), Ana Drago (BE), Isabel Castro (Os Verdes), José Vera Jardim (PS), Correia de Jesus (PSD), António Filipe (PCP) e João Soares (PS).

Ao abrigo do artigo 76.º, n.º 2, do Regimento, procedeu-se a um debate de interesse relevante sobre a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável — Cimeira de Joanesburgo, tendo-se pronunciado, a diverso título, além do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Morais), os Srs. Deputados Maria Ofélia Moleiro (PSD), João Teixeira Lopes (BE), Pedro Silva Pereira (PS), Almeida Henriques (PSD), Honório Novo (PCP), Isabel Gonçalves (CDS-PP), Maria Santos (PS), Heloisa Apolónia (Os Verdes) e Manuel Oliveira (PSD).

A encerrar o debate, proferiram intervenções, além do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território & Ambiente, os Srs. Deputados Heloisa Apolónia (Os Verdes), Honório Novo (PCP), Pedro Silva Pereira (PS) e António Nazaré Pereira (PSD).

Entretanto, a Câmara aprovara os projectos de resolução n.os 46/IX — Viagem do Presidente da República à Finlândia (Presidente da AR), 47/XI IX — Viagem do Presidente da República a Florença (Presidente da AR) e 48/IX IX — Viagem do Presidente da República à Bulgária (Presidente da AR).

Foram aprovados três requerimentos de baixa à 9.ª Comissão, sem votação, por 8 dias, da proposta de lei n.º 19/IX — Autoriza o Governo a criar entidades coordenadoras de transportes nas Regiões Metropolitanas de Lisboa e Porto e a transferir para essas entidades as competências municipais necessárias ao exercício das suas atribuições — e dos projectos de lei n.os 5/IX — Criação das autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e do Porto (PCP) e 11//IX — Cria as autoridades metropolitanas de transportes (BE).

Foi rejeitado, na generalidade, o projecto de lei n.º 7/IX — Estabelece regras de segurança no transporte colectivo de crianças (Os Verdes).

Por último, a Câmara aprovou dois pareceres da Comissão de Ética, autorizando dois Deputados do PSD e do PS a deporem em tribunal como testemunhas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes

Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Dias Loureiro
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Helder do Amaral
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de resolução n.º 46/IX — Viagem do Presidente da República à Finlândia (Presidente da AR), 47/IX — Viagem do Presidente da República a Florença (Presidente da AR), e 48/IX — Viagem do Presidente da República à Bulgária (Presidente da AR).

Deu ainda entrada na Mesa uma carta do Sr. Deputado Jorge Oliveira Godinho (PSD), com o pedido de renúncia ao seu mandato de Deputado, a partir do dia 17 de Dezembro do corrente ano, na sequência da qual a Comissão de Ética emitiu relatório e parecer, do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 19 de Setembro de 2002, pelas 14 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de Deputado:

Substituição nos termos do artigo 7.º (Renúncia ao mandato) do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro):

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Jorge Oliveira Godinho (Círculo Eleitoral de Aveiro), por Pina Marques, com início em 17 de Setembro corrente, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar de imediato este parecer para que o nosso novo colega possa ocupar o seu lugar e participar já nesta sessão.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aprovado o parecer, o Sr. Deputado Pina Marques pode tomar assento na Câmara.

Srs. Deputados, vamos passar agora ao primeiro ponto da ordem do dia de hoje, que consta do debate mensal da Assembleia da República com o Primeiro-Ministro, subordinado ao tema «A situação política internacional, designadamente a questão do Iraque».

Tenho a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Em Janeiro de 1991, Saddam Hussein discursou em Bagdad, apelando ao povo para travar «a mãe de todas as batalhas», após afirmar que não abandonaria o Koweit, pequeno país que, sem qualquer provocação, havia ocupado pela força.

Após 11 anos, o conflito por ele gerado persiste. Pela mesma razão: a obstinação do regime iraquiano em não cumprir o Direito Internacional e as obrigações que lhe foram impostas pelas Nações Unidas.

Julgo que foi Aristóteles quem observou que muitas vezes a guerra é feita para que se possa viver em paz. Nos últimos 11 anos, Saddam Hussein preferiu manter uma lógica de guerra a enveredar pelo caminho da paz traçado pelas Nações Unidas. Saddam Hussein renunciou à paz para sobreviver. O preço desta atitude tem sido pago pelo seu próprio povo. Esta é a realidade. Este deve ser o ponto de partida de qualquer discussão séria sobre a questão do Iraque.

Neste quadro, pensar claro é um imperativo. Pensar claro significa, antes e acima de tudo, reflectir sobre os princípios em que assenta a arquitectura política e jurídica pela qual se deve pautar o comportamento dos vários agentes da comunidade internacional.

Decidir bem pressupõe uma boa informação. Por isso, o Governo tem seguido com extrema atenção todos os desenvolvimentos desta questão e contribuído, nos vários *fora* em que está presente, com as suas posições. Seguir passivamente uma questão de interesse global, como a do Iraque, é um luxo a que Portugal não se pode dar. E a questão do Iraque não é apenas uma questão diplomática; é uma questão que tem a ver com a vida de todos os cidadãos. É uma ameaça à segurança, tem a ver com a ameaça global que o terrorismo representa. Por isso, é importante que a opinião pública a conheça em toda a sua extensão, o que pode significar um conflito com o Iraque e o que pode, e deve, significar a necessidade de travar a ameaça que aquele país, hoje, representa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Esta postura pró-activa levou-me a aceitar o convite que o Presidente Bush me formulou para com ele debater o assunto — entre outros temas — na Casa Branca, na véspera da data altamente simbólica do dia 11 de Setembro. Entendemos que, em momentos de crise, os aliados devem consultar-se e devem ser vistos a fazê-lo pela opinião pública internacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As alianças não são actos de rotina; são, de facto, testadas em circunstâncias excepcionais e nós não nos esquecemos de quem são os nossos aliados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No âmbito da União Europeia, temos procedido a consultas quase diárias com os nossos parceiros, a vários níveis e em várias ocasiões (ainda hoje, troquei impressões com o Primeiro-Ministro Tony Blair). É lógico que assim seja, porque este é o nosso espaço natural de actuação.

Procurámos igualmente dialogar nesta matéria com países terceiros, incluindo o próprio Iraque. Noto que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se reuniu, esta semana, em Nova Iorque, com o seu homólogo iraquiano, a quem transmitiu, sem subterfúgios, a nossa perspectiva sobre esta questão.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pensar claro e falar claro são dois requisitos para uma gestão correcta desta crise. É uma gestão que defende o interesse nacional, o único desígnio que nos move neste processo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Joga-se, no Iraque, a aplicação do princípio da legalidade em matéria internacional. Com efeito, o Governo iraquiano tem ignorado o regime jurídico estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, após a cessação das hostilidades em 1991.

É um facto que há muitas resoluções sobre a matéria — pelo menos 16 —, aprovadas em anos diversos e estabelecidas com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Este pormenor é relevante porque é este capítulo que trata das acções das Nações Unidas decorrentes de situações consideradas como ameaçando a paz e a segurança internacionais, ou de reacções das Nações Unidas contra actos de agressão. O Iraque tem estado continuamente, desde 1991, debaixo deste regime. É, pois, um caso excepcional, que deve ser tratado de modo excepcional.

Deste ponto decorre um outro, que não deveremos perder de vista: o Iraque ocupa a posição de réu neste processo. O queixoso é a própria comunidade internacional e o Conselho de Segurança tem procurado funcionar como o juiz. Convém, assim, que não se invertam os pratos da balança.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É que, a este respeito, deixem-me que vos diga, Srs. Deputados: às vezes, ao ouvir alguns advogados de Saddam Hussein, dá a impressão de que o réu são os Estados Unidos da América, as Nações Unidas e a comunidade internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — São só testemunhas!

O Orador: — Outro facto importante: o Iraque teve na sua mão a possibilidade de ter parado esta crise, há já largos anos. Como é que poderia tê-lo feito? Bastava-lhe, para tanto, ter cumprido sem vacilações o mapa de actuação traçado pelas Nações Unidas, que incluía, nomeadamente: o desmantelamento das suas armas de destruição maciça e da capacidade para as fabricar; a libertação dos prisioneiros de guerra do Koweit; e indemnizações a pagar a terceiros pelos actos de depredação causados pela guerra de agressão contra o Koweit.

Sabemos o que se passou. Conhecemos os obstáculos colocados por Bagdad às inspecções das Nações Unidas que inviabilizaram os trabalhos da UNSCOM, a missão criada pela ONU para fiscalizar o desarmamento iraquiano.

O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas viu, em mais de uma ocasião, frustrados os seus nobres esforços nesta matéria, pelo facto de o Iraque, através de várias manobras dilatórias, não ter cumprido os compromissos assumidos perante ele próprio, Secretário-Geral, e as Nações Unidas.

Portugal conheceu bem as dificuldades em lidar com o Iraque, quando, em 1997 e 1998, presidiu ao Comité criado pelo Conselho de Segurança para fiscalizar a aplicação das sanções ao Iraque. Portugal desenvolveu, aliás, para além deste, um trabalho meritório de natureza humanitária, orientado para satisfazer as necessidades básicas da população iraquiana, não obstante dificuldades de vária ordem suscitadas pelo lado iraquiano.

Em suma, é tempo de o Iraque mostrar que nada tem a esconder, mostrar que está a cumprir a lei internacional, e provar, em termos práticos, que a sua recente tomada de posição perante as Nações Unidas será mais do que a mera repetição de manobras idênticas, de natureza dilatória, tomadas no passado.

Mas, atenção, Srs. Deputados: alguém sinceramente acredita que, se não fosse o discurso do Presidente norte-americano nas Nações Unidas, se não fosse a pressão de tantos aliados dos Estados Unidos, se não fosse inclusive a pressão dos países árabes moderados, o Iraque já teria enviado a carta que enviou ao Secretário-Geral das Nações Unidas? Não será isto a demonstração de que a pressão é o caminho certo para lidar com uma ditadura como aquela que temos de enfrentar?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso mesmo, porque temos de manter a pressão, devemos compreender que a comunidade internacional não poderá, à partida, excluir qualquer opção, se desejar pressionar eficazmente aquele regime. O contrário equivaleria a beneficiar o infractor.

Por isso, impende sobre os membros do Conselho de Segurança, todos eles, agirem de acordo com as responsabilidades que lhes foram confiadas pelos outros membros das Nações Unidas. «Falhar» é uma palavra que não pode constar do nosso vocabulário. A firmeza é o pré-requisito para a procura de uma solução política para esta situação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos contactos que tenho mantido com dirigentes europeus e norte-americanos, tenho insistido sempre na ideia de que devemos evitar que a relação transatlântica se venha a tornar numa «baixa» colateral, no caso do Iraque. Há claramente um défice recíproco de percepção no modo como esta questão tem sido seguida dos dois lados do Atlântico. Há, em simultâneo, um *superavit* de críticas e recriminações mútuas que, por vezes, geram um diálogo de surdos. Monólogos não geram decisões. Devemos dialogar com os nossos aliados, procurando que o elo transatlântico se mantenha e que não se desfaça a coligação global contra o terrorismo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo português entende que o recente discurso do Presidente dos Estados Unidos da América perante a Assembleia Geral das Nações Unidas é um contributo importante para manter a Europa e os Estados Unidos juntos numa questão de importância capital para ambos. Já transmiti esta reacção ao Presidente Bush e a intervenção de Portugal na mesma Assembleia Geral, por parte do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, reflectiu este entendimento.

É também importante que este processo de consultas entre Estados continue a incluir os nossos amigos árabes — e sublinho a palavra «amigos». A Europa e os Estados Unidos da América têm um interesse óbvio em mostrar ao mundo muçulmano que não há qualquer conspiração contra ele — no Iraque, ou em qualquer outro lugar. Aquilo que existe é uma reacção legítima da comunidade internacional contra um Estado — e apenas esse Estado — que insiste em ignorar as obrigações que unanimemente lhe foram impostas pelas Nações Unidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Expus, com total frontalidade, a linha que o Governo português tem seguido na gestão da crise suscitada pelo Iraque. Como em tudo na vida, há que agir com bom senso, agir em prol dos princípios e dos valores que ligam a Europa e a América do Norte. Uma simples flutuação ao sabor da corrente não defenderia de forma eficaz os interesses de Portugal neste caso, enquanto participante activo, construtivo e respeitado da comunidade internacional.

Acreditamos firmemente que o Iraque deve demonstrar por actos, e não por uma mera repetição de palavras, que desistiu dos seus propósitos de desenvolver armas de destruição maciça. Estas são, pela sua própria natureza, uma ameaça global que deverá ser contrariada por uma resposta global.

Não nos devemos esquecer que este regime iraquiano originou já duas guerras de agressão — contra o Koweit e o Irão — e não hesitou em alvejar com mísseis de alcance intermédio as capitais de dois Estados-membros das Nações Unidas. Dificilmente poderemos fazer também tábua rasa do modo como Bagdad tratou, internamente, os curdos e outras minorias étnicas. A amnésia selectiva produz sempre maus resultados em matéria de defesa dos direitos humanos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que termine.

O Orador: — Estou mesmo a terminar, Sr. Presidente.

Por tudo isto, se tivesse de dizer hoje algo a Saddam Hussein, fá-lo-ia do seguinte modo (e gostaria que fosse esta não apenas a mensagem do Governo português, mas a mensagem da Assembleia da República, a mensagem de todo o povo português): «Sr. Presidente, queremos evitar um novo conflito com o Iraque; esteve sempre na sua mão fazê-lo. Por isso, pense no seu povo e demonstre-nos, por acções concretas, que é também esse o seu desejo. Cumpra as resoluções das Nações Unidas. Respeite a comunidade internacional».

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos proceder ao debate da Assembleia da República com o Sr. Primeiro-Ministro, ou vice-versa (tudo depende do ponto de vista), de acordo com as regras habituais.

Está entendido que o tempo disponível para cada partido pode ser utilizado com uma certa flexibilidade, na medida em que alguns dos responsáveis dos grupos parlamentares poderão querer fazer intervenções mais longas. Têm de se confinar, isso, sim, ao tempo limite atribuído a cada um dos partidos, conforme a proporção que é estabelecida e é comum aos outros debates.

Em primeiro lugar, segundo a praxe, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, ficou a dúvida, na bancada do Governo (e não sei se também na Câmara), sobre se há ou não alguma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro. Obviamente, não quero tirar o direito de intervir ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues, mas não sei se o debate correrá com normalidade se colocarem as perguntas mais tarde.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o que ficou acordado é que cada um dos partidos, conforme as regras habituais, disporia do seu tempo ou para formular perguntas ou para fazer intervenções.

De acordo com a praxe, dou a palavra ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

Tem a palavra.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Peço desculpa, mas os Srs. Deputados não podem pôr em causa o facto de eu ter dado a palavra ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues. Foi isso que ficou acordado em Conferência de Líderes, foi esse o entendimento.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, peço-lhe imensa desculpa mas há aqui um incidente que tenho de sanar e, a esse propósito, vários Srs. Deputados pretendem usar da palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, o meu entendimento do que estava acordado era que cada grupo parlamentar utilizaria o seu tempo ou em perguntas ou em intervenções.

O Sr. Presidente: — Foi o que eu disse, Sr. Deputado.

O Orador: — E obviamente que o Partido Socialista está, de acordo com a grelha, em primeiro lugar nessa matéria. O que pergunto é se as perguntas vêm depois das intervenções.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É isso mesmo!

O Sr. Presidente: — O meu entendimento, Sr. Deputado Bernardino Soares, é que, de acordo com a grelha, cada um utiliza o tempo que lhe cabe conforme entender. Isso é o que me parece. Mas é possível que eu esteja errado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, com o devido respeito pelo entendimento de V. Ex.^a, e face à disponibilidade do Sr. Deputado Ferro Rodrigues para fazer já a sua intervenção, será muito estranho se, ao longo deste debate, nós ouvirmos ser feita uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro três intervenções depois da dele. Não é normal.

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Orador: — Portanto, havendo perguntas em relação às intervenções, elas têm de ser feitas imediatamente a seguir às intervenções, por uma questão de ordem lógica e de compreensão do debate.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, o que posso dizer-lhe é que não sei se o Sr. Deputado Ferro Rodrigues vai ou não fazer uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. José Magalhães (PS): — É óbvio!

O Sr. Presidente: — ... ou até várias!

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, a questão é muito clara. V. Ex.^a disse, e bem, e ninguém põe em causa esse entendimento, que cada grupo parlamentar faria a gestão do seu tempo da forma que entendesse, formulando perguntas ou fazendo intervenções. Mas isso não altera as regras normais do debate, ou seja, quem optou — e parece ter sido a opção do Partido Socialista — por fazer a intervenção, terá de fazê-la no momento próprio, deixando que aqueles que optaram por fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro as façam em primeiro lugar. A menos que o Partido Socialista queira também fazer uma pergunta ou tenha inscrito alguém para esse efeito. Mas o que não pode é optar pela intervenção e prejudicar a sequência normal das perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, como não poderão prejudicar-se as perguntas ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues depois da sua intervenção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Silva, nos debates do Sr. Primeiro-Ministro com a Assembleia da República, usualmente são formuladas diversas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro e nunca me recordo de terem sido feitos pedidos de esclarecimento a esses oradores. Nem sei se isso está previsto regimentalmente.

Para este debate, em especial, tratando-se de uma matéria tão específica como é a da situação internacional, designadamente a situação no Iraque, o que eu entendi foi que poderíamos gerir o tempo com mais versatilidade, mas respeitando, segundo o meu entendimento, os limites e a

ordem estabelecida para as intervenções dos diversos partidos.

Mesmo que haja perguntas ao Primeiro-Ministro depois da intervenção do Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, elas não perderão actualidade. Mantenho a minha decisão!

Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, tem a palavra.

Aplausos do PS.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente!

Começo por dizer aos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP que podem estar descansados que eu vou falar, exactamente, sobre a questão do Iraque.

Sobre o resto, já falei hoje suficientemente e de forma a que todos ouvissem.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A violação flagrante e sistemática, pelo regime iraquiano, das resoluções das Nações Unidas — em especial, das Resoluções n.^{os} 687 e 1284 — constitui um grave desafio à comunidade internacional. A aceitação, por parte das autoridades iraquianas, no dia 16 de Setembro, do retorno dos inspectores das Nações Unidas é um passo sem dúvida tardio, de um regime ditatorial, arrogante e que tem agido no mais completo desrespeito pela legalidade internacional.

Mas não é, sobretudo, a natureza e o comportamento das autoridades iraquianas que quero aqui passar em revista. O tema dispensaria por si demasiadas conjecturas. O que é importante, neste debate, é clarificar posições sobre as soluções para a presente crise e fixar doutrina sobre os quadros de legitimidade de uma intervenção militar. O País exige-nos aqui clareza e coerência.

Em primeiro lugar, queremos que o regime iraquiano execute sem sofismas aquilo a que se comprometeu na carta de 16 de Setembro dirigida ao Secretário-Geral Kofi Annan. Aliás, depois disso, já o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve, e muito bem, com o seu homólogo iraquiano e, certamente, terá boas informações para nos prestar sobre essa matéria. Este seria o primeiro passo para a normalização das suas relações com a comunidade internacional.

Do nosso ponto de vista, a tarefa que se coloca neste preciso momento à comunidade internacional é, efectivamente, despojar o Iraque de armas de destruição, impedindo que seja uma ameaça para a paz e segurança da região. O eventual uso da força deverá ser balizado por este objectivo e pela necessidade de acatamento das resoluções das Nações Unidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Terá de ser este, e não qualquer outro, o horizonte da acção da comunidade internacional.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, a partir do regresso dos inspectores, consideramos conveniente a aprovação, pelas Nações Unidas, de uma resolução ou de resoluções que reforcem as já emitidas.

São estes, a nosso ver, os objectivos e os quadros de uma acção da comunidade internacional na resolução da presente crise. Uma acção unilateral, à revelia das Nações Unidas e da legalidade internacional — digamo-lo com clareza — carece de base de legitimidade. E devo dizer que não terá o nosso apoio!

Aplausos do PS.

Ao dizer isto, com toda a clareza, não procuramos uma diferenciação forçada com as posições já expressas pelo Sr. Primeiro-Ministro, com quem, aliás, tive ocasião de falar em vários momentos, antes e depois da sua visita ao Presidente Bush.

Estas são matérias que exigem um particular sentido de responsabilidade e de coerência do Estado português no plano do seu posicionamento internacional.

Nós reafirmamos o papel das Nações Unidas como sede da legitimidade político-normativa da sociedade internacional. Revemo-nos nas linhas gerais da intervenção do Secretário-Geral Kofi Annan perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 12 de Setembro; revemo-nos igualmente nas posições, repetidamente expressas, por Sua Excelência o Presidente da República a este respeito; estamos em sintonia com as posições expressas pela União Europeia e pela sua presidência ao longo desta crise; fazemos eco, também a este propósito, das declarações da diplomacia do Vaticano. Não procuramos, pois, exhibir aqui qualquer singularidade, mas consolidar o consenso da comunidade internacional a propósito da presente crise e, mais em geral, estabelecer princípios sólidos sobre os quadros de legitimidade que balizem o direito de ingerência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A identidade político-diplomática de Portugal no pós-25 de Abril caracterizou-se pela quebra do isolamento anterior, pela inserção em instituições multilaterais e por um alinhamento com as Nações Unidas. Estivemos à altura dos nossos compromissos quando disponibilizámos forças para operações de manutenção de paz em Moçambique e em Angola, mas também na Bósnia e no Kosovo. E, com isso, reforçámos a nossa legitimidade para, em Setembro de 1999, reclamarmos a intervenção humanitária das Nações Unidas em Timor e evitarmos, assim, um genocídio em preparação. É esta identidade político-diplomática, norteada por uma política de princípios, que, a nosso ver, mais convém a um pequeno país, como Portugal, membro pleno e activo da União Europeia e com projecção sobre outros continentes e espaços culturais.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Muito bem!

O Orador: — Um seguidismo irreflectido de posições que careçam de base clara de legitimidade e que não sejam coerentes com a identidade político-diplomática que Portugal assumiu nas últimas duas décadas e meia diminui o espaço de actuação próprio do País.

Aplausos do PS.

É também no interesse bem ponderado de Portugal que nós reafirmamos aqui a necessidade de alinhamento por

uma política coerente e de princípios. Como dizia uma figura de referência da política internacional, se os Estados grandes se podem fazer respeitar pela força, os pequenos Estados têm de se fazer respeitar pelos princípios.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O mundo pós-11 de Setembro exige um esforço colectivo no sentido da afirmação da primazia do Direito Internacional. Esta primazia tem de ser construída paulatinamente: a instituição do Tribunal Penal Internacional; o consenso internacional na luta contra o terrorismo e os crimes contra a humanidade; a definição dos quadros de legitimidade do direito de ingerência humanitária são passos no sentido certo. O reforço do sistema das Nações Unidas, dotando a Organização de meios eficazes para operações de manutenção e imposição da paz, uma melhor regulação global, passando, nomeadamente, pela instituição de um Conselho de Segurança Económica e Social, são exigências cuja acuidade foi renovada pelos acontecimentos trágicos de há um ano atrás e que se podem tentar compreender, mas que são injustificáveis à luz de qualquer princípio!

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Muito bem!

O Orador: — É para esta linha de rumo e para estas causas que, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apelo a um consenso desta Assembleia.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na sua declaração a esta Câmara, Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos uma exposição clara, uma exposição que revela bem que compete ao Governo — e o Governo sabe como deve fazê-lo — a gestão da política externa de Portugal.

Por várias vezes, durante a sua intervenção, anunciou o Sr. Primeiro-Ministro as múltiplas oportunidades em que o governo português serviu, ao longo deste período, uma perspectiva de paz neste conflito.

A Resolução n.º 1284, do Conselho de Segurança da ONU, de 1999, permitiu a obrigação, da parte das autoridades iraquianas, de oferecerem total colaboração aos inspectores.

De facto, Sr. Primeiro-Ministro, notava isso na sua intervenção, várias equipas de inspecção relataram diferentes situações, em que os próprios guias iraquianos, percebendo para onde as equipas de inspecção se dirigiam, avisavam as autoridades iraquianas com antecedência dos lugares a inspecionar; que as autoridades iraquianas utilizaram outros subterfúgios, como por exemplo a interrupção de estradas, o atraso das caravanas, a pressão psicológica com telefonemas a meio da noite para os hotéis onde estavam instalados os inspectores, e outras medidas dilatórias do efectivo exercício da actividade de inspecção.

Desde 1998, instalações de armas nucleares de Qaim, de Kadat de Qa Qaa de Tuwaitha, e armas biológicas em Taleju, em Mohammediyat, em Daura, de armas químicas em Fallujah, segundo o recente relatório do Instituto In-

ternacional de Estudos Estratégicos, não são sujeitos a qualquer inspecção depois de os inspectores da ONU terem sido várias vezes expulsos do Iraque, no cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde 1998, Sr. Primeiro-Ministro, há indícios baseados em imagens de satélite que apontam para a possibilidade de o Iraque estar a rearmar-se, nomeadamente através da recente reconstrução ou ampliação de 50 centros de fabrico e armamento.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, anunciou diferentes diligências que Portugal realizou no seio da comunidade internacional e em diálogos bilaterais com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque. Que garantias, Sr. Primeiro-Ministro, é que o Iraque tem dado, através dos fóruns internacionais e através das relações bilaterais, que cumpre, agora, as obrigações com a ONU, permita a livre inspecção das equipas da ONU, que cumpre as pelo menos 16 resoluções do Conselho de Segurança que até agora não cumpriu? E quais as garantias de que o Iraque passe a respeitar os direitos das suas minorias, o direito do seu povo curdo, que esta sua nova atitude não seja, de facto, senão uma manobra dilatória, mais uma, para que continue impunemente um regime opressor, expansionista e desrespeitador dos direitos internacionais?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — É uma pergunta difícil!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Nazaré Pereira, pergunta-me sobre quais as intenções reais do regime iraquiano e do ditador Saddam Hussein.

Temos de olhar para o passado. E a verdade é que a palavra de Saddam Hussein não tem correspondido à sua acção. Por exemplo, na véspera da invasão do Koweit, garantiu ao Presidente do Egito, Hosni Mubarak, que não o faria. E viu-se o resultado!

O Iraque mente constantemente! Por quatro vezes, durante 1997 e 1998, o seu ditador chegou a acordo com as Nações Unidas para o recomeço das inspecções, mas, mais tarde, obstruiu-as! E nós conhecemos bem isto!

A última missão de inspectores que esteve no Iraque, em 1998, foi acompanhada por um grupo de diplomatas, integrando esse grupo o nosso Embaixador e Representante Permanente junto das nações e Unidas, Embaixador António Monteiro, que é testemunha da obstrução sistemática por parte das autoridades iraquianas, facto que poderá repetir-se desta vez, o que é significativo, de o Iraque autorizar a entrada de inspectores mas, depois, não autorizar a sua livre circulação e o seu trabalho de inspecção. Há testemunhos directos da nossa diplomacia desta falta de colaboração do Iraque com as Nações Unidas.

Além disto, o Iraque tem um regime repressor, tem uma das ditaduras mais terríveis que há no mundo. O seu Parlamento não existe, é uma farsa. Não existe oposição. O ditador controla tudo. Tem vários mecanismos orientados apenas para a repressão. Eu sugiro aos Srs. Deputados que vejam o que, sobre a matéria, referem não apenas os relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas — amputações, violações, mutilações, torturas, feitas por aquele re-

gime —, como a Organização *Human Rights Watch* (Observatório dos Direitos Humanos). Trata-se de uma das piores ditaduras à face da Terra,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o que é que se passa na Arábia Saudita?

O Orador: — ... e eu não consigo compreender como alguém que se diz progressista aparece a defender manter no poder um ditador que atoriza 25 milhões de pessoas, há várias décadas. Não consigo compreender como é que tal pode acontecer!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Diferentemente de outras ditaduras — porque há muitas outras ditaduras —, o Iraque é um agressor: lançou mísseis balísticos sobre quatro países vizinhos (o Irão, o Barém, a Arábia Saudita e Israel) e provocou duas guerras, em 1980 e em 1990, que levaram à morte de milhões de pessoas. Por isso, Srs. Deputados, vamos ser aqui objectivos: comparando com Milosevic, o actual ditador do Iraque é muito pior em todos os aspectos.

O governo de que fez parte o Dr. Ferro Rodrigues, em 1998, autorizou e votou a favor do bombardeamento da Jugoslávia e do Kosovo sem que uma resolução das Nações Unidas o habilitasse especificamente. Aceitou, votou favoravelmente — e bem — na base do desrespeito de outras resoluções das Nações Unidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E bem!

O Orador: — Penso, por isso, que, no essencial, nesta matéria não há divergências com o maior partido da oposição — quero registá-lo. Creio que os objectivos e os valores são os mesmos mas que haverá, talvez, temos que reconhecê-lo, uma diferença de tom e de registo no modo como abordamos a matéria.

Quero salvaguardar que, segundo o que percebi da intervenção do Sr. Deputado Ferro Rodrigues, em termos de objectivos, há um consenso amplo nesta Assembleia. Mas atenção: há uma diferença de tom, e o tom aqui é importante, a meu ver. Não estamos agora a discutir — pelo menos, não me parece oportuno discuti-lo neste momento — o que se fará em caso de uma acção militar; o que estamos a fazer, neste momento, é pressão máxima sobre o ditador, sobre aquela ditadura, para que ele cumpra as resoluções das Nações Unidas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Todos nós queremos o cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por essa razão, Sr. Deputado, que temos as maiores dúvidas sobre quais as intenções do actual regime iraquiano. Sinceramente, fazemos votos para que ele cumpra.

Penso que todas as pessoas bem formadas preferem a paz à guerra.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Todas as pessoas bem formadas preferem uma solução política e diplomática a uma solução militar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Honestamente, nesta fase, não me parece possível — e tenho que o dizer, com verdade, à Assembleia da República — excluir uma opção militar por parte das Nações Unidas, que nós queremos que seja no âmbito das Nações Unidas, com certeza!

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Muito bem!

O Orador: — E a esse respeito, Srs. Deputados, quero chamar a vossa atenção para um ponto importante. O Presidente norte-americano anunciou a sua política face ao Iraque perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. É verdade que existem hoje — e não quero iludir nenhuma questão, porque gostava de ter uma discussão séria sobre esta matéria — preocupações legítimas sobre uma tendência unilateralista na política norte-americana. É verdade que essas preocupações existem!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Mas que espanto!

O Orador: — A mensagem que fui levar ao Presidente Bush (e parte dela foi, aliás, transmitida) foi a de que os Aliados têm opiniões e devem ser respeitados. Por isso, nós defendemos uma convergência entre os Aliados nesta matéria.

Contudo, nesta fase, honestamente, não podemos excluir a necessidade do recurso à força no caso de o Iraque não respeitar as resoluções das Nações Unidas, daí que tenhamos de manter a vigilância e a pressão.

Peço aos Srs. Deputados que, independentemente de divergências que possam existir quanto ao tom ou ao registo, façam um esforço para ver o que é essencial, e para nós o essencial é a paz mas também a liberdade e a democracia contra as ditaduras que oprimem o seu próprio povo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, seja-me permitida uma palavra pessoal para saudar V. Ex.^a, com muita amizade, nesta nossa — também sua — Casa.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos com atenção a sua exposição e a resposta que acabou de dar ao Sr. Deputado do PSD e quero dizer-lhe que a bancada do CDS-PP se revê inteiramente nessa posição, quer na análise que faz do regime iraquiano, que é, realmente, a todos os títulos, um regime terrível — como alguém dizia hoje, é uma aberração à face da Terra, nos tempos que correm —, quer na apreciação que faz das posições sistemáticas do Presidente Saddam Hussein em relação às decisões das Nações Unidas, quer naquilo que ele representa de ameaça à paz mundial. Creio que, ainda anteontem, o Secretário de Estado da Defesa, Rumsfeld, dizia que o Iraque não é apenas uma ameaça aos Estados Unidos, é uma ameaça ao mundo, é uma ameaça à civilização tal como nós a conhecemos.

Sr. Primeiro-Ministro, é aqui que creio que o problema se coloca. É uma ameaça porquê? V. Ex.^a já o disse. Em primeiro lugar, porque dispõe, eventualmente, de armas de destruição maciça (e digo «eventualmente» porque ele não se deixa fiscalizar há longos anos), mas não só por isso: também há fundadas suspeitas de que é um centro de apoio à Al-Qaeda e, portanto, ao terrorismo internacional, com ligações que necessitam de ser esclarecidas e desmanteladas, no caso de elas existirem.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão que agora se coloca é a de saber se esta convicção fica restrita a Washington e aos Estados Unidos apenas ou se, pelo contrário, é uma convicção que é partilhada firmemente — não apenas formalmente — por todos aqueles que querem o mundo em paz, em civilização e em liberdade. Essa é a questão, ou seja, temos de saber se, por exemplo, a Rússia, a China, a Europa partilham desta mesma convicção ou se, pelo contrário, há dúvidas, hesitações e susceptibilidades nessa matéria.

O Dr. Freitas do Amaral escreveu hoje um artigo muito interessante e importante na *Visão*, mas cuja posição não acompanho quando refere que a extrema direita está a influenciar a Administração Bush — não o acompanho nessa sua apreciação, de todo!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é influência!...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É presença!

O Orador: — Acalmem-se, acalmem-se... Não se zanguem! Nesse aspecto não o acompanho, mas já o acompanho perfeitamente, e concordo com ele, quando faz uma análise, dizendo que uma intervenção unilateral dos Estados Unidos sem os devidos cuidados, sem a devida cautela, sem a solidariedade das Nações amigas, sem a intervenção dos mecanismos de Direito Internacional, sem a intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas também poderia ser uma ameaça à paz mundial, com consequências devastadoras não apenas para os Estados Unidos mas para o mundo inteiro.

É neste equilíbrio que quero que o problema se coloque, e é neste equilíbrio — dizêmo-lo com clareza — que o Governo tem colocado esta questão, de uma forma moderada, serena, competente.

Quando V. Ex.^a é recebido em Washington, numa data tão marcante, esse é, obviamente, um momento muito importante de protagonismo internacional para Portugal; ou quando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros faz uma declaração notável nas Nações Unidas, há bem pouco tempo, congratulando-se com a abertura — aparente ou não, veremos! — de Saddam Hussein para deixar entrar os inspetores sem condições, há a moderação entre quem respeita os seus Aliados e quem está com eles quando deve estar e, também, de quem tem uma percepção clara de delicadeza do problema em causa e dos interesses que se defrontam.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta fundamental, se alguma haveria a fazer, porque a sua intervenção foi muito esclarecedora... — e as intervenções do Sr. Ministro nesta matéria, que não aqui, também o têm sido. Aliás, abrindo um parêntesis, Portugal tem tido um protagonismo internacional que há muito tempo não tinha, temos de o reconhecer.

É perfeitamente verdade! Desde a Presidência da OSCE e da intervenção feita em Berlim — quem lá esteve viu e constatou que assim foi — até à intervenção que tem tido nesta matéria do conflito com o Iraque.

Mas, dizia eu, o grande problema a encarar e a esclarecer aqui é o seguinte: será possível admitir, Sr. Primeiro-Ministro, que o Conselho de Segurança possa vetar qualquer intervenção militar dos Estados Unidos? Será possível admitir que um membro do Conselho de Segurança o faça, por razões que possam não ser agora do nosso conhecimento, razões que não se prendam com a verdade substancial das coisas mas com a táctica conjuntural e política do país?

Qual é a posição de Portugal nesse domínio? Como reagirá Portugal? Sei que a futurologia é sempre má conselheira, mas há, obviamente, possibilidades para as quais temos de estar preparados. E, como V. Ex.^a referiu, não podemos concordar, de todo em todo, com aqueles que se opõem, em qualquer circunstância, a uma intervenção militar — esses são aqueles que querem julgar os Estados Unidos como réu e não os agressores —, mas também não podemos concordar com aqueles que querem impor, a qualquer preço e sem quaisquer condições, uma intervenção militar que pode ser devastadora para o mundo.

É, pois, neste equilíbrio, Sr. Primeiro-Ministro, que gostaria que V. Ex.^a pudesse aprofundar a posição do Governo português.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Basílio Horta, muito obrigado pelas referências que fez à actuação do Governo nesta matéria.

Há o plano da análise e há o plano da acção, e, até por formação e pelas funções que exercei anteriormente, gosto muito do plano da análise nesta matéria. Porém, tenho de ter bastante prudência porque, neste momento, não estou a falar como analista mas como decisivo e, por isso, tenho de concentrar-me no que me parece importante em termos da posição de Portugal, do ponto de vista externo relativamente a esta matéria.

Mesmo assim, confesso que não resisto ao repto que o Sr. Deputado Basílio Horta me lançou e terei de fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, sobre a questão norte-americana, alguns meios políticos europeus estão a fazer a análise da posição norte-americana baseada numa pretensa hegemonia de uma certa direita na Administração do Sr. Bush. É verdade que o Sr. Bush situa-se à direita no espectro político norte-americano e que o Sr. Clinton estava à esquerda do Sr. Bush. Mas, atenção, nesta matéria eles estão de acordo!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Também eu!

O Orador: — Não sei se já leram as declarações do Presidente Clinton sobre a matéria.

Portanto, parece-me de um simplismo absoluto estar a atribuir uma determinada posição norte-americana a uma mera questão ideológica. Antes terá a ver com outras razões que, talvez um dia, também as possamos analisar. Mas esta é a minha convicção.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — E é correcta!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado Basílio Hora questiona-me sobre as Nações Unidas e o que poderá passar-se, ou não, no Conselho de Segurança. Também lhe vou dar a conhecer a minha sensibilidade.

Estou absolutamente convicto de que se não houver cumprimento das resoluções já existentes por parte do Iraque não haverá obstáculo no Conselho de Segurança a uma intervenção contra o Iraque, incluindo da parte da Rússia e da China. Não estou a evitar questão alguma: estou absolutamente convicto disso se não houver cumprimento da parte do Iraque. E é por isso que entendo que devemos concentrar tudo na exigência do cumprimento porque, como disse, ninguém bem formado quer a guerra.

Vamos tentar que o Iraque respeite as resoluções das Nações Unidas, por isso é que deve ser saudado o gesto do Presidente Bush de ir apresentar o caso às Nações Unidas, à Assembleia Geral.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No passado — e esta é a ironia de algumas análises — os presidentes norte-americanos anunciam os planos, normalmente, na Sala Oval da Casa Branca ou perante um congresso de veteranos de guerra, não o faziam na Assembleia Geral das Nações Unidas. É uma ironia e é interessante que o presidente que é acusado de ser unilateral é aquele que o faz perante a Assembleia Geral e, do mesmo modo, é interessante que o actual Presidente norte-americano, que é acusado por muitos de ser extremista, tenha sido o primeiro presidente norte-americano a reconhecer a necessidade e a indispensabilidade de um Estado palestiniano independente. É, de facto, também uma ironia!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, temos de ver a realidade com objectividade e seriedade, e não apenas com uma visão estereotipada ou ideológica.

Protestos do Deputado do PCP, António Filipe.

Sr. Deputado Basílio Horta, a minha resposta é esta: vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, na União Europeia e com outros parceiros, nomeadamente os países árabes moderados — nós estamos muito perto e somos amigos de alguns deles —, com quem temos estado a falar (é o caso da Liga Árabe), para que o Iraque cumpra as resoluções das Nações Unidas.

A este propósito, quero chamar a atenção, mais uma vez, para um aspecto que pode interessar à opinião pública portuguesa, ao cidadão comum: esta não é uma questão que diga apenas respeito aos diplomatas ou aos militares. A ameaça do terrorismo é séria e global. Há pouco tempo, alguém imaginava o terror que foi o 11 de Setembro do ano passado? Será responsável da parte da comunidade internacional, hoje, permitir que regimes como aquele fabriquem armas de destruição maciça? Será aceitável que a comunidade internacional nada faça perante uma ameaça que vê crescer? Será aceitável que a comunidade internacional nada faça perante um regime que tem albergado (isso está perfeitamente estabelecido) terroristas no seu território?

Ainda há dias, suicidou-se, em condições não esclarecidas, um conhecido terrorista internacional do Abul Nidal, aliás responsável por um atentado cometido no nosso país há alguns anos atrás.

Estamos, portanto, perante um regime que apoia redes terroristas internacionais, que tem, de acordo com as informações disponíveis, armas de destruição maciça biológicas e químicas e que pode estar na iminência de possuir armas nucleares.

A comunidade internacional pode correr o risco de deixar este regime reforçar-se?! Esta é a questão que se coloca. É uma questão que diz respeito a todos.

E digo-vos: perante esta ameaça global, que é o terrorismo, pensando na nossa segurança, na segurança das nossas cidades, das nossas famílias, entendo que a resposta da comunidade internacional deve ser uma resposta firme e sem ambiguidades do lado da paz, do lado do direito internacional, mas também do lado da segurança, porque só em segurança se defende o valor supremo que é a liberdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Depois de o Sr. Presidente da República ter afirmado que um ataque unilateral ao Iraque seria um convite à anarquia, o Sr. Primeiro-Ministro, logo a seguir, agastado e num tom de «ralhete», veio dizer que é ao Governo que compete a condução da política externa.

No seu entender, o Sr. Presidente da República não tem de emitir opinião sobre este assunto, não tem nada a ver com a política externa nem com as forças armadas. Depois do «beija-mão» que fez em Washington, que alguns já consideraram um acto vergonhoso de vassalagem,...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

... o Sr. Primeiro-Ministro entende que o Presidente da República deve ficar calado, de «mordaça».

Esta posição é, no plano político, institucional e ético, intolerável.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Antes de ter falado com o Sr. Bush, o Sr. Primeiro-Ministro fez umas declarações em Portugal; depois de ter estado com o Presidente Bush, passou, segundo as suas palavras, a pensar claro, adoptou a suas teses e quer que o Presidente da República e os outros também as adoptem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Diz o Primeiro-Ministro que é um erro excluir qualquer opção, o que, traduzido à letra, significa que o Governo estará de acordo com uma acção unilateral dos Estados Unidos da América,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Traduzido em russo!

O Orador: — ... que ainda agora, perante as cedências do ditador de Bagdade e as exigências da ONU, declara, numa postura quase de *farwest*, de *cow-boy*, que quer ajustar contas com o Sr. Saddam. É que não contam só as

declarações que fez na Assembleia Geral das Nações Unidas!

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de dizer-lhe que os opressores e os tiranos devem ser derrubados, mas devem ser derrubados pelos oprimidos e pelos tiranizados e não por quaisquer «missionários» de botas cardadas a dilatar a nova fé e o império, que, na linguagem de hoje e dos Estados Unidos da América, se pode dizer «a dilatar as suas mãos no petróleo e nos interesses de capital financeiro».

Aplausos do PCP.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão que se coloca é se o Governo, por aquilo que afirmou em Washington, apoia e leva Portugal a apoiar uma decisão unilateral, maniqueísta dos Estados Unidos. Esta é que é a questão.

Nós não aceitamos a lei do mais forte nem o princípio de Talião na regulação das questões internacionais. Também, neste caso, é necessário dar uma chance à paz.

Como já foi afirmado, «o crepúsculo da razão engendra os monstros». A resolução da questão do Iraque passa também pela resolução do problema da Palestina, do cumprimento das resoluções da ONU por Israel — não é só pelo Iraque! — e pelo levantamento do bloqueio que, segundo a UNICEF, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, levou já, desde 1991, à morte de mais de 500 000 crianças. Ora, quando se fala de direitos do homem e de direitos das crianças, creio que esta questão não pode deixar de estar presente. As crianças não têm culpa de terem um ditador e um tirano no Iraque, mas também não têm culpa de um bloqueio que é criminoso.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na nossa opinião, um ataque militar ao Iraque e a manutenção do bloqueio não resolvem qualquer problema do povo iraquiano, não facilita a resolução do problema do Médio Oriente nem dá mais segurança aos Estados Unidos da América nem a Israel.

Portugal é um país soberano, defensor da paz, não temos querelas com o mundo árabe. Assim, face ao unilateralismo até agora evidenciado pelos Estados Unidos da América e à sua arrogância belicista e maniqueísta, as posições de reserva do Governo português de algum distanciamento em relação a esta questão era o que, do nosso ponto de vista, serviria a Portugal.

Desculpe que lhe diga, mas não teria perdido nada se, antes de visitar o Sr. Bush, tivesse, ao abrigo do estatuto da oposição, tido contactos e dado informações a todos os representantes dos diversos partidos, incluindo os partidos da oposição e não só a um determinado partido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, do nosso ponto de vista, Portugal deve contribuir activamente para a resolução política e diplomática da questão do Iraque e não esquecer que o objectivo primeiro da ONU é o de prevenir conflitos e o de preservar a paz.

Pela nossa parte, juntaremos a voz aos que, em todo o mundo, se vão manifestar amanhã, pelas mais diversas formas, na jornada mundial da ONU sobre a paz e também ao apelo do Fórum Social Europeu, em Bruxelas, segundo o qual «a guerra contra o Iraque será, em primei-

ro lugar, sinónimo de um verdadeiro desastre para o povo iraquiano, mas igualmente para o conjunto das populações do Médio Oriente» e para todos aqueles que defendem a via política para a superação dos conflitos.

No nosso entendimento (não é o único), o melhor combate ao terrorismo é o combate às injustiças, à acentuação das desigualdades, é a resolução do problema do Médio Oriente e é dar prioridade ao cumprimento do Direito Internacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, em primeiro lugar, muito rapidamente e para que fique bem claro, quanto à referência que fez ao Sr. Presidente da República, todos sabem como sou um defensor intransigente da boa, da excelente cooperação institucional entre órgãos de soberania, na qual acredito sinceramente, vendo isso como um dever do Governo.

Tenho mantido permanentemente informado o Sr. Presidente da República sobre todos os assuntos relevantes de política externa, nomeadamente sobre a questão do Iraque, como aliás é minha obrigação, e até para além daquilo que seria a minha obrigação, porque o entendo como uma questão de respeito pelo Presidente da República e também pela Constituição da República Portuguesa.

Mas, pelas mesmas razões de respeito pela Constituição da República Portuguesa, entendo que o Governo não pode prescindir das suas competências. As competências dos órgãos de soberania são indisponíveis.

O Sr. José Magalhães (PS): — É óbvio!

O Orador: — Se o Governo prescindisse delas, essa era, aliás, também uma forma de as retirar à própria Assembleia da República, porque o Governo responde perante a Assembleia da República.

Obviamente que a condução da política externa compete ao Governo. Foi isso que lembrei quando questionado sobre a matéria, e nesse aspecto não transigiremos, como é natural.

Não há, aliás, como disse, nessa matéria, qualquer divergência com o Dr. Jorge Sampaio; há, penso, uma intenção comum, objectivos semelhantes. Nem poderia ser, julgo, de modo diferente.

Já em relação ao Partido Comunista, reconhecemos que, em relação a esse assunto, de facto, temos uma divergência. E deixe-me dizer, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que temos divergências em muitas matérias, mas há uma em que respeito imenso o Partido Comunista: trata-se da luta que travou pela democracia em Portugal contra o regime autoritário. É por isso que me custa entender como é que uma força de esquerda que lutou contra uma ditadura pode ser tão ambígua quando se trata de apaziguar e manter no poder um ditador que aterroriza 25 milhões de pessoas há quase três décadas!

Vozes do PCP: — Essa agora!

O Orador: — Custa-me entender isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — Gostaria que, pelo menos,...

Protestos do Deputado Jerónimo de Sousa.

... os senhores usassem contra o ditador Saddam Hussein da mesma veemência que usam na crítica aos Estados Unidos da América e que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa usa contra mim. Penso que seria útil que o fizessem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nesta matéria há, de facto, uma diferença entre nós. Nós não somos neutros. Entre a democracia e a ditadura, não estamos a meio caminho! Nós sabemos de que lado estamos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E há uma divergência a registar, que talvez seja de lamentar, mas pelo menos temos de aceitar que existe.

À sua pergunta, Sr. Deputado, já lhe tinha respondido quando disse que nesta fase não devemos excluir nenhuma opção, mas que, naturalmente, estamos a fazer tudo, mas tudo, o que estiver ao nosso alcance, no plano político-diplomático, para que sejam respeitadas as resoluções da Nações Unidas e que apoiamos uma intervenção no quadro das Nações Unidas. É essa a nossa posição.

Que não haja dúvidas quanto àquilo que fui dizer ao Presidente norte-americano, quanto àquilo que, hoje, aqui, repeti, dizendo que espero que seja mantido o elo transatlântico.

Aliás, a nossa posição não se afasta da posição da maior parte dos países europeus, embora haja também aqui — devemos reconhecê-lo — algumas diferenças de tom e de registo no discurso.

Por isso, entendo que, nesta matéria, numa fase de pressão sobre uma ditadura como aquela, não podemos dar sinais de pusilanimidade, não podemos dar sinais de pacificação, temos de dar sinais de firmeza. É assim que se defende a segurança e a paz. E gostaria que toda a Assembleia da República estivesse unida nestes objectivos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas pediu a palavra para defender a honra da sua bancada. Quer ter a bondade de identificar o seu agravo?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro insinuou que estávamos a meio entre a ditadura e a democracia, o que considero uma ofensa.

O Sr. Presidente: — Julgo que não se referiu directamente ao Partido Comunista, mas, em todo o caso, dou-lhe a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Referia, referia!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de facto lutámos contra o regime fascista, mas lutámos também contra a ditadura de Saddam Hussein.

Protestos do PSD.

Sabe que o Partido Comunista iraquiano, com o qual temos relações, está ilegalizado.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Havia outros que andavam com o «livrinho vermelho» e que não atacavam!

Nessa altura, os Estados Unidos da América apoiavam o regime de Saddam. Os Estados Unidos da América criaram o «monstro», vários «monstros», e agora têm o «reverso da medalha».

O Sr. Primeiro-Ministro trouxe a «lição» estudada de casa, trouxe o discurso escrito e quis imputar ao Partido Comunista uma colagem em relação a um ditador, a um facínora. Mas nós não temos qualquer relação ou qualquer aproximação com ditadores e com facínoras.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Ai não?! Staline nunca existiu?!

O Orador: — A questão que colocamos é que não nos pomos «de joelhos» perante o Sr. Bush e não aceitamos uma decisão unilateral. Foi esta a questão que lhe coloquei e à qual o senhor não respondeu.

Aceita uma acção unilateral dos Estados Unidos da América, como foi dizer a Washington, vergonhosamente, atrelando Portugal a uma acção que é perigosa e aventurreira? Esta é a questão central. Ou quer calar a oposição? Quer calar o Presidente da República?

A questão que lhe coloquei há pouco não foi a de saber se o Governo tem ou não competência para conduzir a política externa. O que o Sr. Primeiro Ministro fez foi, depois da declaração do Sr. Presidente da República, vir lembrar isto. Foi lembrar ao Sr. Presidente da República que devia estar calado, que não se devia referir a estas questões.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para o que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, é óbvio que não pus em causa a sua honra nem a da sua bancada. A forma como se referiu a mim é que não me parece a mais correcta.

Quero, de qualquer forma, dizer-lhe, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que a minha intervenção teve um mérito: foi ouvi-lo chamar ditador e facínora a Saddam Hussein! Não o tinha ouvido chamar facínora a Saddam Hussein na sua primeira intervenção. Congratulo-me, pois, com o registo que agora já utilizou, ainda que, deva reconhecê-lo, só depois da minha resposta à sua primeira questão.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, volto ao tema que abordei no meu discurso. O réu, neste caso, não são os Estados Unidos da América! O réu, neste caso, não são as Nações Unidas! O réu, neste caso, não é a comunidade internacional! O réu, neste caso, é o regime iraquiano, e VV. Ex.^{as} querem voltar o debate às avessas!

VV. Ex.^{as} querem que, agora, o Governo português, e eventualmente as forças políticas, estejam a discutir a bondade ou a maldade do actual regime norte-americano! Eu não estou a discutir isso! O réu, neste caso, chama-se Saddam Hussein e é o actual regime iraquiano! A comunidade internacional tem o direito de exigir àquela ditadu-

ra que cumpra as resoluções das Nações Unidas. E não vou afastar-me desta linha, porque esta é a linha de coerência de um país como Portugal que, como aqui foi dito, e bem, defende os princípios e o Direito Internacional. O réu é o regime de Saddam Hussein, o juiz são as Nações Unidas e Portugal está do lado das Nações Unidas contra a ditadura de Saddam Hussein. Portugal está também do lado dos seus aliados contra a ditadura de Saddam Hussein. A nossa posição é clara, não há aqui qualquer espécie de ambiguidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PCP: — Não respondeu!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Penso que o Sr. Primeiro-Ministro concordará comigo que é nos momentos mais conturbados da ordem internacional que os protagonistas definem o carácter que têm. Vivemos hoje, de facto, uma situação de guerra iminente. Tudo indica, segundo as informações que vão surgindo dos Estados Unidos da América, que a administração Bush se prepara para, rapidamente, atacar o Iraque à margem das Nações Unidas.

A história da discussão que temos hoje aqui é bem conhecida e vou tentar não maçar os presentes. Os Estados Unidos da América, a seguir ao 11 de Setembro, acusaram o Iraque de estar envolvido com a Al-Qaeda — sobre esta matéria, nunca apresentaram quaisquer provas na comunidade internacional. De seguida, os Estados Unidos da América disseram que o Iraque possuía armas nucleares — foram também desmentidos pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, dizendo que não, que não havia ainda armas nucleares no Iraque. Mesmo assim, os Estados Unidos da América disseram que era preciso atacar «já e em força» e foi então que o Iraque, com a colaboração de Kofi Annan, se dispôs a abrir um processo de negociação de modo a que as inspecções da ONU regressassem ao seu território. Foi aí que, de novo, o presidente Bush disse, perante a comunidade internacional e o seu país, que era necessário que o Congresso americano aprovasse rapidamente uma autorização de ataque militar ao Iraque. Tudo indica, assim, que, com ONU ou sem ONU, os Estados Unidos da América se preparam para desencadear um ataque militar sobre o Estado iraquiano.

Ora, o que nós percebemos é que, ao longo destas últimas semanas, há, por parte do governo dos Estados Unidos da América e por parte da administração Bush, um processo de má-fé e que todas as condições que vão sendo colocadas pelo presidente Bush e pela sua Administração em torno da questão do Iraque vão sendo admitidas mas, mesmo assim, os Estados Unidos da América querem prosseguir este ataque.

Tornou-se claro, penso eu, aos olhos das opiniões públicas e da comunidade internacional, que este ataque não tem por fim nada que tenha a ver com aquilo que são as acusações de terrorismo que são imputadas ao Iraque, mas antes com interesses dos Estados Unidos da América no que toca aos fluxos de petróleo — aliás, surgiram notícias, na semana passada, em torno de acordos feitos pelos Estados Unidos da América, pela Rússia e pela Grã-Bretanha sobre os fluxos de petróleo do Iraque a serem repartidos

entre estes três países após a queda de Saddam — e também para desviar os olhos do povo americano daquilo que é uma crise económica que, neste momento, existe nos Estados Unidos da América.

Há cerca de uma semana atrás, o Sr. Primeiro-Ministro deslocou-se aos Estados Unidos da América e falou com o presidente Bush. Devo dizer-lhe que, no País, tínhamos alguma expectativa relativamente a este encontro, mas devo dizer-lhe também que lhe correu bastante mal, Sr. Primeiro-Ministro! Correu-lhe muito mal! O senhor entrou citando aquele que era um grande orador e uma figura de referência na diplomacia europeia, entrou citando Churchill, e saiu citando um homem de gosto e de raciocínio duvidoso, que é George W. Bush, e tem de convir que, de facto, esta não é uma boa evolução!

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Primeiro-Ministro entrou, pois, citando Churchill, aquele que foi um dos principais protagonistas na construção de uma ordem internacional e da norma jurídica no Pós-Guerra, e bastaram-lhe apenas duas horas — duas horas! — para sair citando George Bush. E, mais, dizendo algo que nos parece pior: saiu dizendo que o Direito Internacional «é bonito, apresenta-se bem», mas que, de facto, há que considerar outras opções! E foi quando o senhor disse que, nesta matéria, há que considerar outras opções, que o Sr. Primeiro-Ministro deu abertura a um ataque militar ao Iraque por parte dos Estados Unidos da América à margem das Nações Unidas. Em linguagem popular, penso que se poderia dizer que o Sr. Primeiro-Ministro demonstrou ser um «homem fácil» — espero que não se ofenda!

Risos.

Além disso, não me interessa discutir aquilo que são as características de personalidade do Dr. Durão Barroso, mas antes perceber que, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, e à frente do Governo português, com estas declarações, o Dr. Durão Barroso demonstrou que o actual Governo português é, nesta matéria, e face à política externa dos Estados Unidos da América, fraco, titubeante e, digo-lhe mesmo, docemente submisso! O que o Sr. Primeiro-Ministro tem dito e tem demonstrado ao País nos últimos tempos é que, pela sua subserviência e pela fraqueza do Governo português, está disposto a colaborar com o governo dos Estados Unidos da América de forma a desmantelar e a deslegitimar aquilo que são as instituições e as normas do Direito Internacional, seguindo obedientemente este novo unilateralismo de «quem não está connosco, está contra nós» e que na nova ordem internacional «manda quem pode e sofre as consequências quem não tem outro remédio».

O Sr. Primeiro-Ministro tem demonstrado, pelas suas declarações — e com esta breve frase, invocando outras opções na matéria relativa ao Iraque —, que está disposto também a colaborar numa guerra feita ao abrigo dos piores interesses e tornando-se aliado de um homem — e cito uma figura de referência, penso eu, para o próprio PSD e também para o CDS-PP — «que lidera hoje em dia o único governo de extrema-direita nas democracias do Ocidente», que é o presidente George Bush. Demonstrou assim que, em matéria de política externa...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se, pelo que tem de concluir. Já lhe dei um bónus pela sua estreia parlamentar.

Risos.

A Oradora: — Agradeço, Sr. Presidente. Termo já. Demonstrei também que, em matéria de política externa, é apenas fácil vergar e ceder em matéria de princípios.

Como demonstrava hoje um *cartoon* da imprensa nacional, nestas matérias e relativamente aos Estados Unidos da América, é só seguir «a voz do dono».

Gostaria, assim, de lhe dizer que nós não concordamos com esta política, não concordamos com esta estratégia. E não somos só nós que não aceitamos; somos nós, são os cidadãos e as cidadãs portuguesas e é toda a comunidade internacional que se levantará contra esta opção.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, permita-me que a saúde também e que a felicite pela sua primeira intervenção parlamentar, embora, obviamente, esteja em absoluta discordância com aquilo que disse e lamenta, nomeadamente, não ter ouvido uma palavra de crítica da ditadura iraquiana e só ter ouvido críticas à grande democracia norte-americana.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se a Sr.^a Deputada ouviu com atenção a minha intervenção, deve ter reparado que eu falei no respeito pelas resoluções das Nações Unidas, que, como a Sr.^a Deputada saberá, são Direito Internacional. Se alguém apareceu aqui em defesa do Direito Internacional, foi o Governo — o que o Governo defende é o Direito Internacional!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que queremos é o cumprimento do Direito Internacional, a não ser que a Sr.^a Deputada acredite que há um bom e um mau Direito Internacional, e que há um Direito Internacional de esquerda e um Direito Internacional de direita! Para mim, o fascismo não é de esquerda nem de direita — é fascismo! Para mim, a ditadura é uma ditadura! Para mim, a ameaça terrorista é uma ameaça terrorista!

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Orador: — É um erro estarmos a introduzir preconceitos ideológicos naquilo que deve ser o respeito pelo Direito Internacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a nossa posição. Eu defendo e o Governo português defende o Direito Internacional. Como é que se defende o Direito Internacional? Aplicando as resoluções das Nações Unidas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quem é que tem violado o Direito Internacional? O actual regime iraquiano. E V. Ex.^a só fez críticas a uma potência, de que pode discordar mas que, neste caso, não é ré; pelo contrário, está do lado dos queixosos, está do lado da comunidade internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Deputada, gostou de me ouvir citar Winston Churchill, um político que, certamente, não é da sua área ideológica, o que me leva a pensar que, eventualmente, os grandes políticos só são aceites por outros de área ideológica diferente depois de mortos.

Risos.

A verdade é que eu gosto muito de Winston Churchill e faço-lhe outra citação de Churchill, que aqui também se aplica: «declino totalmente assumir uma posição imparcial entre o fogo e os bombeiros». O fogo é Saddam Hussein e os bombeiros são a comunidade internacional. Eu também não sou imparcial, estamos do lado da comunidade internacional contra o regime que não respeita o Direito Internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não resisto a pegar no exemplo que entendeu dar, em que Churchill, citando-o, fez uma opção entre o fogo e o bombeiro. Em minha opinião, a opção escolhida foi precisamente a forma mais explosiva de apagar o fogo.

É bom que se diga, com clareza, nesta Câmara que aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro fez no dia 10 de Setembro em Washington — esta é, aliás, a razão pela qual Os Verdes e muitos cidadãos criticam a posição do Governo — não foi colocar-se ao lado do Direito Internacional, ao lado dos instrumentos jurídicos que devem pautar as relações entre os diferentes Estados; aquilo que Sr. Primeiro-Ministro disse, naquele dia, aquilo que preocupou e que suscita crítica (e não pode deixar de suscitar) é o facto de ter cedido, de uma forma totalmente acrítica, de uma forma totalmente incondicional, tendo-se colocado ao lado de uma solução que não sabe qual é. Isto porque, como bem sabe, a posição dos Estados Unidos da América é a de que qualquer tipo de intervenção é possível, o que significa qualquer tipo de ataque militar, independentemente de haver ou não uma «legitimidade» através de uma resolução das Nações Unidas. É esta questão, entre outras, que desde logo nos divide, Sr. Primeiro-Ministro, e nos leva a dizer que é inaceitável a posição que tomou.

É óbvio para todos, Sr. Primeiro-Ministro, que há um problema, o terrorismo, mas, como bem sabe, o terrorismo não conhece fronteiras. Portanto, o que está em causa não é o combate ao terrorismo, nem é tão-pouco atacar um governo por ele possuir armas de destruição maciça, nomeadamente armamento nuclear. Aliás, se assim for, pergunto-lhe, já que tem uma relação tão próxima com o presidente norte-americano: quem é que se segue? Como todos sabemos, há outros países, outras ditaduras, que espezinharam totalmente os direitos humanos, que têm armas de destruição maciça, nomeadamente armamento nuclear. E, como exemplo, posso começar por alguns dos aliados dos Estados Unidos da América, nomeadamente o Paquistão.

Portanto, se é esta a razão de ser da intervenção belicista, pergunto-lhe que outras é que preparam, porque ou há razões e valores que, hipoteticamente, justifiquem a

destruição, a morte e a guerra, ou não as há e estaremos a falar de coisas bem diversas, que são interesses, e interesses na região.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

A Oradora: — Parece-nos que tem de haver clareza nesta matéria, não vale fugir à verdade, não vale brincar ao faz-de-conta, porque estamos a falar da guerra e da paz, da vida e da morte. Estamos a falar da morte que se justifica não para devolver a liberdade a um povo, não para respeitar direitos humanos... Aliás, os direitos humanos são desrespeitados não só neste país como também noutros bem próximos das relações dos Estados Unidos da América, sem que este se preocupe grandemente, como, por exemplo, a Arábia Saudita, onde os direitos humanos, os direitos das mulheres, os direitos dos homossexuais são, da forma mais brutal, espezinhados, e nunca houve por causa disso grandes pesadelos, nunca a ninguém pesou a consciência por causa disso.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de dizer-lhe que, na opinião de Os Verdes, a posição do Governo, nos termos em que a tomou, não só não contribui para resolver um problema, nem para a defesa dos interesses dos portugueses, como é, sobretudo, a pior forma de resolver um problema que é uma ameaça à segurança global, uma ameaça à comunidade internacional.

Gostaria ainda de dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, se identifica, como faz, o problema como preocupante — embora eu pense que Portugal deveria preocupar-se com o facto de os Estados Unidos da América terem, hoje, uma administração com uma posição unilateral, que afronta, nos mais diversos domínios, a comunidade internacional —, a sua atitude acrítica, ao contrário da de outros países da União Europeia, não ajuda a modificar, não ajuda a reforçar as organizações internacionais e o Direito Internacional mas, lamentavelmente, do nosso ponto de vista, contribui precisamente para que se reforce uma atitude contrária, uma atitude de arrogância e de afrontamento, a qual, a nosso ver, não contribui, seguramente, para a paz, nem para a segurança global.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, francamente, V. Ex.^a não quer ouvir o que eu digo. Eu disse, e parece-me que fui bastante claro, que defendemos o Direito Internacional, que defendemos as resoluções das Nações Unidas e que aquilo que queremos é o cumprimento dessas mesmas resoluções.

Mais: no meu tão criticado encontro com o Presidente Bush, eu disse-lhe pessoalmente, e fi-lo também à saída, que defendia a articulação da posição norte-americana com os aliados; disse, *on record*, publicamente, que entendia que se deveria evitar que a primeira baixa colateral deste problema fosse a relação transatlântica; defendi as Nações Unidas; defendi os nossos aliados. Acho que esta é a posição que serve os interesses portugueses, e é em função destes interesses que oriento a minha acção.

Mas mais uma vez a Sr.^a Deputada Isabel Castro, como, aliás, outras intervenções aqui, na Assembleia, põe a questão ao contrário, como se estivéssemos aqui a julgar a

Administração norte-americana. V. Ex.^a tem o direito de gostar ou não da Administração norte-americana, mas quem tem um processo, intentado pelas Nações Unidas, não é a Administração norte-americana mas, sim, o Iraque! Há outras ditaduras? Há! Seria para mim uma grande alegria que todas desaparecessem! Todas elas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas há uma diferença essencial: o Iraque é um problema nas Nações Unidas! Há a condenação do Iraque pelas Nações Unidas há vários anos, o que não acontece em relação a outros regimes autoritários ou até totalitários!

Por isso, em nome do Direito Internacional, temos de agir contra o Iraque, porque o Iraque é um problema do ponto de vista da paz e do Direito Internacional. Esta é a questão!

É extraordinário como é que ainda se pretende alterar o problema, tentando transformar aqueles que são, ao fim e ao cabo, os participantes da comunidade internacional em réus num processo que deve ter como único réu o actual ditador de Bagdad.

Por isso, Sr.^a Deputada, a nossa posição é clara: defendemos o Direito Internacional; defendemos uma acção concertada das Nações Unidas, e achamos que o Conselho de Segurança não deve fugir às suas responsabilidades. Entendemos que esta é a melhor forma de servir a paz; esta é a melhor forma de conseguirmos que tenha êxito a pressão sobre o actual regime iraquiano.

A verdade é que, se não fosse a posição de força tomada por alguns, o regime iraquiano não teria dado este primeiro sinal — ainda ambíguo, mas, de qualquer forma, um sinal — de alguma abertura. Foi em resultado da pressão dos Estados Unidos da América e de outros aliados que o regime de Saddam mostrou, finalmente, alguma disponibilidade para readmitir os inspectores, que já não aceitava no passado. Esta é a verdade!

A nossa posição, a posição do Governo português, não se afasta da posição da maior parte dos governos europeus, que não são governos de extrema-direita, como o espanhol, o britânico — este último é um governo socialista, e até tem tido aqui uma liderança natural, dadas as suas relações muito intensas e próximas com os Estados Unidos da América —, ou, por exemplo, o holandês, o dinamarquês ou o norueguês, que já tomaram posições muito semelhantes, até nas palavras, aquelas que eu próprio exprimi.

Por isso, Sr.^a Deputada, não vamos aqui criar um conflito ideológico, que não existe, mas, antes, se possível, unir-nos na luta contra uma ameaça que atinge todos, direita e esquerda, que querem a liberdade. O conflito é entre a liberdade e o terrorismo; o conflito é entre a democracia e a ditadura, e nós sabemos qual é o nosso lado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de darmos início à segunda ronda de perguntas, quero assinalar que, na Tribuna dos Diplomatas, se encontra a assistir à sessão o Sr. Presidente do Parlamento de Chipre, que é um país amigo de Portugal, que tem atravessado situações muito difíceis, e um país candidato à adesão à União Europeia.

A visita de cortesia do Presidente do Parlamento de Chipre Demetris Christofias à Assembleia da República é um momento de exaltação dessas nossas relações e um compromisso para a sua intensificação.

Em nome de toda a Câmara, desejo ao Sr. Presidente Christofias saudações amistosas e respeitosas.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro veio-nos hoje aqui fazer uma exposição sobre a posição do Governo português no que toca ao problema iraquiano e fundamentou toda a sua posição no respeito pelo Direito Internacional, pelo princípio da legalidade.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro concordará que, ao invés desta sua intervenção, outras intervenções suas recentes não vieram clarificar — e V. Ex.^a faz sempre um apelo à clarificação — o pensamento e a posição do Governo português, sobretudo porque foram postas em confronto com outras posições, designadamente do seu próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, por isso faço-lhe um apelo para que aproveitemos este momento para, seriamente, clarificar algum posicionamento do Governo nesta matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, não vale a pena ocultarmos as realidades, porque elas estão bem visíveis e traduzidas na comunicação social por declarações suas. Efectivamente, o Sr. Primeiro-Ministro abriu a porta, em declarações nos últimos dias, a outras opções, diversas daquelas que hoje aqui defendeu. Quero, por isso, também perguntar-lhe — não só mas também — se admite e, mais do que isso, em que é que fundamenta, no Direito Internacional, uma acção unilateral, seja de quem for, contra o Iraque, fora do quadro de actuação do Conselho de Segurança e das Nações Unidas.

Se V. Ex.^a faz — e bem! — um discurso fundamentado na legalidade internacional, no Direito Internacional e na Carta das Nações Unidas, eu gostaria que V. Ex.^a me indicasse onde é que, nessa Carta e no Direito International, está prevista uma intervenção unilateral de um país, com alguns aliados — poucos ou muitos —, fora do quadro de sanções das Nações Unidas.

Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a já fez várias declarações, desde aquelas que se referiam aos conselhos que teria dado ao Presidente Bush — e ficou-nos sempre a dúvida se não teria também recebido alguns «conselhos» do Presidente Bush — até declarações muito recentes, que estão em contradição clara com as posições do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ao mesmo tempo em Nova Iorque. Ao mesmo tempo que V. Ex.^a abria a porta a outras opções — e peço-lhe o favor de me esclarecer quais são essas outras opções —, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros fazia declarações no sentido de um apoio, absoluto e único, ao quadro de actuação das Nações Unidas.

Portanto, fica-nos a dúvida, e é boa altura para que V. Ex.^a esclareça se o Governo admite ou não, em qualquer altura, se falhadas — porque interessa prever o futuro — todas as actuações no quadro das Nações Unidas, como as inspecções e tudo aquilo que se lhes seguirá, consoante os seus resultados, dar o seu apoio a acções unilaterais, designadamente, naturalmente, dos Estados Unidos da América.

V. Ex.^a fez também aqui alguma intervenção por um outro caminho, que também interessa aqui analisar. Não tem, nem, certamente, esta Câmara, dúvidas sobre o posicionamento do Partido Socialista em relação ao regime iraquiano.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Às vezes!

O Orador: — Ele é muito idêntico ao seu. Aqui suponho que nem diferença de tom haverá!

Agora, Sr. Primeiro-ministro, isto é uma coisa e outra coisa é a segunda pergunta que lhe faço, que é a de saber se poderá, no seu entender e no do Governo português, haver intervenção legítima, com o apoio do Direito Internacional, que tenha por objecto não apenas afastar o perigo de agressão e de pôr em causa a paz internacional mas também, ou unicamente, o de mudar o regime iraquiano. Esta é uma questão central!

V. Ex.^a, ao fazer um conjunto de considerações sobre o regime iraquiano, tem o nosso apoio, e, naturalmente, até o tem no sentido de que esse regime, possuindo armas do tipo daquelas de que há a suspeição de que possui, possuindo tecnologias do tipo daquelas de que há a suspeição de que possui, pode representar um perigo para a paz. Mas isto é uma coisa; outra é metermo-nos por caminhos que não são inéditos, Sr. Primeiro-Ministro, porque já foram objecto de intervenções do Presidente Bush, de dizer que isso não chega e que o que é necessário é mudar o regime iraquiano. E a pergunta que quero fazer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, é se acha isto legítimo e onde é que o fundamenta também, face ao Direito Internacional.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, foi visível que havia, há 48 horas, uma discrepancia de discursos entre V. Ex.^a e o seu Governo e o Sr. Presidente da República, senão não teria qualquer sentido vir V. Ex.^a dizer que a política externa é com o Governo, porque é evidente que o Sr. Presidente da República já se pronunciou dezenas de vezes sobre matérias de política externa na ordem internacional, grandes problemas da política externa, e V. Ex.^a nunca teve necessidade de vir dizer, a não ser que me negue as declarações que fez, que isso não é com o Presidente da República, que a condução da política externa é com o Governo.

Mas eu até lhe facilito a tarefa, Sr. Primeiro-Ministro. A pergunta que lhe faço é a seguinte: concorda ou não que uma acção unilateral, fora do quadro das Nações Unidas e da Carta, representa uma anarquia no sistema internacional? É isto que lhe pergunto.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, muito obrigado pelas questões que me coloca, embora, de facto, VV. Ex.^{as} tenham uma dificuldade nesta matéria, mas julgo que essa dificuldade talvez seja o desconforto de, ao fim e ao cabo, estarmos de acordo quanto aos objectivos, porque eu quero salvaguardar isso.

Parece-me que, quanto aos objectivos, estamos de acordo, e é importante sublinhar isto, porque dá mais força, obviamente, à posição portuguesa sabermos que temos um consenso relativamente amplo nesta Assembleia. Quero, portanto, registrar este ponto.

Por isso, V. Ex.^a desviou a questão de fundo para as questões instrumentais, que podemos discutir, não vou fugir a qualquer das questões que me colocou, mas são questões instrumentais. Para mim, a questão de fundo é esta: estamos ou não de acordo de que o regime de Saddam

Hussein viola o Direito Internacional? V. Ex.^a responderá: estamos. Estamos ou não de acordo de que é necessário uma acção firme contra a ditadura de Saddam Hussein, se ele não respeitar o Direito Internacional? V. Ex.^a dirá: estamos. Estamos ou não de acordo que se deve actuar com firmeza no quadro das Nações Unidas contra aqueles que violam o Direito Internacional? A resposta é: estamos de acordo. Então, se estamos de acordo quanto ao essencial, por que razão é que V. Ex.^a está a querer discutir o instrumental ou o acessório?

Vozes do PS e do PCP: — Acessório?

O Orador: — Mas, então, registando o essencial, vamos àquilo que considero questões laterais.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado José Vera Jardim, pretender insinuar uma diferença no Governo entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros seria ridículo, na medida em que todas as declarações feitas, cada palavra, pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre esta matéria foram, previamente, concertadas comigo, porque é uma matéria tão sensível que eu próprio estou a acompanhá-la directamente. Portanto, a posição do Governo é, obviamente, uma e só uma.

Porém, V. Ex.^a disse — e eu não quero fugir à pergunta — que não tinha entendido bem a questão do respeito do Direito Internacional e o problema da acção unilateral ou não.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Exactamente!

O Orador: — Vou dizer-lhe por que é que não entendeu. Não entendeu porque em alguns sectores da opinião pública existe uma confusão que devemos esclarecer: o uso da força não é, necessariamente, contra o Direito Internacional; o uso da força é, ou pode ser, no quadro do Direito Internacional.

Quando eu digo — e disse-o várias vezes, nomeadamente à saída do encontro com o Presidente Bush, e disse-o também o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros — que não excluímos qualquer opção estou a dizer que não excluo o recurso à força, mas é, obviamente, no quadro do respeito pelo Direito Internacional.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Claro!

O Orador: — V. Ex.^a conhece a Constituição da República Portuguesa? V. Ex.^a sabe que a Constituição da República Portuguesa impõe ao Estado português o respeito pelo Direito Internacional?

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — V. Ex.^a imagina que o Governo actual não respeita a Constituição da República Portuguesa?! Isto passa-lhe pela cabeça?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que eu, como democrata que sou e jurista, não tão iminente como V. Ex.^a, nem sequer pus a hipótese (confesso) de uma acção do Governo português que fosse contra o Direito Internacional. Nunca pus esta hipótese! Mas VV. Ex.^{as}, que vêm na minha mente talvez intenções obscuras, configuraram essa opção.

Sr. Deputado, não vou fugir à questão que V. Ex.^a coloca, porque há aí um problema sério, mas o que é o respeito pelo Direito Internacional.

Quando o governo do Partido Socialista, que V. Ex.^a apoiou, em 13 de Outubro de 1998, na NATO, e em 23 de Março de 1999 apoiou acções da NATO para fazer cumprir as resoluções das Nações Unidas, entretanto violadas, pergunto-lhe: o Governo português estava ou não a violar o Direito Internacional?

Vozes do PS: — Não!

O Orador: — Quando o Governo português, de que V. Ex.^a fez parte, autorizou o bombardeamento do Kosovo e da Jugoslávia, uma acção da NATO, o Governo português estava ou não a violar o Direito Internacional?

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Não!

O Orador: — Há quem diga que sim!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sim, sim!

O Orador: — O Partido Comunista Português considera que sim. V. Ex.^a considera que não, eu também considero que não. Por isso também lhe digo que considero que não violaremos o Direito Internacional se apoiamos uma acção no caso de Bagdad não respeitar as resoluções das Nações Unidas e que o uso da força é legítimo para fazer cumprir o Direito Internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, por isso, V. Ex.^a registou — e bem — que não há diferença entre nós quanto à questão do Iraque, quanto ao seu regime. Se não há essa diferença, não vamos, pois, perdermo-nos com questões acessórias de registo, de tom, de mais ou menos assento neste ou naquele ponto. Considero que é importante salvaguardar o essencial, e o essencial é a defesa dos valores da paz, da democracia e da liberdade e dos valores — insisto — do Direito Internacional contra qualquer intervenção unilateral, porque, nesse caso, Portugal deverá estar claramente do lado daqueles que defendem o respeito pelo Direito Internacional, o respeito pelas resoluções das Nações Unidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a forma honrosa e digna como o Primeiro-Ministro de Portugal foi recebido pelo Presidente e pelo Congresso dos Estados Unidos da América e sublinha o sentido de Estado, a lucidez e a autonomia de pensamento com que V. Ex.^a transmitiu o ponto de vista do Governo português sobre as mais importantes questões da actualidade política internacional, designadamente a questão do Iraque, o valioso contributo em que a visita de V. Ex.^a se traduziu para o aprofundamento das relações de amizade e cooperação entre Portugal e os Estados Unidos da América e o modo como V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, acautelou os interesses do nosso País.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal é um país soberano e independente e, como tal, não pode ficar indiferente às grandes questões que se colocam na cena internacional.

A sua pertença a várias organizações internacionais e supranacionais, embora implicando uma certa relativização daqueles conceitos, dá-nos o direito e também o dever de nos pronunciarmos sobre tudo o que interessa à comunidade internacional, especialmente quando estão em causa, directa ou indirectamente, interesses que respeitam ao nosso País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, consideramos pertinentes e legítimas as posições que o Governo, através do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, vem assumindo sobre a questão do Iraque.

O Governo é o órgão de soberania constitucionalmente competente para conduzir a política geral do País. É, assim, o órgão competente para formar e veicular internacionalmente a posição de Portugal em matéria de política externa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É no uso das suas competências e com a legitimidade que lhe advém do sufrágio popular e da investidura parlamentar que o Governo tem vindo a tomar posição sobre a questão do Iraque. O Governo, porque conhece e pratica os seus deveres constitucionais em relação ao Parlamento, veio aqui, hoje, para nos esclarecer mais detalhadamente sobre os vários aspectos do problema. Saúdo, pois, o Sr. Primeiro-Ministro pelo exemplar relacionamento que tem mantido com a Assembleia da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quanto à questão do Iraque, é necessário, antes de mais, colocá-la nos seus precisos termos, desfazendo alguns equívocos, que, propositadamente, foram criados para confundir a opinião pública.

Em primeiro lugar, deverá ficar claro, absolutamente claro, que a posição do Governo sobre esta matéria não é de alinhamento ou de servilismo em relação aos Estados Unidos da América. O que está verdadeiramente em causa na postura do Governo é interpretar adequadamente o interesse nacional e defender, na ordem internacional, os princípios e valores em que acreditamos.

Em segundo lugar, gostaria que ficasse bem claro que o que está verdadeiramente em causa não é uma guerra entre os Estados Unidos da América e o Iraque mas um conflito entre a comunidade internacional e o regime de Bagdad.

Em terceiro lugar, é preciso que fique absolutamente claro que o Governo e nós próprios estamos, sincera e genuinamente, preocupados com a sorte do povo iraquiano, a quem envolvemos num abraço fraterno e solidário.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em quarto lugar, é necessário que fique bem claro que o infractor não são os Estados Unidos da

América mas o Estado Iraquiano e, ainda, que não existe qualquer declaração de guerra dos Estados Unidos da América contra o Iraque.

Em quinto lugar, quero deixar bem claro que, ao contrário de certas personalidades e entidades nacionais e estrangeiras, nesta questão não é tanto o formalismo que nos preocupa mas, sim, a substância do problema.

Em sexto e último lugar, é preciso que, neste momento, se exerça toda a pressão possível sobre as autoridades iraquianas e, para que essa pressão seja eficaz, não deve ser excluído qualquer mecanismo ou meio legítimo de actuação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esclarecidos estes pontos prévios, cabe agora caracterizar a ameaça ou o inimigo, se quiserem: a ameaça vem de Bagdad e o inimigo tem um rosto.

Estamos perante um arsenal, real e potencial, de armas nucleares, biológicas e químicas.

Estamos perante um regime cruel, injusto e opressor.

Estamos perante uma situação que envolve perigos graves e iminentes para os países vizinhos.

Estamos perante um país onde eventualmente existem focos de apoio ao terrorismo internacional.

Estamos, ainda, perante uma ditadura que utilizou gás natural para exterminar civis seus nacionais, concretamente os curdos, que ainda não libertou os prisioneiros da guerra do Golfo, cuja sorte, aliás, se desconhece), que incendiou os depósitos de petróleo do Koweit, que utiliza as receitas da venda do petróleo para fabricar armas de destruição maciça, em vez de as destinar aos bens essenciais de que a população iraquiana tanto carece.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um cenário real, é a realidade do regime opressor do Iraque, que mantém o povo «a ferro e fogo», e é um factor permanente de instabilidade na região e no mundo, mas alguns Srs. Deputados parecem mais preocupados com um cenário hipotético de uma guerra contra o Iraque do que com a realidade que é protagonizada por Saddam Hussein. Outros parecem estar entusiasmados com as cedências de Bagdad.

A carta que o Governo iraquiano, sob a pressão internacional, enviou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, permitindo o regresso dos inspectores, é igual a tantas outras e, atendendo aos antecedentes, não será mais do que um expediente dilatório. Não basta o regresso dos inspectores internacionais, é preciso que o governo de Bagdad dê cumprimento efectivo às resoluções das Nações Unidas. Isto é, é preciso que ele liberte, imediata e incondicionalmente, os prisioneiros da guerra do Koweit, que acabe com a limpeza étnica dos curdos, que permita, irrestritamente, o acesso às fábricas de armas de destruição maciça e aos arsenais de armamento e que promova a sua destruição, bem como dos respectivos processos de fabrico.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, permito-me, ainda, assinalar uma contradição que parece existir na argumentação daqueles que, por um lado, criticam a postura dos Estados Unidos da América e, por outro, se arvoram em defensores das Nações Unidas. Como se pode defender o prestígio das Nações Unidas sem do mesmo passo exigir o escrupuloso, imediato e incondicional cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que o Presidente dos Estados Unidos da América foi dizer à Assembleia Geral das Nações Unidas é que o Iraque tem de cumprir as resoluções do Conselho de Segurança. Aquilo que o Governo português defende é que deve ser dado cumprimento efectivo às decisões das Nações Unidas. Pensamos que esta é, aliás, a única forma de dignificar, credibilizar e defender as Nações Unidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tudo quanto dissemos corrobora a justezza da posição do Governo, que é, aliás, a posição de Portugal, em relação à questão do Iraque.

Fazemos votos para que o Governo continue a actuar com a mesma firmeza e clarividência com que tem procedido até agora, na defesa intransigente dos direitos e interesses do nosso país, continuando a contribuir para a libertação do povo iraquiano, para o desanuviamiento das tensões existentes na região e para a paz mundial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, inscrevi-me mesmo para fazer uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, e digo isto para que o Sr. Primeiro-Ministro perceba, dada a forma como os plenários têm vindo a funcionar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Filipe, o debate está a fazer-se conforme tinha sido combinado em Conferência de Líderes.

O Orador: — Sr. Presidente, a questão já foi dirimida, mas o Sr. Primeiro-Ministro poderia não perceber que eu ia questioná-lo.

O Sr. Presidente: — Com certeza que ele percebe!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a posição que V. Ex.^a assumiu à saída da reunião com o Presidente George W. Bush deu uma imagem de seguidismo do nosso país que nos entristece e que se dissociou claramente de posições, mais sensatas e mais ponderadas, tomadas por outros responsáveis de países da União Europeia.

Disse-nos o Sr. Primeiro-Ministro que foi a Washington para dar a sua opinião, como aliado, ao Sr. Presidente dos Estados Unidos. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não me parece que a sua opinião tenha contribuído para alterar a posição do Presidente Bush; porém, pelos vistos, a opinião dele contribuiu para alterar a sua.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro disse ter falado com parceiros europeus — e referiu o Sr. Blair e a Grã-Bretanha, e a Grã-Bretanha e o Sr. Blair. O Sr. Primeiro-Ministro não pensou falar também com o Sr. Presidente Chirac? Com o Chanceler Schroeder? Com o Sr. Prodi? Significativamente não citou aqui essas opiniões, e são

opiniões muitos diferentes das suas e, do nosso ponto de vista, muito mais sensatas relativamente aos perigos de uma guerra no Golfo e, particularmente, de uma acção unilateral dos Estados Unidos da América.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que a voz do Sr. Blair, infelizmente, em matéria de política externa, não tem passado de um eco da voz do Presidente dos Estados Unidos da América, seja ele qual for...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... e que, aliás, tem transformado, infelizmente, a Grã-Bretanha, no plano internacional, numa espécie de 51.^º Estado dos Estados Unidos da América.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Nós não somos o 52.^º Estado dos EUA e gostaríamos que o Governo se comportasse sempre tendo em conta esse facto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como toda a gente sabe, Sr. Primeiro-Ministro, a decisão norte-americana de desencadear uma guerra contra o Iraque foi tomada pelos Estados Unidos da América de uma forma unilateral, de há muito que ela está anunciada. E também toda a gente sabe que o presidente norte-americano tem deixado claro que essa sua decisão é incontornável, seja qual for a posição iraquiana perante as resoluções das Nações Unidas, e daí também a desvalorização que fez desta perspectiva que se pode abrir, que o Sr. Primeiro-Ministro, aliás, referiu, para salvaguardar a paz no Golfo.

Curiosamente, o Sr. Deputado Correia de Jesus, agora, também assumiu aqui, claramente, «preto no branco», a posição do Presidente George W. Bush relativamente a essa iniciativa, aliás, de uma forma que me pareceu conflituante com a posição expressa pelo Sr. Primeiro-Ministro. Por isso, seria importante que o Sr. Primeiro-Ministro clarificasse a sua posição acerca disto.

Aliás, é do conhecimento de todos que as razões invocadas pelos Estados Unidos da América para a guerra contra o Iraque, que, aliás, mudam todos os dias — cada dia há uma nova razão, que substitui a anterior —, não passam de pretextos para obter apoios internacionais para a sua posição unilateral. Repito, toda a gente sabe isto, mas o Sr. Primeiro-Ministro finge desconhecer.

Mas vamos à questão do Direito Internacional.

O Sr. Primeiro-Ministro falou na obstinação do regime iraquiano em não cumprir as resoluções das Nações Unidas. De facto, nós pensamos que as resoluções das Nações Unidas, estas e outras, devem ser cumpridas.

Dizia o Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, que só há um Direito Internacional. Bom, então tenho de perguntar qual é a posição do Governo português perante a sistemática violação do Direito Internacional pelo Estado de Israel.

Vozes do PCP: — Exactamente!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não sabe!

O Orador: — Israel é um Estado do Médio Oriente e, pelo que sabemos, tem armas de destruição maciça, comete crimes contra a Humanidade, viola sistematicamente as resoluções das Nações Unidas, sejam elas da Assembleia Geral, sejam elas do próprio Conselho de Segurança,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — ... e recusa frontalmente a presença das Nações Unidas na Palestina. No entanto, contra Israel não há uma sanção, tudo não passa de uma leve censura, e continua a ser um dilecto parceiro e a ser considerado como um aliado!

A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP): — Responda!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, se só há um Direito Internacional, por que é que há um Direito Internacional em relação ao Iraque que tem de ser cumprido — e entendemos que tem — e há um Direito Internacional que pode deixar de ser cumprido, que é o que se refere a Israel? Nós consideramos que não há dignidade alguma nessa posição e que o Governo português deveria clarificar a sua posição relativamente ao cumprimento do Direito Internacional também pelo Estado de Israel!

Sr. Primeiro-Ministro, a posição digna, que entendemos deve ser a do Governo português, quanto ao Médio Oriente, deve ser a da procura da paz na região! Não serve nenhum interesse nacional procurar obter algumas «migalhas do saco», do petróleo iraquiano à custa de muitos milhares de mortos!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o sem tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Só há duas posições: ou aceitar a guerra com subserviência, ou defender a paz com dignidade! É esta última a nossa opção, e estamos certos de que se for esta a opção do Governo estará de acordo com a da esmagadora maioria do povo português!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, a questão relevante que me colocou tem a ver com Israel, é a única questão nova, porque às outras já respondi, penso eu, e de forma clara, embora V. Ex.^a não queira aceitar os meus argumentos. Mas é verdade que temos aqui posições divergentes.

A posição de Portugal, em relação à questão de Israel, é clara: apoio, sem reservas, a todas as resoluções das Nações Unidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É esta a nossa posição; é a posição que sempre foi defendida, aliás, por sucessivos governos.

Mas como, nesta matéria, há dificuldades, nós apoiamos os esforços em curso no chamado «quarteto», que é formado pelos Estados Unidos da América,...

Vozes do PCP: — Ah!...

O Orador: — ... a Rússia, as Nações Unidas e a União Europeia.

Apoiamos as resoluções da Nações Unidas no que diz respeito à questão de Israel! Mais: defendemos a criação de um Estado palestino! Penso que é absolutamente clara a nossa posição!

Portanto, V. Ex.^a está a abrir «portas abertas»! Não há aqui qualquer dificuldade!

Contudo, não estou a ver em que é que isto prejudica a posição sobre o Iraque.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A questão que estamos agora aqui a discutir é o Iraque, e é a de este país ter de respeitar as resoluções das Nações Unidas. E, neste ponto, a nossa posição é, de facto, a de apoio ao cumprimento das resoluções das Nações Unidas! Eu já disse isto hoje, *n* vezes! Torna, de facto, incômodo o debate, mas é um dever de cortesia para com os Srs. Deputados, responder-lhe isto: eu apoio sem reservas as resoluções das Nações Unidas e só quero que elas sejam cumpridas! E se o Iraque cumprir as resoluções das Nações Unidas, não há qualquer razão para qualquer acção da comunidade internacional contra o Iraque! É só isto!

Penso que o que disse é claro! E estou a dizer isto, porque parece que há quem queira criar dificuldades onde elas não existem!

Esteja tranquilo, Sr. Deputado, que o Governo português mantém a sua posição de defesa intransigente da nossa soberania. Pensamos pela nossa própria cabeça.

A verdade é que referiu posições de alguns outros governos europeus. É verdade, como eu próprio já admiti aqui, que nem todos têm tido um discurso absolutamente convergente. Eu disse-lhe qual é o meu, qual é o do nosso Governo, do Governo que foi eleito pelos portugueses. Mas vou corrigi-lo, Sr. Deputado: não há diferença sensível, eu diria que não há mesmo diferença, entre a posição que o Governo português tem defendido e a posição do governo francês.

O caso alemão é especial, na medida em que a Alemanha, como V. Ex.^a sabe, por um lado, tem limitações constitucionais importantes em relação à utilização das suas forças armadas e, por outro lado, está em eleições. Deixemos passar as eleições na Alemanha.

Agora, a nossa posição é a da União Europeia, apoiamos todas as declarações emitidas pela presidência da União Europeia, e não há nisto qualquer contradição.

Contudo, pensamos pela nossa própria cabeça, não temos de seguir as posições de nenhum outro país. Mas, como eu já disse neste debate, não tenho qualquer ilusão neutral, e, entre os Estados Unidos e o Iraque, entre a democracia e a ditadura, entre a paz e a segurança, de um lado, e o terrorismo, do outro lado, sabemos bem de que lado é que estaremos sempre.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. João Soares (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero fazer-lhe uma pergunta, mas, antes, gos-

tava de dizer-lhe que o ouvi com satisfação «emendar a mão» em relação àquelas infelizes declarações que proferei à saída da Casa Branca. Considero essas declarações um erro político e sinto que houve aqui um «emendar de mão» claro, em relação ao qual é preciso deixar uma palavra de satisfação.

Ver reafirmar aqui o compromisso de respeitar os princípios do Direito Internacional, tal como o vimos definido pelo Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, ou de excluir qualquer intervenção de força fora de um quadro claro de resoluções por parte das Nações Unidas, nomeadamente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é qualquer coisa que nos dá particular satisfação.

Penso, muito sinceramente, Sr. Primeiro-Ministro, que as suas declarações à saída da Casa Branca foram infelizes, e foi assim que foram interpretadas pela generalidade da opinião pública no nosso País e no plano internacional.

Mas a pergunta que quero colocar-lhe tem a ver com uma outra declaração que o Sr. Primeiro-Ministro fez no dia seguinte, no dia 11 de Setembro, e penso que no próprio local dos trágicos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que se propunha construir, na cidade de Lisboa, um monumento às vítimas do terrorismo.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, no dia 11 de Outubro de 2001 foi inaugurado, na cidade de Lisboa, na Av.^a dos Estados Unidos da América, um monumento às vítimas do atentado terrorista ocorrido em 11 de Setembro de 2001, na cidade de Nova Iorque, com a presença do então Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América e da Sr.^a Embaixadora da Grã-Bretanha, e que é, aliás, um monumento da autoria de um militante do seu partido, um conceituado escultor, o Augusto Cid.

Fiquei triste por ver o Sr. Primeiro-Ministro cometer este erro, quando a colocação deste monumento — e há várias pessoas nesta Sala que estiveram presentes nessa cerimónia, que foi pública e muito participada pelo povo da cidade de Lisboa — decorreu no quadro de um conjunto de iniciativas de solidariedade para com os Estados Unidos da América e o seu povo, iniciativas essas da esquerda, dos socialistas e comunistas que governavam a Câmara Municipal de Lisboa, na imediata sequência dos atentados terroristas de 11 de Setembro. Não conheço nenhuma outra capital do mundo onde se tenham feito tantas coisas.

Uma semana depois da tragédia, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos — e há aqui também pessoas que estiveram presente —, houve uma cerimónia ecuménica, com a participação das comunidades islâmica, judaica, ismaelita, de todas as comunidades da cidade de Lisboa. Quinze dias depois, foi aberta uma exposição de 15 fotógrafos portugueses, a que chamei *Tributo de Lisboa a Nova Iorque*. E um mês depois — não há nenhuma outra capital no mundo que o tenha feito —, foi inaugurado na cidade de Lisboa um monumento, que é particularmente expressivo.

O que lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, é se o erro que V. Ex.^a cometeu, ao dizer que queria fazer um monumento na cidade de Lisboa, resulta só da ignorância, da falta de informação, ou da má vontade contra quem teve a iniciativa política, num quadro de consenso, quanto à condenação do terrorismo, de fazer este monumento na cidade de Lisboa. É que existe este monumento na cidade de Lisboa. É só uma má vontade contra as iniciativas dos socialistas e comunistas, iniciativas que foram, aliás, tomadas em consenso com o governo da altura — lembro-

-me das conversas que tive com o então Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre todas estas iniciativas que referi?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Soares disse, em primeiro lugar, que discordava das declarações que proferei à saída do encontro com o Presidente Bush, mas não disse quais, porque as minhas declarações foram, no essencial, as mesmas que fiz aqui hoje. Ou seja, somos a favor da aplicação do Direito Internacional e não excluímos, nesta fase, qualquer opção ao lidar com a ditadura de Saddam Hussein. Foi isto que eu disse: não excluo qualquer opção, e mantendo! Foi o que eu também disse hoje, aqui.

V. Ex.^a está a querer ver evoluções na minha posição que eu, francamente, não consigo descortinar. A nossa posição é a mesma.

É óbvio que à saída do encontro com o Presidente Bush me referi especialmente à posição deste. E deixe-me dizer-lhe que, no encontro que tive com ele, fiquei positivamente impressionado com a sua convicção, com a sua determinação a favor dos valores da liberdade. Considero isto muito importante. Mas, obviamente, não há, quanto à questão de fundo, qualquer evolução na nossa posição, e, por isso, V. Ex.^a não tem razão ao felicitar-me por evoluções na minha posição, porque, pura e simplesmente, ela mantém-se a mesma: é uma posição de defesa pela firmeza, pelo registo firme, do Direito Internacional.

Quanto à segunda questão, Sr. Deputado João Soares, o que se passa é o seguinte: sem prejuízo do monumento que existe na cidade de Lisboa, da autoria de um escultor prestigiado, que V. Ex.^a referiu, foi colocado à disposição da cidade de Lisboa, de Portugal, um conjunto de ruínas, de destroços, de uma das torres gémeas. Isto foi oferecido a Portugal já há alguns meses. Portanto, não se trata de um monumento mas, sim, de um conjunto de destroços que pode servir como reliquia em relação àquilo que significaram as chamadas «torres gémeas». E foi perguntado ao Governo português se queria ou não utilizar essas relíquias. Dirigi-me ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que, desculpar-me-á, já não é V. Ex.^a — foi eleito um outro presidente —, para lhe perguntar se queria ou não fazer algum memorial com essas relíquias, e ele aceitou, tendo considerado uma excelente ideia. Logo, essa é uma decisão que me ultrapassa, porque defendo, como V. Ex.^a sabe, o poder local.

Portanto, V. Ex.^a pode ficar ciente de que não há má vontade alguma em relação à governação socialista da Câmara Municipal de Lisboa; se essa má vontade existiu, ela foi expressa no voto que fez com que V. Ex.^a fosse substituído na presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, dou por encerrado o debate mensal sobre «A situação política internacional, designadamente a questão do Iraque».

Agradeço a presença do Sr. Primeiro-Ministro e dos Srs. Ministros que o acompanham, e ficamos, desde já,

aprazados para o nosso novo encontro, aquando do próximo debate mensal, que está, em princípio, apontado para o dia 10 de Outubro. Até lá boa sorte e bom trabalho.

Srs. Deputados, vamos dar início, ao abrigo do artigo 76.º, n.º 2, do Regimento, ao debate sobre a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável — Cimeira de Joanesburgo. Conforme todos se recordam, este debate foi agendado por minha iniciativa, correspondendo ao grande interesse que representam, para nós e para as futuras gerações, os temas tratados na Cimeira de Joanesburgo, de modo que peço a melhor atenção da Câmara para o mesmo.

Bem sei que a discussão que agora terminamos com o Sr. Primeiro-Ministro sobre a situação internacional, o Iraque, têm um clímax, mas convém que o debate que vamos iniciar se não realize num clima de anticlímax, o que seria, de facto, negativo para o prestígio da própria Assembleia e para o interesse fundamental dos temas em causa.

Para uma intervenção, na qualidade de relatora do relatório relativo à intervenção da Assembleia da República na Cimeira de Joanesburgo, elaborado em sede de Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Ofélia Moleiro, dispondo, para o efeito de 10 minutos.

A Sr.ª Maria Ofélia Moleiro (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, quero saudá-lo, neste reinício da sessão legislativa, e cumprimentar todas as Sr.ªs e Srs. Deputados, na pessoa de V. Ex.º, desejando um trabalho parlamentar profícuo, ao serviço dos nossos cidadãos.

Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.ªs e Srs. Deputados: Em 28 de Maio de 2002, as Deputadas do Partido Ecologista «Os Verdes» requereram ao Sr. Presidente da Comissão do Poder local, Ordenamento do Território e Ambiente, a realização de um conjunto de audições, no âmbito da preparação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável e da participação do nosso País na mesma.

A proposta foi igualmente dirigida ao Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa e foi apresentada na sequência de um projecto de resolução do Partido Ecologista «Os Verdes» sobre a participação de Portugal na Cimeira de Joanesburgo, cujo não agendamento até àquela data inviabilizava a sua concretização.

Dada a importância mundial e nacional da Cimeira, a proposta teve o acolhimento das duas Comissões, tendo os respectivos Presidentes delegado nas Vice-Presidentes a coordenação dos trabalhos de preparação e acompanhamento das audições, bem como a elaboração de relatórios, de que foram relatores os Deputados Almeida Henriques, Maria Eulália Teixeira e Isabel Gonçalves.

Este processo cobriu uma parte muito significativa de organizações ligadas ao ambiente quer governamentais quer não governamentais.

Foram ouvidos o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Liga para a Protecção da Natureza, a Quercus, o GEOTA, a Plataforma Portuguesa das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento, a Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente e a Coordenadora das Associações de Comércio Justo.

As audições centraram-se no balanço das condições do ambiente em Portugal nos 10 anos pós-Conferência do Rio, ocorrida em 1992, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável para 2002 e nas expectativas para a Cimeira de Joanesburgo, bem como na avaliação sobre o estado de preparação de Portugal para esta Cimeira. Analisaram-se, especificamente, as questões identificadas para debate na Cimeira, nomeadamente a mudança climática, os oceanos e as zonas estuarinas e costeiras, a energia, a saúde pública, os riscos potenciais para a saúde, a sustentabilidade do desenvolvimento, a cooperação, o comércio justo, a pobreza e a exclusão social.

Nelas se debateu também a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002), apresentada pelo Governo no dia 5 de Junho e submetida a discussão pública. Neste documento, o Governo português, preparando-se para a Cimeira de Joanesburgo, propõe-se avaliar e perspectivar a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável em Portugal. A estratégia é estabelecida com base em quatro grandes domínios: garantir o desenvolvimento equilibrado do território; melhorar a qualidade do ambiente; produção e consumo sustentáveis; caminhar em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.

O relatório das audições foi apresentado em sede de reunião conjunta das Comissões de Assuntos Europeus e Política Externa e do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente e contém a síntese dos temas abordados e esclarecimentos prestados pelas entidades ouvidas, servindo de base para a discussão e debate em sessão plenária realizada no dia 19 de Julho, na qual os diversos grupos parlamentares exprimiram as suas posições políticas sobre a matéria.

Das intervenções produzidas em sede de reunião conjunta ficou patente a disponibilidade da Assembleia da República para participar, em articulação com o Governo, na delegação nacional à Cimeira de Joanesburgo.

Após o debate em Plenário, o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro dirigiu um convite à Assembleia da República para que um Deputado integrasse a delegação oficial portuguesa, tendo o Sr. Presidente da Assembleia decidido que o representante oficial da Assembleia da República fosse o Presidente da Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, que delegou a representação na Vice-Presidente, com o acordo dos membros das diversas bancadas, por impossibilidade da sua agenda.

A deslocação efectuou-se entre 27 e 31 de Agosto e, juntamente com os Deputados da União Interparlamentar, Manuel Oliveira e Fernando Gomes, integrei, no âmbito da União, o Encontro Parlamentar por ocasião da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, subordinado ao tema «Desenvolvimento Sustentável: O Papel dos Parlamentos na Implementação e Fiscalização dos Compromissos».

Diariamente, no final das sessões de trabalho, em briefings presididos pelo Secretário de Estado do Ambiente, com a presença do embaixador português na África do Sul, neles participando todos os elementos da delegação portuguesa, resumiam-se as sessões que tínhamos integrado e apresentavam-se as principais questões do dia quer em termos de dificuldades, de impasses ou de compromissos já assumidos no Plano de Acção.

O Gabinete de Relações Internacionais do Ministério das Cidades disponibilizava, diariamente, um quadro com o ponto da situação das negociações referente a cada um dos 150 parágrafos do projecto de Plano de Acção em discussão.

Esta reunião magna da Terra foi convocada pela ONU para fazer o balanço da implementação dos resultados da Cimeira do Rio de Janeiro de 1992 e analisar o impacto, nesses resultados, das novas condições que emergiram desde essa altura, como a globalização, as novas tecnologias ou outros factores com impacto no desenvolvimento sustentável.

Segundo o Ministro do Ambiente da África do Sul, no seu discurso inaugural do Encontro Parlamentar, os resultados esperados da Cimeira eram: uma Declaração Política; a aprovação do Plano de Acção de Joanesburgo; o estabelecimento de parcerias negociadas entre os Grupos de Países; declarações e resoluções de compromissos destinados a erradicar a pobreza e a promover o desenvolvimento sustentável do planeta.

A Cimeira iniciou-se com base num Plano de Acção a ser debatido no decurso das reuniões e acordado pelos Estados presentes com uma redacção final que resultasse das negociações entre países e/ou grupos de países, referente à adopção de políticas de desenvolvimento sustentável, nomeadamente nos seguintes domínios: respeito pelos direitos humanos, erradicação da pobreza, acesso a água potável e saneamento, padrões de consumo e produção sustentáveis, energias renováveis, parcerias, gestão adequada de químicos, protecção da saúde humana, conservação de recursos naturais, direito dos oceanos, pescas, alterações climáticas, ajudas ao desenvolvimento, boa governação, globalização, etc.

Em paralelo com esta Cimeira decorreu uma reunião organizada pela União Interparlamentar e pelo Parlamento sul-africano, que já referi, a qual teve lugar durante dois dias, 29 e 30 de Agosto, para debater o tema «O papel dos Parlamentos na implementação e fiscalização dos compromissos». Nela participaram parlamentares de todo o mundo, sendo a delegação portuguesa constituída pelos Deputados Manuel Oliveira, do PSD, Fernando Gomes, do PS, e a subscritora deste relatório. Os trabalhos tinham como base a resolução adoptada em Marraquexe, em 22 de Março de 2002, intitulada «Dez anos depois do Rio: degradação mundial do ambiente e apoio parlamentar ao Protocolo de Quioto».

Estruturaram-se as reuniões em quatro painéis: papel dos Parlamentos na implementação e no respeito das obrigações; desenvolvimento sustentável/base da segurança humana; melhorar o quadro internacional para o desenvolvimento sustentável; nova parceria para o desenvolvimento de África e novas formas de parcerias para o desenvolvimento.

No final do Encontro Parlamentar foi posto à discussão um projecto de Declaração, cobrindo o tema das sessões e contendo recomendações para uma acção parlamentar, de longo prazo, no controlo dos resultados da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Após um longo debate e o acolhimento de alguns contributos para a sua redacção, foi aprovada uma Declaração Final, reafirmando a adesão à Agenda 21 e estabelecendo o compromisso de todos os parlamentares examinarem, sistematicamente, nos Parlamentos nacionais a implementação do Plano de Acção da Cimeira de Joanesburgo e agirem no mesmo sentido no seio da União Interparlamentar, para assegurar um desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A intervenção da Assembleia da República no processo de acompanhamento da Cimeira de Joanesburgo culmina hoje, neste debate

em Plenário, para o qual os diversos grupos parlamentares reservaram as suas posições políticas sobre a matéria.

Mas, Srs. Deputados, o papel da Assembleia não termina, porém, hoje, aqui, devendo continuar a sua intervenção na implementação e fiscalização dos compromissos assumidos pelo Governo em matéria de desenvolvimento sustentável.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para a sua intervenção, quero chamar a atenção dos grupos parlamentares para o facto de haver hoje lugar a votações, à hora regimental, ou seja, às 18 horas. Já pedi para que esta indicação fosse colocada no circuito interno de televisão e daqui a pouco vamos accionar a campainha, mas parece-me que vale a pena preveni-los, porque, de acordo com a praxe estabelecida, vamos verificar o quórum antes de procedermos a qualquer votação. Este ponto é de princípio.

Tem, então, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Morais): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Permitam-me, antes de mais, felicitar esta Assembleia pelo facto de, no início de mais um ano parlamentar, na Semana da Mobilidade e em vésperas de mais um Dia Europeu Sem Carros, ter decidido debater a temática da sustentabilidade, no quadro de um debate de interesse relevante.

Finda a Cimeira de Joanesburgo, é com prazer que nos apresentamos perante as Sr.^{as} e os Srs. Deputados para fazer um balanço da mesma, bem como analisar as suas implicações para o nosso País.

O balanço que o Governo — a par da União Europeia — faz da Cimeira é moderadamente positivo. Entendemos que o acordo alcançado em Joanesburgo, embora aquém das expectativas, reflecte os principais objectivos políticos que a União Europeia levava para Joanesburgo e representa um ponto de viragem, orientado para a acção rumo ao desenvolvimento sustentável.

É certo que não estamos completamente satisfeitos com alguns aspectos do compromisso alcançado, nomeadamente em matéria de energias renováveis, onde não foi possível sair de Joanesburgo com uma meta concreta. Tendo, no entanto, em conta a transversalidade da agenda da Cimeira e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que inclui um conjunto de temas económicos, sociais e ambientais, nos termos dos quais se concentra um debate de mais de 30 anos, os resultados alcançados em Joanesburgo não podem deixar de ser considerados positivos, tanto mais que, na sua estrutura e objectivos, tais resultados são claramente orientados para a acção, através da definição de metas e prazos concretos, meios de financiamento e parcerias entre os sectores público e privado. Positivos ainda, porque do reforço da consciencialização para os problemas do planeta e da sociedade humana, o pós-Joanesburgo só pode ser perspectivado como um desafio para os governos, para as empresas, para as ONG, para os cidadãos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A comunidade internacional cedo decidiu que Joanesburgo deveria tentar conciliar importantes agendas internacionais, tais como: a Agenda 21, resultante da Cimeira da Terra, de 1992; os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, de 2000; a Agenda sobre Comércio e Desenvolvimento de Doha, de 2001; e o Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento, de Março deste ano.

Ora, a conciliação destas agendas foi feita em torno do objectivo central da redução da pobreza e da protecção do ambiente. Por outras palavras, Joanesburgo consagrou definitivamente a noção de que a pobreza abjecta com que se confrontam milhões de pessoas é a principal causa da degradação ambiental do planeta. Reduzir essa pobreza é, portanto, o contributo mais importante para a protecção dos ecossistemas indispensáveis para a manutenção da vida na Terra.

Os resultados obtidos na Cimeira incluem, assim, um conjunto de compromissos em matérias como: acesso à água e ao saneamento, melhoria das condições de saúde das populações, aumento do acesso a serviços energéticos e protecção da biodiversidade e dos ecossistemas do planeta.

Tais compromissos estão, na sua maioria, calendarizados no chamado Plano de Implementação de Joanesburgo.

Permitam-me resumir, sucintamente, os principais compromissos contidos no Plano de Implementação.

Quanto ao acesso a água e a saneamento básico, a comunidade internacional compromete-se a reduzir para metade a proporção da população mundial sem acesso a água e a saneamento até 2015.

A redução da poluição de produtos químicos é outra importante matéria com metas, nos termos das quais se reduzirá a poluição de produtos químicos até 2020.

Em relação aos oceanos, reafirmou-se a consciencialização do papel fundamental dos oceanos no equilíbrio ecológico e de gestão sustentada dos recursos do planeta. Tendo sido este dossier coordenado por Portugal no seio da União Europeia, é com satisfação que constatamos que, nomeadamente, em matéria de recursos pesqueiros, se acordou em inverter a depredação desses recursos até 2015, por forma a atingir a sustentabilidade da actividade pesqueira.

Como é sabido, Portugal tem importantes responsabilidades históricas na constatação do papel fundamental desempenhado pelos oceanos e zonas costeiras no equilíbrio ecológico do planeta e na sustentação das vidas de milhões de pessoas.

Como foi referido pelo Primeiro-Ministro em Joanesburgo, continuamos empenhados numa melhor articulação internacional da gestão dos oceanos.

Temos, como é sabido, propostas concretas no respeitante ao estabelecimento em Portugal de uma estrutura internacional sobre oceanos. Joanesburgo permite, também aqui, um novo impulso nesse sentido.

Os compromissos do Plano de Implementação estão enquadrados financeiramente, através da criação de um Fundo para a Solidariedade. Este fundo multilateral irá contribuir para a redução da pobreza e para os objectivos da Cimeira.

A comunidade internacional reafirmou decisivamente os objectivos de financiamento do Consenso de Monterrey sobre financiamento para o desenvolvimento e da Agenda de Doha sobre comércio internacional.

Relativamente ao acesso ao mercado, no quadro dos compromissos firmados em Doha, a comunidade internacional, em particular os países desenvolvidos, comprometeram-se a melhorar o acesso aos seus mercados de produtos oriundos de países em desenvolvimento.

Reafirmou-se este importante princípio da precaução para a União Europeia, quer no quadro da Conferência do Rio quer tendo em conta os desenvolvimentos posteriores em áreas como a poluição de produtos químicos.

A Cimeira ficou ainda marcada, pela positiva, com a consagração da abordagem das parcerias como meios complementares de acção para o plano de implementação. As parcerias representam um importante contributo adicional, inclusivamente em termos de recursos financeiros, para garantir que os objectivos de Joanesburgo serão plenamente alcançados; representam ainda a consagração da noção de que o desenvolvimento sustentável é um designio de todos, cidadãos e entidades públicas e privadas, aos níveis global, nacional e local.

O volume financeiro estimado para as cerca de 220 parcerias anunciadas na Cimeira totaliza cerca de 235 milhões de euros e irá certamente, pelo menos, duplicar.

A União Europeia, em particular, lançou duas importantes parcerias sobre água e saneamento com a África, a Ásia Central e o Cáucaso.

Portugal, que participa nessas parcerias, irá desenvolver acções com os PALOP, designadamente com Moçambique e Cabo Verde; está também a analisar a possibilidade de parcerias com Timor Leste e, no quadro da Comunidade Ibero-Americana, conjuntamente com a Espanha, está a preparar mais uma parceria da União Europeia sobre água e saneamento com os países da América Latina.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como referimos, não ficámos satisfeitos com a ausência de metas e prazos para o aumento das energias renováveis.

Nesse sentido, a União Europeia e um vasto conjunto de países, como o Brasil, a Noruega, a Suíça, os países do Leste europeu, etc., anunciaram uma iniciativa sobre energia que pretende manter metas de aumento da percentagem de energias renováveis, tal como havíamos pretendido para o Plano de Implementação.

Esta iniciativa, pela sua dimensão, poderá incentivar países não aderentes a fazê-lo oportunamente.

Um outro factor importante para mitigar a desilusão provocada pela ausência de uma meta para as energias renováveis prende-se, neste caso, com as boas notícias sobre o Protocolo de Quioto saídas de Joanesburgo.

Embora não tenha sido possível garantir, durante a Cimeira, a entrada em vigor do Protocolo, a comunidade internacional, incluindo países como o Japão, o Canadá, a Rússia e a China, apelaram aos países que ainda não tinham ratificado o Protocolo que o fizessem oportunamente. O Canadá e a Rússia afirmaram mesmo que irão ratificar o Protocolo de Quioto até final deste ano/início do próximo.

Tal facto representa, por si só, um importante resultado da Cimeira, visto que, com a ratificação destes dois países, se garante a entrada em vigor do Protocolo e, sobretudo, a importante caminhada no sentido da sua implementação.

O exemplo do Protocolo de Quioto representa ainda um outro aspecto positivo a realçar de Joanesburgo e que constitui uma prioridade da União Europeia e de Portugal: a par com as metas para os químicos e a biodiversi-

dade e da consagração do princípio da precaução, podemos afirmar que, em Joanesburgo, começou a inverter-se o passo no sentido de uma crise de implementação dos acordos internacionais de ambiente. A próxima década deverá, assim, ser vista como a «década da aplicação» desses importantes acordos internacionais.

Uma nota ainda sobre a participação de Portugal na Cimeira. Como é sabido, devido a restrições orçamentais, Portugal fez-se representar em Joanesburgo por uma delegação relativamente modesta. Pouca quantidade não foi, no entanto, sinónimo de pouca qualidade, pelo contrário!

A delegação nacional revelou-se dinâmica e competente, e os negociadores, que representavam Ministérios como os dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, da Economia e, naturalmente, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, trabalharam em pleno espírito de equipa na defesa dos interesses nacionais e da União Europeia.

Deixo, a esse respeito, uma palavra especial para o Secretário de Estado do Ambiente, que desempenhou um importante papel de liderança durante as duas semanas de negociação.

Aplausos do PSD.

Portugal liderou mesmo alguns importantes debates políticos no seio da União Europeia, tendo tal contribuído para a credibilidade internacional do nosso país.

Destaco, em particular, dois aspectos: o primeiro deles foi a necessidade de conferir à Presidência dinamarquesa um mandato negocial claro mas consequente, que lhe permitisse traduzir, nesse plano também, a liderança da União Europeia no plano das propostas.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro de Portugal liderou, na União Europeia, o debate feito no sentido de se entender a globalização como fenómeno que constitui não só um desafio como também uma oportunidade, e de se realçar o papel dos oceanos nos textos negociados em Joanesburgo.

A delegação nacional contou ainda, aliás de forma inovadora, com uma representação alargada. De facto, para além de elementos governamentais, a delegação integrou três ilustres membros desta Assembleia e elementos do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e de ONG's da área do ambiente e desenvolvimento.

Permito-me ainda referir o importante contributo português no quadro das representações de autoridades locais durante a cimeira. Apesar de apenas duas autarquias se terem feito representar em Joanesburgo, estas participaram activamente na elaboração de propostas das autoridades locais para os documentos negociais de Joanesburgo, nomeadamente no que respeita ao papel fundamental das Agendas Local XXI.

Importa agora dinamizar no nosso país a elaboração das Agendas Locais XXI e este Ministério, em particular, está já a trabalhar nesse sentido, nomeadamente no quadro da nova fase da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado de que vos falarei mais adiante.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Terminada a Cimeira de Joanesburgo e analisados os seus resultados, importa agora pensar no «dia seguinte».

Joanesburgo constitui, sem dúvida, um importante, indispensável mesmo, enquadramento multilateral para a resolução de problemas com implicações globais. Para pa-

ses como Portugal, tal enquadramento permitirá, nomeadamente, que se trabalhe no sentido de direcionar a sua cooperação, pública e privada, para o desenvolvimento sustentável.

Joanesburgo permite ainda, sobretudo, garantir a continuação do desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Fruto de um impulso decisivo e deliberado deste Governo, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável foi já sujeita, como é sabido, a uma primeira ronda de debate público.

O objectivo político deste Governo é claro e não temos qualquer espécie de receio em assumi-lo: pretendemos agora concretizar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável num plano nacional de desenvolvimento sustentável com metas e prazos, recursos financeiros e indicadores de medição de progresso.

Como é sabido, a condução política desta nova fase da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável está agora a cargo do Primeiro-Ministro, tendo ficado a coordenação técnica a cargo do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Estão, assim, criadas as condições para, num quadro de transversalidade e diálogo, encetar uma metodologia de trabalho que permita a elaboração, em 2003, do plano nacional de desenvolvimento sustentável.

A metodologia que estamos elaborando, e que será debatida com os parceiros sociais, radica em vários elementos principais. Assim, até ao fim do ano levaremos a cabo um conjunto de sessões temáticas, baseadas nos quatro grandes domínios estratégicos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que relembramos — garantir o desenvolvimento equilibrado do território, melhoria da qualidade do ambiente, produção e consumo sustentáveis, em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.

Estas sessões temáticas serão participadas por especialistas e por diferentes partes interessadas — cidadãos, empresas, universidades, etc. —, representando um vasto conjunto de conhecimentos que julgamos essencial ter em conta para a produção de um plano credível e consequente.

Estas sessões serão ainda precedidas e complementadas por reuniões de trabalho sectoriais, promovidas por diferentes ministérios e contando com a participação ampla de interessados.

Podem, assim, vislumbrar-se sessões sobre temas económicos (indústria, energia, agricultura e pescas), ambientais (conservação da natureza e biodiversidade, melhoria da gestão ambiental, cumprimento de objectivos ambientais) e sociais (conhecimento, solidariedade social, cooperação).

Pretendemos que esta nova fase da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável seja mais centrada nos aspectos quantitativos e práticos de um futuro plano nacional. Para tal, as reuniões de trabalho serão guiadas por questionários com perguntas concretas e orientadas para as acções que venham a ser previstas no plano.

Pela nossa parte, estamos preparados para continuar a trabalhar de forma séria e empenhada na busca de soluções credíveis, realistas mas efectivas, para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Para tal, serão vários os contributos que iremos apresentar e discutir com os restantes membros do Governo e com os parceiros sociais. Permito-me, neste momento, destacar três deles.

Em primeiro lugar, reputamos da maior importância abordar, séria e credivelmente, a temática da fiscalidade para o desenvolvimento sustentável. Iremos, nesse sentido, dar início a um estudo sobre esta matéria. Pretendemos, nomeadamente, explorar formas inovadoras, através de instrumentos fiscais e financeiros, de incentivar o investimento em bens, equipamentos e processos com cariz ambiental.

A título de exemplo, iremos estudar a possibilidade de incentivos fiscais a actividades de investigação e desenvolvimento em matéria de sustentabilidade, e a empresas que avaliem as implicações ambientais das suas actividades.

Em segundo lugar, reputamos da maior importância a necessidade de rever o enquadramento legal em matéria de água, no seguimento da aplicação da Directiva-Quadro da Água.

Um aspecto fundamental a este respeito é a revisão do regime económico-financeiro da água, com vista a que o seu preço reflicta, efectivamente, o custo da sua captação e do seu tratamento.

Em terceiro lugar, no quadro do papel central que estamos conferindo à actividade de fiscalização e inspecção por parte do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, iremos rever as molduras contra-ordenacionais em matéria ambiental que ao invés de constituir efetivos instrumentos de dissuasão não passam de «tigres de papel».

Iremos, assim, simplificar o regime das contra-ordenações ambientais, com vista ao agravamento das coimas e aplicação de sanções, assessorias e à simplificação dos procedimentos.

Neste capítulo, assume também um papel importante o regime de responsabilidade por danos ambientais assente em meios eficazes e expeditos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O desafio de Joanesburgo é tão simplesmente o de passarmos das palavras aos actos. Em nome do Governo assumiremos claramente esse objectivo, quer no quadro das acções que lançámos, e lançaremos, para aplicar o Plano de Implementação de Joanesburgo quer, sobretudo, para o desafio que temos em mãos.

Com a sociedade civil iremos elaborar o «nosso» plano de implementação, igualmente orientado para a acção. O plano nacional de desenvolvimento sustentável, a aprovar em 2003, será baseado em metas e prazos realistas e concretos.

Como dizia o famoso Relatório Brundtland sobre desenvolvimento sustentável, já em 1987, «o nosso futuro global depende (...) da nossa vontade e capacidade para dedicar à nossa inteligência, capacidade de adaptação e energia para o nosso futuro comum.»

Esta é uma escolha que podemos fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, conforme combinado, vamos proceder às votações, mas só depois de fazermos a contagem dos Deputados presentes, para apurar o quórum.

Pausa.

A Mesa contou o seguinte número de Deputados: PSD — 71; PS — 65; CDS-PP — 9; PCP — 9; BE — 3; Partido Ecologista Os Verdes — 2.

Isto significa que temos quórum para proceder às votações, já que este é de metade mais um, ou seja, de 116 Deputados.

Sr.ª Deputada Isabel Castro, pede a palavra para que efectue?

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sobre que matéria, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sobre os diplomas que vão ser votados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, deram entrada na Mesa requerimentos de algumas bancadas no sentido de não serem submetidos a votação projectos de diploma que ontem estiveram em discussão. Ora, ontem esteve em debate neste Plenário um projecto de lei de Os Verdes em relação ao qual algumas bancadas admitem a baixa à Comissão sem votação na generalidade, na medida que se esperava a apresentação de uma iniciativa do Governo sobre a mesma matéria.

Assim, gostaria de explicar à Mesa que mantemos a votação desse diploma, uma vez que confirmámos hoje que o Governo não tem ultimada qualquer iniciativa sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado pelo esclarecimento, Sr.ª Deputada, que foi útil para definir as posições.

Sr. Deputado Luís Marques Guedes, pede também a palavra para uma interpelação à Mesa sobre esta matéria?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É sobre a mesma matéria, Sr. Presidente, para fazer uma pequena correcção ao que disse a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, a informação que temos é a de que o Governo tem legislação preparada sobre o assunto, mas está a ouvir as entidades que têm de ser auscultadas sobre esta matéria para legislar, o que fará, em princípio, sob a forma de decreto-lei.

Portanto, o problema é ligeiramente diferente: é verdade de que o Governo tem matéria preparada; o que o Governo não tem ainda é um *timing* de aprovação, porque está na fase de consultas às entidades que sobre esta matéria têm de ser ouvidas.

Era só esta correcção que queria fazer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar, em conjunto, os projectos de resolução n.os 45/IX — Viagem do Presidente da República à Finlândia, 46/IX — Viagem do Presidente da República a Florença, e 48/IX — Viagem do Presidente das Repúblicas à Bulgária (Presidente da AR).

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento de baixa à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações,

sem votação na generalidade, por 8 dias, da proposta de lei n.º 19/IX — Autoriza o Governo a criar entidades coordenadoras de transportes nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto e a transferir para essas entidades as competências municipais necessárias ao exercício das suas atribuições.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos agora votar o requerimento de baixa à mesma Comissão, sem votação na generalidade, por 8 dias, do projecto de lei n.º 5/IX — Criação das autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e do Porto (PCP).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento de baixa à mesma Comissão, sem votação na generalidade, pelo prazo de uma semana, do projecto de lei n.º 11/IX — Cria as autoridades metropolitanas de transportes (BE).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Finalmente, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 7/IX — Estabelece regras de segurança no transporte colectivo de crianças (Os Verdes).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Miguel Coelho faz-nos saber que em nome dos Srs. Deputados do PS será apresentada uma declaração de voto sobre esta matéria.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai agora dar-vos conta de dois pareceres da Comissão de Ética.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Verde, Processo n.º 199/99.7TBV/VD, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Jorge Pereira (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de ofendido, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Pausa.

Não havendo objecções, vamos votar o parecer da Comissão de Ética.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Sintra — Juízos Criminais, , Processo n.º 1093/01.9TASNT, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Sócrates (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Pausa.

Não havendo objecções, vamos votar o parecer da Comissão de Ética.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate, com os pedidos de esclarecimentos ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, dos Deputados que para tal se inscreveram.

Antes disso, peço ao Sr. Vice-Presidente, Manuel Alegre, que me substitua na Mesa até às 19 horas.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Manuel Alegre.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ºs e Srs. Deputados: Não vou usar eufemismos. Para o Bloco de Esquerda, a Cimeira de Joanesburgo correu mal, foi uma frustração! É preciso dizer-lo com clareza.

Parece-nos também que, ao contrário do que o Sr. Ministro aqui propagou, a presença portuguesa foi modesta, discreta, excepção feita ao dossier sobre os oceanos.

Parece-nos também que o documento que levámos sobre a estratégia do desenvolvimento sustentável, como já foi dito nesta Casa, era vago, ambíguo e pouco ambicioso.

No entanto, Sr. Ministro — e era neste sentido que lhe colocaria a minha questão —, a Cimeira até tinha um bom lema, associando a questão do ambiente ao desenvolvimento sustentável, tirando o ambiente de uma visão estrita, de uma redoma, e juntando-o aos outros temas sociais. E desenvolvimento sustentável, ainda para mais!...

Quer isto dizer que as respostas às necessidades presentes não podem, de forma nenhuma, prejudicar as gerações futuras. Inclusivamente, colocou-se o dedo na ferida ao falar de pobreza e o Sr. Ministro referiu — e bem! — essa questão na sua intervenção.

Assim, gostava de colocar-lhe duas questões muito claras, porque isso, sim, honraria Portugal no quadro internacional.

Primeira questão: Portugal está em condições de assegurar que, no seguimento da Cimeira do Rio e da Cimeira de Joanesburgo, alcançará os 0,7% do PIB na ajuda aos países em vias de desenvolvimento, já que, neste momento, a média da União Europeia é de 0,3%? Qual é, neste momento, a ajuda que Portugal dispensa aos países em via de desenvolvimento?

Segunda questão: Portugal está ou não está a cumprir o Protocolo de Quioto?

São duas questões concretas, para as quais espero também respostas concretas.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, estão ainda inscritos, para pedir esclarecimentos, sete Srs. Deputados. V. Ex.ª quer responder já ou prefere responder por grupos de 3?

gia produzida seja utilizando energias renováveis. Sendo que estamos longíssimo desse objectivo; sendo que a intensidade energética no nosso país, ao invés de ser reduzida, está a crescer 1,5% ao ano; sendo que os transportes são um sector vital,...

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Oradora: — ... pergunto-lhe, com base em calendários fixos — porque o problema tem residido precisamente na ausência de calendários, meios e metas —, como é que pensa resolver esta situação.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, disse que a Cimeira correu mal. Depende da perspectiva: para uns correu mal, para outros correu bem. Prefiro o meu discurso, no sentido de que tínhamos uma posição moderadamente positiva.

Foi a primeira Cimeira em que participei. Participaram nela milhares de pessoas. Os governos têm de fazer reuniões sectoriais, nas quais uma vírgula demora três horas a discutir. Portanto, V. Ex.^a sabe muito bem que não é fácil o acordo em reuniões desta natureza. Aliás, o acordo normalmente é estabelecido antes e, quando se chega à Cimeira, o essencial tem de estar acordado. Na Cimeira discuté-se muito, acertam-se alguns pormenores, mas...

O Sr. Honório Novo (PCP): — A questão é que nada estava acordado, por isso a Cimeira foi um fracasso!

O Orador: — Considero que a Cimeira, apesar de tudo, tem aspectos muito positivos que referi na minha intervenção.

Refere que a presença portuguesa foi modesta. Normalmente, nestas coisas a crítica é nos dois sentidos: se a delegação portuguesa tivesse sido grande, não faltariam críticos dizendo que as pessoas tinham ido passear para Joanesburgo. Bom, as pessoas que lá estiveram trabalharam intensamente, trabalharam bem, trabalharam muitas noites até cerca das 6 horas da manhã. Portanto, foi, de facto, um trabalho extraordinário, reconhecido no seio da própria União Europeia.

O Sr. Deputado diz ainda que o documento que levámos era pouco ambicioso. Mas não levámos documento nenhum. A estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável é uma estratégia para Portugal, não é para a Europa, não é para o mundo, não é para o planeta. É o nosso contributo a nível nacional. Não tínhamos de levar a nossa estratégia para Joanesburgo, não tínhamos essa presunção.

Estávamos inseridos no bloco da União Europeia e era nesse contexto que discutímos as nossas posições, posições essas que de uma forma geral foram salvaguardadas — pelo menos, foram salvaguardadas no sentido de reafirmar compromissos anteriores. Pode não se ter ido muito mais longe, mas reafirmaram-se compromissos anteriores.

No que diz respeito à outra questão que colocou, é óbvio que Portugal não está, neste momento, em condições de atingir os 0,7% do PIB na ajuda aos países em

vias de desenvolvimento. No entanto, há o compromisso, no âmbito da União Europeia, de até 2006 Portugal atingir os 0,33% do PIB. Neste momento, estamos com 0,27%, o que significa que estamos à frente de alguns países da União Europeia.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira diz que eu não trouxe aqui nada. Realmente estranho: como é que havíamos de trazer tudo feito se os estudos não estavam feitos?!... Se se estão a fazer estudos agora é porque antes não os fizeram!...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se, porventura, tivéssemos chegado ao Governo e os estudos estivessem devidamente elaborados, tínhamos a vida facilitada. Mas a verdade é que, por exemplo, relativamente ao plano nacional de alterações climáticas, está agora a fazer-se o trabalho de medição e de quantificação, justamente para vermos como é que vamos actuar nessa matéria.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito à fiscalidade, naturalmente que vão ser dados os primeiros passos.

Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira trunca a minha afirmação, relativamente à perspectiva que dei de os Estados Unidos ratificarem ou não o Protocolo de Quioto. Estou convencido de que os Estados Unidos ratificarão o Protocolo de Quioto.

No entanto, respondo ao Sr. Deputado apenas desta maneira: surpreende-me essa sua preocupação com a afirmação que fiz quando foi precisamente durante o governo de que V. Ex.^a fez parte que se assistiu a um disparo extraordinário justamente na emissão de gases com repercussões no efeito de estufa. Não vamos ultrapassar os valores que eram para ser atingidos em 2010 apenas porque já estavam ultrapassados em 2001. Portanto, V. Ex.^a não tem autoridade moral para pôr a questão nesses termos.

No que diz respeito ao Dia Europeu sem Carros, este ano vão participar 65 câmaras contra 51 que participaram o ano passado. Lisboa não participa e penso que faz muito bem, porque apresentou um argumento correcto: aos domingos, em Lisboa, não há carros e, portanto, não há problemas.

Risos do PS e do PCP.

É o argumento da Câmara Municipal de Lisboa. Mas é preciso ter em conta que Lisboa participa na Semana Europeia da Mobilidade com a promoção de diversas iniciativas ao longo de toda a semana.

Como os Srs. Deputados calculam — e o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, muito particularmente, tem responsabilidades nessa matéria —, o Dia Europeu sem Carros ou a Semana Europeia da Mobilidade são fundamentalmente momentos que visam a consciencialização das pessoas para o problema. O que se pretende é chamar a atenção para a necessidade de tomar medidas e adoptar comportamentos que sejam correctos do ponto de vista ambiental. O que se pretende com o Dia Europeu sem Carros é a sensibilização da população. Portanto, nesse aspecto, temos mais câmaras envolvidas no projecto do que havia no ano passado.

gia produzida seja utilizando energias renováveis. Sendo que estamos longíssimo desse objectivo; sendo que a intensidade energética no nosso país, ao invés de ser reduzida, está a crescer 1,5% ao ano; sendo que os transportes são um sector vital,...

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Oradora: — ... pergunto-lhe, com base em calendários fixos — porque o problema tem residido precisamente na ausência de calendários, meios e metas —, como é que pensa resolver esta situação.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, disse que a Cimeira correu mal. Depende da perspectiva: para uns correu mal, para outros correu bem. Prefiro o meu discurso, no sentido de que tínhamos uma posição moderadamente positiva.

Foi a primeira Cimeira em que participei. Participaram nela milhares de pessoas. Os governos têm de fazer reuniões sectoriais, nas quais uma vírgula demora três horas a discutir. Portanto, V. Ex.^a sabe muito bem que não é fácil o acordo em reuniões desta natureza. Aliás, o acordo normalmente é estabelecido antes e, quando se chega à Cimeira, o essencial tem de estar acordado. Na Cimeira discute-se muito, acertam-se alguns pormenores, mas...

O Sr. Honório Novo (PCP): — A questão é que nada estava acordado, por isso a Cimeira foi um fracasso!

O Orador: — Considero que a Cimeira, apesar de tudo, tem aspectos muito positivos que referi na minha intervenção.

Refere que a presença portuguesa foi modesta. Normalmente, nestas coisas a crítica é nos dois sentidos: se a delegação portuguesa tivesse sido grande, não faltariam críticos dizendo que as pessoas tinham ido passear para Joanesburgo. Bom, as pessoas que lá estiveram trabalharam intensamente, trabalharam bem, trabalharam muitas noites até cerca das 6 horas da manhã. Portanto, foi, de facto, um trabalho extraordinário, reconhecido no seio da própria União Europeia.

O Sr. Deputado diz ainda que o documento que levámos era pouco ambicioso. Mas não levámos documento nenhum. A estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável é uma estratégia para Portugal, não é para a Europa, não é para o mundo, não é para o planeta. É o nosso contributo a nível nacional. Não tínhamos de levar a nossa estratégia para Joanesburgo, não tínhamos essa presunção.

Estávamos inseridos no bloco da União Europeia e era nesse contexto que discutímos as nossas posições, posições essas que de uma forma geral foram salvaguardadas — pelo menos, foram salvaguardadas no sentido de reafirmar compromissos anteriores. Pode não se ter ido muito mais longe, mas reafirmaram-se compromissos anteriores.

No que diz respeito à outra questão que colocou, é óbvio que Portugal não está, neste momento, em condições de atingir os 0,7% do PIB na ajuda aos países em

vias de desenvolvimento. No entanto, há o compromisso, no âmbito da União Europeia, de até 2006 Portugal atingir os 0,33% do PIB. Neste momento, estamos com 0,27%, o que significa que estamos à frente de alguns países da União Europeia.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira diz que eu não trouxe aqui nada. Realmente estranho: como é que havíamos de trazer tudo feito se os estudos não estavam feitos?!... Se se estão a fazer estudos agora é porque antes não os fizeram!...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se, porventura, tivéssemos chegado ao Governo e os estudos estivessem devidamente elaborados, tínhamos a vida facilitada. Mas a verdade é que, por exemplo, relativamente ao plano nacional de alterações climáticas, está agora a fazer-se o trabalho de medição e de quantificação, justamente para vermos como é que vamos actuar nessa matéria.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito à fiscalidade, naturalmente que vão ser dados os primeiros passos.

Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira trunca a minha afirmação, relativamente à perspectiva que dei de os Estados Unidos ratificarem ou não o Protocolo de Quioto. Estou convencido de que os Estados Unidos ratificarão o Protocolo de Quioto.

No entanto, respondo ao Sr. Deputado apenas desta maneira: surpreende-me essa sua preocupação com a afirmação que fiz quando foi precisamente durante o governo de que V. Ex.^a fez parte que se assistiu a um disparo extraordinário justamente na emissão de gases com repercussões no efeito de estufa. Não vamos ultrapassar os valores que eram para ser atingidos em 2010 apenas porque já estavam ultrapassados em 2001. Portanto, V. Ex.^a não tem autoridade moral para pôr a questão nesses termos.

No que diz respeito ao Dia Europeu sem Carros, este ano vão participar 65 câmaras contra 51 que participaram o ano passado. Lisboa não participa e penso que faz muito bem, porque apresentou um argumento correcto: aos domingos, em Lisboa, não há carros e, portanto, não há problemas.

Risos do PS e do PCP.

É o argumento da Câmara Municipal de Lisboa. Mas é preciso ter em conta que Lisboa participa na Semana Europeia da Mobilidade com a promoção de diversas iniciativas ao longo de toda a semana.

Como os Srs. Deputados calculam — e o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, muito particularmente, tem responsabilidades nessa matéria —, o Dia Europeu sem Carros ou a Semana Europeia da Mobilidade são fundamentalmente momentos que visam a consciencialização das pessoas para o problema. O que se pretende é chamar a atenção para a necessidade de tomar medidas e adoptar comportamentos que sejam correctos do ponto de vista ambiental. O que se pretende com o Dia Europeu sem Carros é a sensibilização da população. Portanto, nesse aspecto, temos mais câmaras envolvidas no projecto do que havia no ano passado.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr. Ministro, queira concluir, por favor. Já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A Sr.^a Deputada Isabel Castro colocou algumas questões, mas penso que já lhes respondi, designadamente no que diz respeito ao compromisso de Monterrey e à política nacional de alterações climáticas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para formular pedidos de esclarecimento, neste segundo grupo de 3, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Ministro não só pela intervenção que fez, esclarecedora e esclarecida acerca das questões relacionadas com a Cimeira de Joanesburgo, mas também pela grande objectividade das suas respostas às questões concretas.

Quero, ainda, transmitir-lhe, e a todo o seu Gabinete, o reconhecimento pela colaboração muito profícua que existiu entre esta Casa e o Governo no que se refere à discussão e à preparação que conduziram a esta excelente participação de Portugal na Cimeira de Joanesburgo.

Gostava de referir que partimos para esta Cimeira de Joanesburgo com uma expectativa bastante mais baixa do que aquela com que tínhamos partido para a Cimeira do Rio.

Assumiram-se, como objectivos, o balanço da implementação dos resultados do Rio e, também, a análise desses resultados face às novas condições que emergiram no mundo, tal como o facto de que a Cimeira seria uma excelente oportunidade para promover o diálogo.

Independentemente de todas as críticas, foi, reconheçamos, um espaço único e alargado de diálogo e entendimento a nível mundial. Participaram 21 000 pessoas, das quais 9000 delegados, 8000 ONG's e 4000 jornalistas.

Penso que podemos considerar que esta Cimeira foi, de facto, um ponto de viragem orientado para a acção.

Kofi Annan, com o seu tradicional optimismo, afirmou que Joanesburgo constitui um grande avanço na constituição de uma parceria entre o sector público, a sociedade civil, os governos e outros protagonistas na luta contra a pobreza. Queremos crer que assim é.

Repare-se que nas duas dimensões principais da Cimeira, a redução da pobreza e a protecção do ambiente, apesar de, em 8 anos, se ter conseguido alguma redução dos níveis de pobreza — de 29%, em 1990, para 23%, em 1998 —, facto é que a pobreza atinge ainda hoje 1,2 mil milhões de pessoas no mundo, sendo o objectivo concreto desta Cimeira o da redução para metade, até 2015.

De igual modo, temos consciência de que a União Europeia assumiu como objectivos da Presidência a necessidade de a Cimeira se traduzir em resultados práticos e concretos e com progressos que servissem para comprometer os Estados em termos de obrigação mútua.

Consideramos, também, que, de facto, a União Europeia liderou esta Cimeira.

O Governo português referiu que a importância desta Cimeira teria de aferir-se pela capacidade de colocar na prática a estratégia de desenvolvimento que sustente a definição de prazos concretos. Pensamos que o desígnio previsto no Plano de Implementação é uma resposta a esta questão.

Passando a colocar algumas questões concretas, gosta-va de questionar o Sr. Ministro acerca de três casos.

O pacote de financiamento de Joanesburgo ficou aquém quer das expectativas quer das necessidades de financiamento do Plano de Implementação. Pergunto se concorda com esta afirmação e, nesta medida, qual o contributo que Portugal poderá dar.

É do conhecimento público a criação de um fundo para a solidariedade que, inclusivamente, teve a oposição da União Europeia pelo facto de a contribuição para o mesmo ser meramente voluntária e porque, em nome desse fundo, algumas partes aproveitaram para desviar a atenção relativamente aos compromissos de Monterrey.

Pergunto, pois, ao Sr. Ministro se aquele fundo de solidariedade vai ser adoptado e qual irá ser o contributo de Portugal para o mesmo.

Por último, afirma-se que, para além do pacote financeiro, existe o pacote comercial e, em particular, o pacote de subsídios.

A este respeito, Portugal interveio no sentido de não permitir que se reduzissem os subsídios ao ambiente. Pergunto ao Sr. Ministro se concorda com esta afirmação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, no início do seu discurso, referiu que os resultados da Cimeira de Joanesburgo são moderadamente positivos.

No entanto, depois de ter ouvido a sua intervenção, creio que todos concluímos que o senhor não está moderadamente optimista, está imensamente optimista.

De facto, no seu discurso, pouco ou não é dito sobre o que são as diferenças entre o «antes» e o «depois» de Joanesburgo, entre o que eram as expectativas e as necessidades e o que, de facto, foram os resultados.

Creio que o Sr. Ministro só tem esse discurso tão optimista porque não se deu ao cuidado de notar as diferenças entre o que eram as expectativas e as necessidades e o que são, de facto, os resultados, tão vagos, tão imprecisos e tão insuficientes, da Cimeira de Joanesburgo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Entretanto, quero colocar-lhe duas ou três questões mais ou menos objectivas — e não vou enveredar pelo que seria expectável da sua parte, Sr. Ministro.

Antes de férias, o senhor veio aqui falar em fiscalidade, no plano da água, pelo que, hoje, era de esperar que viesse apresentar-nos dados concretos, calendários, programações, mas nada disso!

Igualmente antes das férias, em Agosto, foi adoptada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Ora, era de esperar que, hoje, o Sr. Ministro viesse a esta Assembleia falar do calendário e do programa, que, pelos vistos, não tem, no sentido de transformar aquela estratégia num projecto de desenvolvimento sustentável.

Viremo-nos, pois, para a Cimeira de Joanesburgo.

Um objectivo concreto e positivo é o da tentativa de redução para metade do número de pessoas que não têm acesso à água, só que, Sr. Ministro, não há planificação,

este compromisso não está associado a qualquer programação financeira. Ora, não lhe parece que a ausência de uma tal planificação e de uma programação financeira pode condenar à morte, à partida, um dos objectivos minimalemente aceitáveis e importantes que saiu de Joanesburgo?

Em segundo lugar, pelos vistos, para o Sr. Ministro e para o Governo português, os objectivos das Conferências de Nova Iorque, em 2000, e de Monterrey, em 2002, não são para cumprir.

Esses objectivos eram no sentido da consagração de 0,7% do PIB para ajuda aos países em vias de desenvolvimento, mas o senhor diz-nos que nem sequer vai atingir o objectivo da União Europeia, já que, há pouco, disse-nos que o mesmo era 0,33% do PIB, até 2006, mas admito que se tenha enganado porque o objectivo da União Europeia é o de, até 2006, consagrar 0,39% do PIB para ajuda aos países em vias de desenvolvimento. Portanto, não sei se foi erro ou se se trata de uma intenção do Governo de ficar abaixo do objectivo comunitário.

Gostava, pois, que nos respondesse a estas questões.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Se é erro tem de corrigi-lo!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves para formular um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a meta de um maior acesso à água potável não constituía praticamente novidade alguma visto que já estava consagrada anteriormente nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, embora assim fosse, a verdade é que a interligação entre o acesso à água e ao saneamento básico e um prazo comum para atingir ambas estas metas não se encontrava de todo na Declaração. A consagração deste objectivo constitui, aliás, uma grande vitória por parte da União Europeia.

Por isso, consideramos da maior importância esta novidade, visto que representa a primeira vez que a comunidade internacional fixa uma meta comum para o acesso à água e ao saneamento. Tal faz, aliás, sentido, como bem pode atestar um país como Portugal.

É que não basta ter acesso à água; o mais importante, do ponto de vista ambiental, é garantir que essa água tem qualidade. Ora, qualidade implica saneamento.

A este propósito, lembro-me particularmente do caso de Leiria, que tem sido noticiado, que está há dois dias com problemas de abastecimento de água — aliás, a cidade de Leiria está sem água — pelo facto de o principal ponto de abastecimento de água do concelho, e que abastece a zona urbana, ter origem numa captação superficial no rio Liz. Ora, a bacia do Liz continua poluída e o resultado é tal que o abastecimento está cortado há já dois dias, não se sabendo quando será restabelecido, pois a água nem sequer está em condições de ser tratada e de servir para consumo humano.

Sr. Ministro, a pergunta muito específica que quero fazer-lhe é no sentido de saber quais são os objectivos e as metas concretas para Portugal nesta matéria de água e de saneamento.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado Almeida Henriques que disse que o pacote de Joanesburgo ficou aquém das expectativas.

Ora, diria que toda a gente considera que, nessa matéria, se ficou aquém das expectativas, o que é natural, porque quem precisa quer mais e quem tem de dar tem de ter alguma contenção. Portanto, obviamente, essa é uma das questões relativamente às quais é sempre difícil haver consenso.

De todo o modo, é importante reconhecer que foi reafirmada a disponibilidade, designadamente ao nível da União Europeia, da manutenção dos compromissos contidos no Consenso de Monterrey no sentido de assegurar a consagração de 0,7% do PIB para ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Nesta matéria, a criação de um fundo de solidariedade, que muita gente diz ter sido uma derrota da União Europeia porque não defendia a criação do mesmo, foi o que se conseguiu realizar naquele contexto. A desvantagem deste fundo de solidariedade é a de que não está propriamente quantificado e, portanto, a contribuição para o mesmo é de alguma forma voluntária, sendo essa a sua fragilidade.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Honório Novo, devo dizer-lhe que não se vive de expectativas. É que, para quem nunca esteve no governo nem sonha vir a estar, é fácil, portanto, comprehendo que o Sr. Deputado faça determinadas afirmações que são mesmo próprias de quem sabe que nunca terá tais responsabilidades.

O problema é o de que este fundo de solidariedade, sendo de natureza voluntária, naturalmente não está quantificado. Ora, muitas vezes, as expectativas são construídas fora dos fóruns de discussão e à margem de quem tem a responsabilidade de tomar as decisões. É isto que acontece.

As expectativas eram de quem? Quem é que criou essas expectativas?

Passo à questão dos subsídios ao ambiente — e estou a tentar responder muito telegraficamente.

Nesta matéria, é óbvio que Portugal tem compromissos assumidos que são para ser respeitados. Mas também foi tomada uma posição no sentido de, gradualmente, serem eliminados tais subsídios que, de alguma forma, têm impactos negativos ao nível do ambiente ou mesmo no que tem a ver com a própria liberalização do comércio, da distribuição e da possibilidade de aquisição de produtos aos países em vias de desenvolvimento.

O Sr. Deputado Honório Novo citou alguns números e pensei que estava mais dentro do assunto porque pretendeu esclarecer-me, mas há uma confusão na cabeça de V. Ex.^a

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, não!

O Orador: — É que o que está estabelecido no Consenso de Monterrey é, realmente, a consagração de 0,7% do PIB, mas essa é uma meta, é um compromisso que não tem data.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É um compromisso sem data, isto é, um «não compromisso»!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É um compromisso, Sr. Deputado! É o que está acordado! É um compromisso que não tem data.

O que tem data é um compromisso da União Europeia no sentido de, até 2006, atingir uma média de 0,39% e Portugal assume o compromisso de, até 2006, atingir 0,33%.

Ora, no contexto em que vivemos, penso que este compromisso tomado por Portugal é fundamental e importante...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e julgo que mereceria o vosso louvor, porque é um esforço que vai ser exigido aos portugueses.

No que diz respeito aos países que já contribuem com 0,7% do PIB, o compromisso é no sentido de manter esta percentagem e, se possível, aumentá-la.

Portanto, uma coisa é a média de contribuição de 0,39% do PIB, outra coisa é a contribuição de 0,33% do PIB que Portugal se compromete a atingir até 2006.

Passo à questão do acesso ao abastecimento de água e da sua ligação ao saneamento básico.

Esta é, também, uma vitória da União Europeia porque, embora já houvesse um compromisso relativamente à necessidade de reduzir para metade o número de pessoas sem abastecimento de água, agora, estabelece-se uma ligação à necessidade do acesso ao saneamento básico. Portanto, pretende-se reduzir também para metade o número de pessoas que não têm acesso ao tratamento das águas residuais. Logo, diria que se trata de uma conquista importante que a União Europeia conseguiu obter no quadro desta Cimeira.

Aliás, no seguimento das palavras da Sr.^a Deputada, é óbvio que não adianta levar água até casa das pessoas se, porventura, a mesma não for objecto de tratamento, pois, aí, a degradação do ambiente seria muito mais acentuada.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a ausência do Sr. Primeiro-Ministro tem uma óbvia leitura política. Tal afastamento é, quanto a mim, sintomático sobre o modo como o Primeiro-Ministro encara os problemas ambientais, um dos principais flagelos das sociedades modernas.

Aliás, este distanciamento pode mesmo ser um prenúncio de que, para o Dr. Durão Barroso, a Cimeira de Joanesburgo não passou de uma mera tribuna política sem consequências imediatas na vida nacional.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Recentemente, em termos bombásticos, anunciou que o seu Gabinete iria coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, mas falha logo a primeira oportunidade em que poderia discutir em profundidade as políticas para a sustentabilidade.

A quantas mais faltas de comparência ainda iremos assistir proximamente? Ou estarei enganada?

Por exemplo, hoje, gostaria de comentar aqui o discurso que o Sr. Primeiro-Ministro fez em Joanesburgo, sobretudo porque omitiu a afirmação de algumas posições a que Portugal é mais sensível! Desde logo, a participação de Timor Leste, pela primeira vez, numa conferência com esta dimensão. Isto é tanto mais de estranhar quanto não houve qualquer referência às nossas políticas de cooperação, nomeadamente ambiental, com os países lusófonos.

Para além das nossas posições comuns com a União Europeia, não teria sido esta Cimeira propícia para nos apresentarmos com posições concertadas com a CPLP? Não teria sido importante que a CPLP mostrasse a sua existência, por exemplo, em questões como a da água, a da biodiversidade ou a da formação? Esta nossa especificidade poderia mesmo ser valorizada como um contributo para reforçar o papel da própria União Europeia.

Neste sentido, Portugal não seguiu o exemplo de França que, na Cimeira, realçou a importância da francofonia.

É politicamente incompreensível que, precisamente numa Cimeira em que estavam agendadas iniciativas específicas relativas à África — continente que se debate com problemas gravíssimos dos pontos de vista sócio-económico e ambiental —, o Primeiro-Ministro de Portugal não tenha feito uma única referência aos PALOP — aliás, foi preciso ser Tony Blair a falar de Moçambique e das suas extremas dificuldades!!!

Dir-me-á que falou dos oceanos! Claro que falou, outra coisa não seria de esperar! Todos sabemos que a defesa dos oceanos — inscritos na agenda mundial por iniciativa do Dr. Mário Soares — merece a maior atenção e é uma temática que nos deverá mobilizar a todos!

Bom, já nem quero falar das conclusões da Cimeira de Joanesburgo, que, infelizmente, ficará para a História como a «Cimeira da oportunidade perdida». O Plano de Implementação é, genericamente, um catálogo de boas intenções; o Fundo para a Solidariedade é voluntário; a Organização Mundial do Ambiente ficou no papel; os mecanismos de acompanhamento das parcerias não foram aprovados;...

Protestos do Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins).

A Oradora: — ... os mecanismos de monitorização e acompanhamento das parcerias não existem, Sr. Secretário de Estado! Leia os textos!

Mas o que interessa agora é falar da política para o nosso país e ir ao encontro do que disse Kofi Annan, no final da Cimeira: «O que faremos quando chegarmos a casa?»

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Oradora: — Por isso, pergunto-lhe, Sr. Ministro: vai tirar da gaveta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza elaborada pelo governo socialista?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Os socialistas é que a meteram na gaveta!

A Oradora: — Quando é que pensa ratificar a Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação e à participação pública no processo de decisão no domínio do ambiente? Vai cumprir o programa socialista para a eficiência energética?

Quero terminar dizendo o seguinte: o Sr. Secretário de Estado do Ambiente disse recentemente que «a política é a arte do possível». Porém, gostaria de dizer-lhe que a política deve ser tornar possível o que é necessário — isso é que é importante!

Aplausos do PS.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Que pena não terem pensado assim há algum tempo!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, V. Ex.^a classificou aqui o resultado da Cimeira como moderadamente positivo. Ora, considerá-lo positivo, ainda que moderadamente, reflecte, desde já, que o Governo não é muito exigente em termos de políticas e medidas concretas, no que respeita ao desenvolvimento sustentável, nomeadamente tendo em vista a sua implementação no nosso país. E preocupam-me muito algumas das afirmações que o Sr. Ministro aqui fez, quando referiu inclusivamente que chefes de Estado e de governo andam a discutir em cimeiras internacionais, com a envergadura que esta teve, metas que valem zero, valem nada, como acabou de fazer relativamente aos 0,7% do PIB.

E, já agora, que fique registado que nem a meta estabelecida pela União Europeia Portugal conseguirá cumprir, tendo o Sr. Ministro afirmado aqui peremptoriamente que ficaremos mesmo abaixo da meta definida pela União Europeia no que se refere às ajudas públicas para o desenvolvimento.

Mas há uma questão fundamental, relativamente a uma pergunta feita pela Sr.^a Deputada Isabel Castro, à qual o Sr. Ministro apenas respondeu que já tinha respondido. Mas não respondeu nada! Por isso, gostava que o Sr. Ministro o fizesse agora, referindo-se ao cumprimento das metas a que nos comprometemos ao nível da União Europeia relativamente ao Protocolo de Quioto e, portanto, relacionadas com as alterações climáticas.

Diz um relatório da União Europeia que Portugal foi o país da União Europeia que mais aumentou as suas emissões de gases com efeito de estufa, naquilo que se refere ao sector dos transportes. Portanto, agir no sector dos transportes é uma questão fundamental para que consigamos atingir as metas que temos de atingir.

Ora, ouvi declarações do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, há relativamente pouco tempo, referindo que a única forma de conseguirmos atingir esses objectivos seria definir uma estratégia de construção de barragens no nosso país.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Que disparate!

A Oradora: — Quero saber se confirma ou não estas declarações e quero saber, já agora, ao nível dos transportes, se o Sr. Ministro considera que medidas já tomadas por este Governo, e no âmbito da governação deste Executivo, como o aumento dos preços dos títulos dos transportes públicos, como a eliminação de várias carreiras (falo do transporte rodoviário e do transporte fluvial), ou a inac-

ção efectiva relativamente à interligação das diferentes modalidades de transporte no meio urbano, se considera, repito, que estas medidas ou estas omissões são relevantes para fomentar a utilização do transporte público por parte dos utentes. E falo precisamente nas vésperas do Dia Europeu Sem Carros e falo na Semana Europeia da Mobilidade.

Afinal, Sr. Ministro, é fundamental que passemos das palavras aos actos. Basta de discursos bem elaborados relativamente à matéria e passemos a medidas concretas, coisa que este Governo não tem feito. Além disso, é preciso que o Governo dê um sinal claro de inversão das suas políticas, nomeadamente naquilo que se refere à energia e aos transportes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Santos, em primeiro lugar, e em relação ao facto de o Sr. Primeiro-Ministro não estar presente nesta discussão, julgo que o Sr. Primeiro-Ministro tem dado exemplos de sobra de disponibilidade para vir a esta Assembleia e que é um bom exemplo para o Primeiro-Ministro anterior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim sendo, penso que a Sr.^a Deputada Maria Santos devia olhar um pouco para trás, apreciar a disponibilidade do então primeiro-ministro e compará-la com a do actual Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, quanto a faltas de compарéncia, o que estranho é a falta de compарéncia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na discussão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Nem uma palavra, nem uma linha de cooperação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista durante a discussão pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável! Eu é que pasmo com atitudes desta natureza, como a falta de compарéncia do Partido Socialista.

Compreendo que é mais fácil chegar aqui, ao Plenário da Assembleia da República, e fazer esse tipo de intervenções. Só que daquilo que eu gosto mesmo, porque sou um homem do terreno, é do trabalho concreto. Do que gosto é que as pessoas ponham a sua inteligência, a sua capacidade ao serviço deste país — na oposição ou na situação. O que é preciso é trabalho!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E isso é que não tenho visto. Portanto, da parte do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, estamos disponíveis para toda a colaboração.

Essa é a razão por que, se calhar, alguns pensavam que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável acabava aqui e que não havia mais discussão. Mas vão tê-la! Vão tê-la pelo menos durante mais meio ano, porque va-

mos criar condições para o máximo de participação, nem que sejamos nós... É que os senhores sabem muito bem que esta ideia de sustentabilidade e os princípios da sustentabilidade assentam muito na participação. Mas também sabem que, às vezes — e não estou a dar novidade nenhuma —, dá a impressão de que a participação tem de ser paga. De facto, às vezes, é preciso convidar determinadas personalidades e pedir-lhes «venham cá, por favor...» E se for pago melhor ainda, porque, aí, a participação está garantida...

Portanto, não basta «enchermos a boca» de participação, é preciso criar condições para que as pessoas participem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas a verdade é que, de entre aqueles que deviam dar o exemplo — e são os grupos parlamentares que devem dar o exemplo —, a participação foi zero! Espero que, daqui para a frente, isso não aconteça.

Em relação à participação do Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-vos que foi para mim muito gratificante assistir aos maiores elogios do Sr. Dr. Mário Soares à participação do Sr. Primeiro-Ministro na Conferência de Joanesburgo — e o Dr. Mário Soares é uma pessoa insuspeita nessa matéria.

Por outro lado, quando refere que tudo ficou no papel, quero dizer-lhe que não é verdade. De facto, há parcerias que foram consignadas ao nível da União Europeia, parcerias essas que ultrapassam, no imediato, os 200 milhões de euros. Podem dizer que é pouco... Mas é alguma coisa!

A Sr.^a Maria Santos (PS): — E os mecanismos de acompanhamento?!

O Orador: — Quanto à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza, Sr.^a Deputada, dir-lhe-ia o seguinte: obviamente todos somos livres de fazer as perguntas que entendermos, mas há áreas onde julgo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem mais fragilidades. Falá-me em conservação da natureza?! Olhe para o estado em que se encontram os parques e as reservas naturais! Basta isso!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Com certeza, não quer que um Governo com seis meses de governação, de repente, transforme todos os parques naturais! Basta ver o estado em que se encontram, as construções clandestinas aí existentes, a ineficácia da fiscalização, ou seja, o estado de degradação em que os parques se encontram. E, para isso, basta dar uma volta, basta passear.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Portanto, é óbvio que tem havido um desleixo enorme ao nível da conservação dos parques.

Ora bem, muito em breve, vários planos de ordenamento desses parques estarão prontos, coisa que, durante anos, os senhores não fizeram. Esses planos de ordenamento estão a ser feitos a um ritmo adequado e brevemente terão conhecimento deles.

Por outro lado, diz a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia que o Governo não é muito exigente em matéria de política de sustentabilidade, a propósito do «moderadamente

positivo». A verdade é esta: nos acordos que se concluem numa Cimeira como a de Joanesburgo, Portugal é uma parcela no contexto da União Europeia. No entanto, defendemos, juntamente com a União Europeia, posições que são progressistas, as mais progressistas, aliás, a nível mundial. Portanto, é indiscutível que quem tem estado a liderar este processo é a União Europeia, inserindo-se Portugal nesse quadro e sendo nesse contexto que defendemos as nossas posições.

Quanto a uma outra sua pergunta sobre se o Governo português pretende cumprir a meta estabelecida pela União Europeia relativamente às ajudas públicas para o desenvolvimento, faço-lhe uma outra pergunta: a Sr.^a Deputada acha que no próximo Orçamento do Estado íamos já consignar, na situação em que Portugal está, na situação em que se encontram as finanças públicas, 0,7% do PIB para o apoio ao desenvolvimento? Vamos lá ver se também somos moderados e realistas!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Aquilo que se está a fazer é, dentro daquilo que é razoável...

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr. Ministro.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Só quero dizer o seguinte: relativamente ao aumento da percentagem da utilização de energias renováveis e à questão referida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, recomendo-lhe apenas que leia devidamente essa entrevista. É porque aquilo de que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente falou foi de uma hierarquização de valores ambientais. Não podemos é «querer o sol na eira e a chuva no nabab».

Eu sei que para aumentarmos a fracção das energias novas...

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, também não posso «esticar» o Regimento, faça favor de concluir.

O Orador: — Obviamente, não podemos ter energia eólica e, portanto, temos de estabelecer uma comparação, uma hierarquia de valores ambientais em função disso decidir o que é melhor para o País.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Cimeira, que decorreu em Joanesburgo de 26 de Agosto a 4 de Setembro, proporcionou aos chefes de Estado e aos grupos de pressão da sociedade civil uma oportunidade de chegarem a acordo sobre as medidas concretas para preservar o nosso Planeta.

Com efeito, 10 anos após a Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, tentou-se novamente gizar um plano para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

De acordo com as palavras do Secretário-Geral da ONU, «Longe de ser um fardo, o desenvolvimento sustentável é uma oportunidade excepcional no plano económico para criar mercados e emprego; no plano social para integrar pessoas que vivem à margem; no plano político para dar a todos os homens e mulheres a possibilidade de expressar a sua opinião e de fazer a sua escolha, quando se trata de decidir o seu próprio futuro.». Ou, ainda, «Joanesburgo não é o fim de tudo, é o princípio.».

Entendemos que este princípio deveria ter surgido já há alguns anos, assim poder-se-iam ter evitado situações preocupantes, com que, actualmente, se defronta a Humanidade, entre as quais a crescente escassez de água doce, a crescente perda, de solos agrícolas produtivos, de florestas, de diversidade biológica e o aumento da pobreza para muitas pessoas.

A Cimeira terminou registando-se, no entanto, alguns aspectos positivos e outros negativos necessariamente preocupantes e, embora, as ONG tenham manifestado a sua desilusão com os resultados da Cimeira, o que é certo é que a ONU declarou-se satisfeita com os objectivos atingidos.

Feito o balanço, e embora alguns pontos cruciais de extrema importância não tenham sido atingidos, verificamos que os 191 países reunidos em Joanesburgo durante 10 dias, chegaram a consenso sobre 153 itens.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: De entre as questões acordadas na Cimeira, salientamos aspectos positivos para a luta pela preservação da Terra como o Canadá e a Austrália que se comprometeram a cumprir o Protocolo de Quioto e a Rússia declarou que se está a preparar para ratificar o Protocolo de Quioto num futuro próximo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E os Estados Unidos também...!

A Oradora: — Se tal suceder, o Protocolo poderá entrar em vigor em 2003.

Os 191 países presentes na Cimeira adoptaram formalmente o plano de acção para conciliar o crescimento económico e o ambiente, de resto um plano alicerçado num número de parcerias significativo sobre a protecção do ambiente e medidas sócio-político-económicas, destinadas a assegurar o desenvolvimento sustentável.

Foi acordado reduzir até 2015 para metade o número de pessoas sem acesso a água potável ou saneamento básico adequado.

Os Estados assumiram o compromisso de, até 2010, diminuir significativamente a velocidade a que as plantas e animais raros estão a extinguir-se. Em bom rigor, esta meta relativa à biodiversidade já fora acordada na Cimeira do Rio, acrescentou-se o advérbio «significativamente» e algumas medidas voluntárias para proteger florestas, corais e pântanos em vias de extinção.

Comprometeram-se a restaurar, até 2015, as reservas marítimas sobreexploradas, considerando que a pesca intensiva deveria ser proibida imediatamente e que cada país deve ser responsável por regular as quotas de pesca. Até 2020 deverão ser desenvolvidos e usados químicos de forma a minimizar os efeitos tóxicos no ambiente.

Na saúde, foi acordado que os países mais carenciados tenham acesso a medicamentos genéricos para combate a doenças em especial a SIDA.

Foi ainda decidido criar um fundo de solidariedade voluntário. Em matéria de pobreza, concluiu-se que o nível de vida dos habitantes das regiões pobres devia ser melhorado até 2020 e que o número de pobres, no mundo, deveria ser reduzido a metade até 2015.

Os 191 países comprometeram-se, ainda, a melhorar os respectivos níveis de governação para a aplicar a Agenda XXI — que já deveria estar a ser aplicada —, os objectivos da Declaração do Milénio e o Plano de Acção de Joanesburgo.

Decorre do exposto que ficou a faltar o consenso sobre a integração das componentes ambiental, social, institucional e económica e no estabelecimento de metas concretas relativas ao uso de energias renováveis.

Efectivamente, no campo da energia, não foi possível estabelecer um acordo, pois os líderes mundiais continuam a ceder às pressões dos produtores de petróleo.

Por um lado, os EUA continuam a recusar assinar o Protocolo de Quioto sobre as alterações climáticas; por outro, não foram definidas metas de tempo ou de quantidade no que diz respeito à utilização de energias renováveis e só quando for considerado «apropriado» é que serão aplicáveis as medidas para eliminar subsídios à energia não favorável ao desenvolvimento sustentável.

A expressão «apropriado» é, para nós, preocupante, pois sabe-se que os principais portadores de doenças infecciosas têm-se aproveitado das alterações climáticas para afectar partes do globo antes não afectadas, como os continentes americano e o asiático, podendo algumas doenças vir a propagar-se de novo na Europa devido, entre outros factores, também, ao aquecimento global.

Num relatório da Organização Mundial de Saúde de 2000, são identificados diversos factores que contribuem para que as doenças infecciosas alastrem para diferentes regiões, entre os quais se incluem o aquecimento global, as alterações no uso da terra e outros.

Verificam-se ainda cada vez mais mortes provocadas pela poluição do ar sobretudo devido à queima de combustíveis fósseis e de biomassa. A má qualidade do ambiente contribui para 25% de todas as doenças evitáveis no mundo.

Todavia, mesmo sem acordo de todos os países representados na Cimeira, esta produziu alguns resultados no âmbito quer internacional quer interno.

Na sequência da Cimeira, a União Europeia lançou um programa energético baseado em parcerias com os países em desenvolvimento para reduzir para metade o número de pessoas pobres até 2015. Já aderiram 17 países em desenvolvimento, duas organizações regionais e outras da sociedade civil e do sector privado.

Mais de 200 parcerias ficaram assinadas, no entanto não se chegou a acordo sobre a forma como os Governos vão monitorizar a sua acção e resultados.

De acordo com a proposta de lei europeia sobre Comércio de Emissões de Gases, cerca de cinco mil empresas europeias entrarão, a partir de 2005, num sistema de troca de emissões poluentes. Cada Estado-Membro atribuirá gratuitamente a cada indústria um determinado crédito de emissões e as empresas com créditos a mais poderão vendê-los. Segundo o Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e Ambiente serão entre 40 e 50 as empresas portuguesas abrangidas por este sistema de comércio de emissões de gases poluentes que contribuem para o efeito de estufa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Concluindo, poder-se-á considerar que, globalmente, o resultado foi positivo, embora se reconheça que ainda haja um longo caminho a percorrer passando, natural e especialmente, pela sensibilização e educação dos cidadãos e dos agentes económicos em geral.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Pode dizer-se que terminou sem glória a Cimeira da Terra de Joanesburgo.

Repetiram-se, é natural, os efeitos positivos que, sobretudo desde há dez anos, desde o Rio de Janeiro, este tipo de conferências mundiais produzem na consciencialização mundial sobre a gravidade da situação do desenvolvimento humano.

Renovaram-se, também, quer o conhecimento da situação, quer a determinação mais rigorosa dos caminhos que há a percorrer para preservar o planeta e a vida.

Mas, para além disso, muito pouco de palpável saiu de Joanesburgo. É profunda a distância entre os objectivos e as medidas adoptadas. E se é certo que as expectativas criadas em torno de Joanesburgo não eram, já de si, elevadas, também não é menos verdade que se exigia, desta Cimeira, muito mais que um simples repositório de intenções em que no fundamental se transformou!

Até porque — acrescente-se — o caminho que a Humanidade percorreu desde o Rio de Janeiro foi o do agravamento e o da degradação das condições ambientais, económicas e sociais do desenvolvimento humano e, por isso mesmo, se exigia que Joanesburgo, finalmente, se transformasse e se passasse das palavras aos actos.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Assim não aconteceu, infelizmente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, corre-se o risco de assistir à criação daquilo que designo ser um verdadeiro «apartheid global», com os ricos cada vez mais ricos e os pobres (e subdesenvolvidos) cada vez mais excluídos e explorados, com um fosso entre ricos e pobres que não pára, nem cessa, de crescer, de gerar sempre mais injustiças e de fomentar a justa revolta de cada vez mais milhões de condenados e espoliados.

Esta é uma situação profundamente inquietante e cínica em que os réus — custe a quem custar — são, essencialmente, os países ricos, a Europa e os Estados Unidos.

É ou não verdade que, desde o Rio, se fala num objectivo nunca alcançado — e, pelos vistos, nas palavras do Ministro Isaltino de Moraes, que passou de «compromisso» a «não compromisso» — de reservar 0,7% do PIB para ajudar a combater a pobreza, para fazer com que não haja mil milhões de pessoas a viver com menos de 1?

E é ou não é verdade que, 10 anos após o Rio, esses países não contribuem nem com 0,3% do que diziam ir contribuir há 10 anos? E é aceitável que, apesar do discurso de vanguarda que os países europeus procuraram assumir nesta Cimeira, a própria União Europeia só tenha como objectivo próprio (ainda por cima a atingir em 2006) uma ajuda ao desenvolvimento de 0,39% do PIB, e onde

Portugal, acaba de se confirmar hoje pela voz autorizada do Governo, ficará mais uma vez na cauda dessa Europa?

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a frustração com que Joanesburgo nos brindou assume muitos outros contornos: desde o bloqueio à adopção de compromissos para que 15% do consumo mundial de energia passasse a ter origem em fontes renováveis, até à ausência de acordo para permitir criar condições favoráveis a uma maior penetração de produtos dos países subdesenvolvidos nos mercados mundiais; desde o passar ao lado da questão central do controlo das patentes dos medicamentos (apesar das boas intenções adoptadas na frente do combate à SIDA) até à marginalização das medidas de combate às catástrofes naturais ou à total ausência de credibilidade com que são encarados os objectivos da FAO para o combate à fome; desde o reiterado bloqueio do maior poluidor mundial ao Protocolo de Quioto — aprovado, recorde-se, em 1997 — até à procura de um caminho que privilegia a criação de parcerias que dão corpo aos interesses fundamentais das multinacionais e marginalizam ou eliminam a responsabilidade pública, e que uma série de ONG (até norte-americanas, sublinhe-se) considerou serem «dirigidas...» — essas parcerias — «... aos interesses das multinacionais ao invés de dirigidas às necessidades do desenvolvimento sustentável»; desde a inqualificável opção americana de, à margem de um esforço multilateral conjunto para adoptar níveis aceitáveis de ajuda ao desenvolvimento, estabelecer acordos unilaterais que trocam o aumento directo das ajudas americanas pela aceitação sem condições de sistemas que os EUA considerem (como juízes do mundo que parecem querer ser) «de boa governação» até à ausência de planos concretos para a concretização dos compromissos positivos de redução para metade dos mais de 2 mil milhões de pessoas que não têm acesso à água.

Para além deste objectivo, que, repito, considero positivo — e cuja concretização, apesar de tudo, desejo no futuro — e de uma enorme variedade de expectativas frustradas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o concreto do decidido em Joanesburgo não passa muito, passe a expressão, do «adro da igreja» do discurso e das intenções politicamente convenientes.

O Plano de Acção que sai de Joanesburgo contém muitas dezenas de recomendações, é certo, para a promoção do desenvolvimento sustentável, quase todas do domínio consultivo e sem carácter vinculativo, que a nada nem a nenhum governo vinculam nem obrigam. E, se este Plano de Acção constitui, no fundamental, um simples conjunto de recomendações, a Declaração Política da Cimeira estabelece mais de trinta princípios e desafios, infelizmente muitos dos quais constituem a reposição de decisões há muito adoptadas ou apontam para financiamentos e fundos que, em larga medida, há muito tempo haviam sido anunciados e estavam comprometidos.

Não há, no fundamental, até prova em contrário, nem objectivos novos nem financiamentos adicionais em relação a tudo o que, dez anos antes, a Cimeira do Rio de Janeiro tinha enunciado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não podemos estar de acordo com aqueles que saem de Joanesburgo afirmando que a Cimeira foi um «êxito e um ponto de viragem rumo ao sucesso».

Esse é o discurso que gera expectativas e alimenta ilusões; essa é a postura de quem apenas pretende ser politicamente conveniente e correcto; esse é o tom usado por

quem tem também responsabilidades políticas pela frustração, pelo adiar de soluções concretas.

E que, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para o PCP, de Joanesburgo não saiu seguramente a perspectiva de um mundo mais justo e equilibrado, construído através do combate firme e rigoroso contra a degradação ambiental e da luta por um desenvolvimento económico e social que garanta, minimamente, a dignidade humana ao nível planetário.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara que o Grupo Parlamentar do PCP beneficiou de uma cedência de tempo por parte do Bloco de Esquerda.

Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Serei muito breve, pois disponho de pouco tempo, pelo que procurarei apenas salientar um aspecto que me parece fulcral. De facto, tal como foi reconhecido, há pouco, pelo Sr. Deputado Honório Novo, o Governo baixa cada vez mais a sua ambição no que diz respeito à ajuda aos países em desenvolvimento e, nos nossos dias, a questão fulcral do ambiente é a das desigualdades ao nível global.

Sr. Ministro, permita-me que o diga com frontalidade, parece-me demagógico dizer que é exigir demasiado aos portugueses que se cumpram os compromissos assumidos na Cimeira do Rio. Os portugueses agradecerão que Portugal seja um país generoso em relação aos países em vias de desenvolvimento, porque tal significará terem menos problemas no curto, no médio e no longo prazo. É que não podemos ter a este respeito uma visão imediata mas, sim, uma visão estratégica, o que significa pensar que os problemas da imigração, da delapidação dos recursos, do des controlo demográfico e, enfim, os problemas da biodiversidade têm a ver — todos eles — com as desigualdades existentes no mundo, desigualdades essas que só se poderão combater com visão estratégica e sendo generosos os países que o podem ser — e Portugal pode ser relativamente mais generoso do que muitos outros países.

Por tudo isso, quero reiterar a afirmação de que é uma vergonha nacional Portugal ficar abaixo desta revisão que a própria União Europeia fez no que diz respeito às ajudas aos países em desenvolvimento.

Tenho pena de termos um Governo assim.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Seria um erro fazer o balanço da Cimeira de Joanesburgo à medida das emoções sentidas na sua sessão de encerramento.

O sucesso de uma Cimeira mede-se pelos seus resultados, e os resultados efectivos de Joanesburgo, esses, dependem ainda das acções concretas que hão-de ser promovidas no futuro — dentro de alguns anos, então veremos se Kofi Annan tinha razão quando disse que Joanesburgo poderia vir a fazer a diferença. É por isso que o balanço que aqui faremos não pode ser senão um juízo muito preliminar sobre o que sucedeu em Joanesburgo.

Todavia, para fazer o balanço de Joanesburgo, é preciso afastar, de uma vez por todas, as ilusões ingénugas que descendem, em linha recta, da ignorância e da imaturidade.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Grandes conferências, como a de Estocolmo, a do Rio de Janeiro e, agora, a de Joanesburgo, têm o condão de suscitar nalguns espíritos antigos sonhos de adolescência.

Impressionados, porventura, pela designação mediática do evento — até se chama «Cimeira da Terra» —, os incautos sumariamente concluem que esta parece (e portanto deve ser) uma conferência internacional diferente das outras, nas quais participam igualmente chefes de Estado e de Governo. Chegam mesmo a acreditar convictamente — a ponto de o confessarem nos jornais — que uma tal conferência é uma verdadeira «estaçao de controlo» da «nave Terra», que pode — e, portanto, deve — mudar decisivamente o rumo do mundo.

A realidade é que o mundo é bem mais complexo do que o supõem os sonhos de adolescência. A magnitude dos problemas com que o mundo hoje se confronta é tal que dificilmente poderia encontrar a «chave» para uma resposta adequada numa conferência internacional, tenha ela o rótulo que tiver.

Por outro lado, bastaria conhecer um pouco da fragilidade das instâncias de decisão e execução da comunidade internacional para não alimentar nesta matéria inconsequentes ilusões. E isto já para não falar das multinacionais que fazem progredir a globalização, dos múltiplos agentes económicos, dos mais variados poderes locais que não estão nem nunca estiveram às ordens dos governantes que se reuniram em Joanesburgo.

Não é certo, de facto, que a «nave Terra» tenha uma «estaçao de controlo» digna desse nome e, menos ainda, que ela comande efectivamente o mundo a partir de Joanesburgo.

Entendamo-nos porém: não se trata aqui de minimizar a importância da Conferência de Joanesburgo, sem dúvida extraordinária; trata-se, isso sim, de a olhar com um mínimo de realismo e de bom senso.

Uma Conferência como a de Joanesburgo, para além da consolidação da consciência da comunidade internacional sobre estas questões, serve para definir prioridades e impulsionar «movimentos consistentes na direcção certa», à luz de uma agenda que se espera norteada por prioridades lúcidas e virada para a acção concreta, mobilizando depois os meios financeiros necessários.

Contudo, mesmo deste ponto de vista mais realista, as expectativas quanto ao sucesso desta Cimeira eram, de facto, baixas.

Em primeiro lugar, sabia-se que Joanesburgo — ao contrário do Rio, que foi ponto de chegada da negociação de importantes convenções internacionais — era o fruto de um processo preparatório, tardio e hesitante, que nunca beneficiou de uma visão clara sobre as prioridades da agenda internacional em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.

Em segundo lugar, o ceticismo tinha uma outra explicação: o facto de cedo se ter afastado o cenário de uma reforma a sério da governação ambiental internacional. Sem uma governação ambiental internacional não há uma efectiva capacidade para assumir prioridades na agenda internacional do ambiente, o que afecta, aliás, também a pró-

pria credibilidade do Plano de Acção, agora adoptado em Joanesburgo. Mais: sem essa governação ambiental, a própria Organização Mundial do Comércio continua, como alguns querem que continue, sem ter um interlocutor ao mesmo nível no domínio ambiental.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, também é certo que a Cimeira de Joanesburgo foi, afinal de contas, mais uma «mesa negocial» entre outras não menos importantes: o processo de Doha, que discute as questões do comércio internacional, a Conferência de Monterrey, que já tinha discutido as questões do financiamento, as próprias alterações climáticas, um pouco marginalizadas na Conferência, após o acordo alcançado em Marraquexe.

Mas as baixas expectativas e os escassos resultados da Cimeira de Joanesburgo ficam também ligadas — é preciso dizê-lo — à ausência do Presidente norte-americano...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Bem lembrado!

O Orador: — ... e à continuada auto-marginalização dos Estados Unidos da América face aos esforços da comunidade internacional nestas matérias.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A ausência do Presidente Bush na «Cimeira da Terra» foi uma ofensa. Uma ofensa deplorável a todos os seres humanos que vivem na mais chocante pobreza, que morrem de fome, que sofrem das mais terríveis epidemias; uma ofensa, também, às gerações vindouras, que um dia virão a saber que o primeiro responsável pela economia mais poderosa e mais poluidora do mundo faltou à chamada em Joanesburgo, como tinha já faltado em Quioto.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — E não há notícia, aliás, de que o Primeiro-Ministro português, que poucas semanas depois se encontrou com o Presidente Bush, tenha, por alguma forma, feito sentir esse desagravo ao Presidente norte-americano — ele que se diz um aliado com opinião! Não há notícia que tenha tido opinião sobre esta matéria.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Orador: — Não obstante, Joanesburgo trouxe, é verdade que o fez, alguns impulsos importantes na direcção certa que importa assinalar.

Em primeiro lugar, o anúncio da ratificação do Protocolo de Quioto por parte da Rússia e do Canadá, agravando o isolamento dos Estados Unidos e confirmando aquela que foi uma vitória da liderança firme da União Europeia neste domínio — como, aliás, já antes sucedera, durante a presidência portuguesa da União Europeia, nas negociações do Protocolo da Biosegurança.

Portanto, aqui o resultado é muito simples: os Estados Unidos da América perderam, estão cada vez mais isolados e a União Europeia ganhou neste *dossier* das alterações climáticas, também ali, em Joanesburgo.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a prioridade conferida aos temas da água e do saneamento básico, com a adopção de metas, é, com certeza, positiva e poderá conduzir a investimentos nestes domínios que são vitais para superar os dramáticos índices de saúde pública em muitos países em desenvolvimento.

Em terceiro lugar, a menção, embora genérica mas sem dúvida positiva, à problemática dos Oceanos, pela qual Portugal se bateu desde o início.

Em quarto lugar, o anúncio e a valorização das parcerias e do papel dos agentes económicos, das autarquias locais, das organizações não-governamentais e das diferentes instituições da sociedade civil.

Finalmente, o próprio Plano de Acção que, apesar de vago em muitos aspectos, é positivo em tudo o que nele pode ser prenúncio de acções concretas nas múltiplas frentes que enuncia, da erradicação da pobreza à saúde pública, da integração de políticas em domínios cruciais, como as pescas e a agricultura, à mobilização de adicionais recursos financeiros.

Só que havendo estes resultados também positivos, os mais pessimistas logo vislumbraram aqui uma «viragem» face à retórica do Rio. Mas não devemos trocar um engano por outro.

Em Joanesburgo tivemos, como no Rio, não mais do que impulsos na direcção certa. Nem desastre, nem viragem, nem sucesso rotundo, nem fracasso total, apenas uma Conferência Internacional com alguns resultados positivos — mas modestos.

Na verdade, não pode deixar de ser aqui dito que, em domínios muito importantes, não resultou de Joanesburgo qualquer impulso positivo digno de nota. Foi o que sucedeu em matéria de biodiversidade, em matéria de energias renováveis, se exceptuarmos o que pode resultar, por arrastamento, da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, reforçado com as ratificações agora anunciadas pela Rússia e pelo Canadá, depois de anúncio idêntico feito pela China e pelo Japão.

O mesmo se diga dos avanços muito tímidos em matéria de governação internacional do ambiente, de regulação do comércio internacional e da globalização, bem como da ajuda financeira ao desenvolvimento, ainda muito longe da ambicionada meta dos 0,7% do PIB.

Nesses domínios, Joanesburgo foi, sem dúvida alguma, uma oportunidade perdida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma palavra ainda para dizer que Joanesburgo reforça os compromissos assumidos por Portugal em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável e da cooperação.

E não se pense que o problema se resolve apenas com um documento sugestivamente intitulado «Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável» e que o PS, aliás, acompanha no quadro da fiscalização política que faz da acção do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista, como os outros partidos representados nesta Câmara, não são organizações não governamentais. É aqui que fazem a fiscalização política da acção do Governo.

Nem se pense que o problema se resolve com a dependência directa deste *dossier* do Gabinete do Primeiro-Ministro, sobretudo deste Primeiro-Ministro. A integração das preocupações ambientais das políticas sectoriais, essa, joga-se todos os dias nas decisões políticas concretas.

O quase desaparecimento do Ministério do Ambiente, hoje mesmo confirmado neste debate, a falta de novas iniciativas políticas dirigidas efectivamente à promoção do desenvolvimento sustentável não prometem nada de bom.

A visão do ambiente como um obstáculo ao desenvolvimento sustentado pelo Sr. Ministro da Economia, introduzida naquela célebre proposta de redução dos prazos de ponderação da avaliação de impacte ambiental em sede de licenciamento industrial; a paralisia que atingiu os processos em curso no sentido do reforço de uma tributação ecológica, designadamente em matéria de imposto automóvel — permita-me que lhe sugira, Sr. Ministro, que, sobre essa matéria, consulte a Sr.^a Ministra das Finanças, que poderá-lhe certamente dar conta de estudos em curso sobre a tributação ecológica e, no mesmo momento, poderá-lhe dar conta também da sua vontade política no sentido de concretizar a reforma que aqui anunciou; o anonimato para que foi remetido o Programa Nacional de Combate às Alterações Climáticas; e, até agora, esta incapacidade do Governo para manter aquilo que parecia simples, ou seja, manter apenas importantes parcerias com as autarquias locais, designadamente com autarquias tão importantes como Lisboa e Porto, para fazer do Dia Europeu sem Carros, no próximo domingo, mais um sucesso, nada disto são sinais animadores, mesmo que o Sr. Ministro aqui venha agora enaltecer os méritos desta iniciativa, o Dia Europeu sem Carros, que antes o PSD, na oposição, considerava um folclore ecológico.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — É verdade!

O Orador: — Se a isso juntarmos a peculiar compreensão do Sr. Ministro do Ambiente pela resistência dos Estados Unidos da América a participar nos esforços da comunidade internacional em matéria de combate às alterações climáticas, de defesa do ambiente e também de promoção do desenvolvimento sustentável, já se vê que o Governo português corre o risco de destoar do esforço da União Europeia para manter com firmeza a liderança da agenda internacional do ambiente.

Esta é, hoje, uma questão política central. Dizem alguns que a Cimeira de Joanesburgo foi a Cimeira possível e que alcançou os resultados possíveis. Infelizmente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, nem isso aconteceu. A Cimeira de Joanesburgo foi apenas a Cimeira que a comunidade internacional fez e ficou muito aquém do que teria sido possível com outra preparação, com outra lucidez, com outra vontade política. É essa vontade política, medida por acções concretas, que também o Governo português tarda em revelar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Oliveira.

O Sr. Manuel Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permita-me, Sr. Presidente, que o Grupo Parlamentar do PSD felicite V. Ex.^a pela louvável iniciativa de ter proposto em Conferência de Líderes o debate sobre a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, de 26 de Agosto a 4 de Setembro corrente. Graças à proposta de V. Ex.^a, este debate ocorre. Pena é que ocorra nestas circunstâncias, porque poderia ser mais vantajoso para a opinião pública fi-

car devidamente esclarecida do que se passou em Joanesburgo.

Ninguém de boa fé, Sr. Presidente, poderá acusar que, em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável, o Parlamento e o Governo português não promoveram e realizaram uma preparação adequada da Cimeira de Joanesburgo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O XV Governo, apesar do escasso tempo de funções que tem, preparou cuidadosamente a estratégia para Joanesburgo com uma participação aberta à sociedade e contribuiu decisivamente para o reforço das propostas da União Europeia.

Concomitantemente, este Parlamento, quer em comissão quer em Plenário, desenvolveu uma importante actividade dentro das figuras regimentais previstas e aplicáveis para a preparação desta Cimeira.

Registo o facto de o Governo ter integrado na delegação oficial responsáveis políticos ao mais alto nível (desde logo, a delegação chefiada pelo Sr. Primeiro-Ministro), mas também representantes da Assembleia da República, técnicos superiores da Administração Central e, assinala-se, pela primeira vez em reuniões deste tipo, representantes das organizações não governamentais nas área do ambiente e desenvolvimento.

Permitam-me que faça uma referência pessoal como testemunho de actos que tive a honra de presenciar. Ou seja, a delegação portuguesa, ao tempo presidida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, no final de cada dia de reunião, juntava-se para fazer o ponto de situação das negociações sobre o Plano de Acção e, de uma forma aberta e franca, eram analisadas todas as áreas em negociação com a participação de todos os intervenientes da delegação.

Registo, por isso, o grande empenho do Governo nesta avaliação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado e Srs. Deputados, a Cimeira de Joanesburgo de 2002 não acontece por acaso. É convocada para fazer o balanço da implementação da Cimeira do Rio e analisar o impacto nesses resultados das novas condições que emergiram desde essa altura.

A transversalidade da agenda, a circunstância de o desenvolvimento sustentável incluir temas económicos, sociais e ambientais e o debate de 30 anos em torno da relação entre ambiente e modelos de desenvolvimento apontavam para uma Cimeira complexa, para a qual se criaram expectativas de reavaliação das relações entre Norte e Sul na era da globalização.

Como disse, o XV Governo preparoumeticulosamente a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Participou com propostas concretas, em todas as rondas de negociação realizadas, quer no âmbito da União Europeia, quer no âmbito das Nações Unidas.

Apresentou, em Portugal, para discussão pública, em 5 de Junho de 2002 — Dia Mundial do Ambiente —, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), desenvolvida em torno de quatro grandes domínios conhecidos: território como bem a preservar; melhoria da qualidade do ambiente; produção e consumo sustentável das actividades económicas; em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.

O Grupo Parlamentar do PSD, no seu contributo para a discussão pública deste documento, que atempadamente fez

chegar ao Instituto do Ambiente, considera que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável poderá ser enriquecida se integrar nomeadamente medidas relacionadas com: a estratégia nacional de combate à criminalidade; a descentralização do Estado e reforço da desconcentração dos serviços públicos; a informatização dos serviços e introdução de inovações tecnológicas; o reforço e simplificação dos mecanismos de mobilidade interna; as políticas activas para a juventude; a dimensão institucional que envolva a adopção de novas formas de governação num quadro de participação dos cidadãos e das instituições, entre outras.

Apesar de o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, pela mão do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, ter suscitado pessoalmente e de forma individual e escrita o contributo dos Srs. Deputados para a discussão pública da ENDS, consta do relatório da discussão pública que os contributos de parlamentares e de grupos políticos cifraram-se em dois, do Grupo Parlamentar do PSD e do Gabinete de Estudos do Ambiente da Comissão Política Concelhia do PSD de Coimbra.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Demos esse contributo porque entendemos que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável deve ser o mais participada possível, deve ser o mais consensual possível. Não compreendemos bem as razões por que os restantes grupos políticos, especialmente os Deputados que fizeram críticas durante a apresentação, neste Parlamento, da versão inicial da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, não quiseram, ou não puderam, apresentar propostas durante a discussão pública, apesar de instados para tal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Essa agora! Por acaso esteve ausente da Assembleia da República?!

O Orador: — Notória é a diferença entre a retórica e a prática.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Quer mais contributos do que aqueles que os grupos parlamentares deram na Assembleia da República?!

O Orador: — No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esperamos que nenhum Deputado se auto-exclua deste debate.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo português participou, ao nível das negociações, em todas as reuniões preparatórias da Cimeira de Joanesburgo e teve um papel activo na preparação dos documentos relativos à erradicação de pobreza, governação, gestão e conservação dos recursos naturais, meios de implementação, ambiente e saúde.

Portugal elaborou também um documento base sobre os oceanos e participou activamente na preparação de outros documentos, como o da água e o da conservação dos recursos naturais e biodiversidade.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Numa Cimeira deste tipo, os resultados são sempre importantes.

O Primeiro-Ministro, Durão Barroso caracterizou a Cimeira «acima das expectativas, mas aquém das necessidades».

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É uma feliz síntese.

De facto, poder-se-ia, e dever-se-ia, ir mais longe para bem da Humanidade e do planeta, mas todos compreendem as dificuldades e interesses em jogo.

Encontrámos blocos distintos: a União Europeia, Estados Unidos da América e o Grupo dos 77.

Muito embora tenha sido dominante a tendência de associar os resultados da Cimeira a decisões sobre metas, ajuda pública ao desenvolvimento e comércio, os resultados da Cimeira, no plano da implementação, vão claramente além destes aspectos, consignando as questões centrais dos princípios, filosofias e objectivos quer quanto à ligação entre as várias vertentes do desenvolvimento sustentável quer quanto à erradicação da pobreza e à gestão e conservação sustentável dos recursos naturais e ambientais.

Sinaliza-se também a importância que reveste para Portugal nas relações com África a estruturação do capítulo relacionado com este continente em torno da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, estrutura que traduz a importância das iniciativas dos próprios para o seu desenvolvimento sustentável, assentes em quadros de boa governação, defesa dos Direitos do Homem e do Estado de direito com projectos apoiados num diagnóstico de necessidades, baseado numa visão relativamente integrada das questões económicas, sociais e ambientais e num universo regional que aponta para cenários de cooperação inter-Estados, para a ultrapassagem das questões que se colocam ao desenvolvimento sustentável do continente que ultrapassam a estreita visão nacional.

Igualmente significativa é toda a evolução da estruturação das questões ligadas à transferência de tecnologia e à criação de capacidades. Neste domínio, foi dada atenção à promoção, facilitação, acesso e difusão de tecnologias ambientalmente limpas, bem como a partilha de programas multilaterais e globais ligados à investigação e desenvolvimento.

Por isso, é um mau serviço que se presta à causa do ambiente e do desenvolvimento sustentável ao nível do planeta que se transmite para a opinião pública que cimeiras desta natureza nada avançaram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com esta, em concreto, algo avançou. Os resultados da Cimeira de Joanesburgo foram para além dos alcançados na do Rio. Alcançaram-se progressos não apenas ao nível dos princípios mas também ao nível da ação — com metas, calendários e financiamentos.

A afirmação da Conservação dos Oceanos como uma grande prioridade saída desta Cimeira (e aqui cabe uma palavra particular ao Governo português pelo papel desenvolvido na negociação deste tema) é relevante e representa bem o dinamismo de Portugal no antes e durante a Cimeira.

O facto de se ter atingido de forma estreita o objectivo de inverter a situação de degradação ambiental e a erradi-

cação da pobreza, a aprovação da meta de redução a metade até 2015 do número de habitantes sem acesso a água potável e saneamento, a mudança dos padrões de consumo e produção, a reconfirmação dos objectivos da Cimeira do Milénio quanto à redução da mortalidade infantil e os sinais dados por países como o Canadá e a Rússia no sentido da ratificação do Protocolo de Quioto, são indicadores de que a Cimeira da Terra de 2002 valeu pelos progressos alcançados.

Vale a pena realçar o papel liderante da União Europeia — foi a única delegação que partiu para Joanesburgo com uma agenda negocial.

A posição nacional procurou o equilíbrio entre as várias dimensões da Cimeira, desenvolvendo uma postura de intervenção activa e positiva na definição da posição da União Europeia, salvaguardando alguns pontos sensíveis em que as posições nacionais teriam de obter consenso dentro da União — estava neste caso particular a manutenção da oferta das ajudas e a manutenção da oferta no âmbito do comércio, nomeadamente no que se referia a subsídios.

Pelo Governo português foi defendido como essenciais os vectores da Cimeira relacionados com a erradicação da pobreza, bem como a adopção de um capítulo autónomo a África a par das áreas dos recursos naturais e ambientais que melhor se adequassem aos interesses nacionais e fossem mais reprodutivos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o desenvolvimento sustentável exigirá um maior empenho e esforços continuados e sustentados de todos nós. Acreditamos que um futuro sustentável passa também por atribuir um papel acrescido às fontes de energia renováveis. Estamos certos de que a Cimeira de Joanesburgo permitiu uma maior atenção do mundo para as condições especiais que existem em África, necessidades específicas que este continente experimenta.

Neste contexto, o PSD está empenhado no desenvolvimento da declaração e plano de implementação saído da Conferência de Joanesburgo e esperamos que os resultados sejam um contributo decisivo para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Esperamos também e estamos muito confiantes que na Cimeira da União Europeia e África, a realizar em Lisboa, no próximo mês de Abril, se faça já uma avaliação positiva da aplicação das medidas aprovadas em Joanesburgo.

Sr. Ministro, o PSD congratula-se pelos anúncios hoje feitos nesta Câmara por V. Ex.^a.

Registámos o facto de o Governo considerar que Joanesburgo constitui um indispensável enquadramento multilateral para a resolução dos problemas com implicações globais.

Registámos o facto de a cooperação pública e privada ser direcionada para o desenvolvimento sustentável.

Registámos, com muito agrado, o facto de podermos concretizar um plano nacional de desenvolvimento sustentável com metas, prazos, recursos financeiros e indicadores de medição do progresso.

Registámos também com muito agrado o facto de a condução desta nova política ser coordenada tecnicamente pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e de estar a cargo do Sr. Primeiro-Ministro.

Finalmente, registámos como de grande importância as medidas anunciadas sobre a fiscalidade para o desenvolvimento sustentável e o enquadramento legal em matéria da água.

Por isso, Sr. Ministro, conte com o apoio activo do PSD para as medidas anunciadas e para o plano nacional de desenvolvimento sustentável que o País reclama.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, quero solicitar à Mesa o favor de enviar ao Sr. Deputado Manuel de Oliveira, para que ele próprio envie à Comissão Política do PSD de Coimbra, o texto da minha intervenção, transcrita em *Acta*, produzida na sessão plenária de 19 de Julho, onde consta as propostas de modificação de estratégia à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável apresentada pelo Governo. Aliás, nessa altura, pedi ao Sr. Secretário de Estado aqui presente para a remeter ao Secretário de Estado do Ambiente, na altura ausente desse debate.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Honório Novo, com certeza que V. Ex.^a também pode pegar num envelope, pôr um selo e mandar essa intervenção ao destinatário. Francamente!

Risos.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, tivemos já intervenções, todas do maior interesse, sobre o tema do debate de hoje, e comprova-se que esta iniciativa dos debates de actualidade é uma iniciativa com mérito, que vamos continuar a explorar. E já tenho em vista temas para os meses de Outubro e de Novembro — o de Outubro será sobre a escola e a família, as associações de pais, e o seu papel no processo educativo e na melhoria da qualidade da educação em Portugal, e o de Novembro será relativo à ajuda humanitária a Angola, que é uma matéria de grande significado e importância —, que irei propor à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, pois são as minhas propostas, as minhas ideias sobre a matéria.

Em todo o caso, o que a experiência me ensina sobre os debates que têm havido neste formato é que precisamos de os reformular, precisamos de os tornar mais concentrados, com tempos de intervenção mais curtos, para poderem ser produtivos. Bem sei que hoje tivemos uma dificuldade terrível, que foi a de se ter na mesma sessão em que se agendou um debate sobre um tema de importância vital não só para nós próprios como também para as futuras gerações e até para o nosso planeta, pois condiciona a possibilidade de vida na Terra, um debate de maior actualidade, que é o da guerra e da paz, que foi o que tivemos primeiro.

De outra forma, estou certo, este debate teria muito maior participação, muito mais pessoas presentes na Sala e também, já agora, na tribuna da imprensa — fica o recado.

Risos.

Quero dizer-vos ainda outra coisa: na minha preocupação de assegurar o rigor de funcionamento do Parlamento,

diversas vezes contei o número dos presentes para me certificar da existência, ou não, do *quorum* de funcionamento. E algumas vezes, para tranquilizar a minha consciência — e porque temos um elemento de compreensão adicional, que é o facto de termos tido um grande debate, extremamente vivo, com o Primeiro-Ministro, há momentos — e verificar que tínhamos mais do que os 46 Deputados requeridos, tive de incluir na contagem os funcionários parlamentares, alguns elementos do público e até os zelosos agentes da PSP que se encontram nas Galerias.

Risos.

Ou seja, noutras condições, faremos, com certeza, melhor trabalho.

A propósito, gostaria de fazer um apelo: talvez pudéssemos prescindir das intervenções de encerramento do debate, uma vez que já todos disseram o que tinham a dizer. Não quero tirar a palavra a ninguém, evidentemente. Se, porventura, houver empenho na produção dessas intervenções, fá-las-emos, com certeza.

Faço este apelo, porque tenho um pequeno problema, que é o de ser anfitrião num jantar em honra do nosso visitante, o Presidente do Parlamento de Chipre, Demetris Christofias, e não tenho quem que me substitua nos trabalhos, a não ser que peça ao Sr. Deputado mais idoso de nós para vir para a Mesa.

Risos.

Mas, como fui o autor da iniciativa, não gostaria de sair porta fora antes do fim do debate.

Em todo o caso, se houver um grande empenho na produção das intervenções, fá-las-emos, com certeza, mas, então, peço aos Srs. Deputados para serem breves, não nos sentindo na obrigação de cumprir os tempos distribuídos — o mesmo apelo fica feito ao Governo, para o caso de insistir no uso da palavra.

Sou informado de que o CDS-PP prescinde da intervenção de encerramento.

Para a intervenção de encerramento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, a quem peço que seja breve.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar não pode prescindir dos 5 minutos que tem para o encerramento do debate, porque guardou precisamente para este momento a intervenção de fundo, uma vez que teve necessidade de utilizar o pouco tempo de que dispunha para perguntas ao Sr. Ministro.

Quero começar por saudar o Sr. Presidente da Assembleia da República pela iniciativa que tomou relativamente ao agendamento deste debate, que, como referiu, é de extrema importância e actualidade.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» não pode deixar de ser uma intervenção de revolta.

Começo como terminei a minha intervenção sobre a Cimeira de Joanesburgo, quando procedímos, nesta mesma Câmara, ao debate preparatório dessa conferência internacional. Disse, na altura, que «(...) alarmante, Srs. Deputados, é não só a inacção que resultou do período pós-Rio mas também se em Joanesburgo não for aprovado um plano de acção que, a curto prazo, nos dê garan-

tias de que os Estados tomarão medidas e adoptarão políticas com vista ao desenvolvimento sustentável». E, de facto, não foi aprovado um plano de acção com essas características.

O que resultou daquela Cimeira foi um novo processo de intenção de adiamento da implementação do desenvolvimento sustentável. É isto que traduz o plano de acção aprovado.

Mas o que é, efectivamente, cônfrangedor é a submissão do mundo aos Estados Unidos da América. De cedência em cedência, por parte, por exemplo, da União Europeia, os Estados Unidos da América conseguiram atingir os seus objectivos, que foi transformar a cimeira do desenvolvimento sustentável na cimeira das relações comerciais internacionais, onde as multinacionais norte-americanas conseguissem ganhar novos mercados, dando uma ou outra migalha em troca, aqui e ali, traduzidas em relações de parceria, nomeadamente com os países do sul, mas só àqueles que se subordinem à sua vontade. Países do sul onde reina, e, por este andar, onde continuará a reinar cada vez mais a pobreza. Fazer negócio era uma das preocupações dos Estados Unidos da América. Metas e medidas concretas ao nível de sectores fundamentais como a energia ou a biodiversidade nem pensar!

Daí que os organismos geneticamente modificados tenham sido colocados em cima da mesa — da semente ao herbicida as multinacionais norte-americanas querem dominar as práticas agrícolas em exclusividade; daí a insistência na não imposição de metas em relação às energias renováveis e à eliminação de subsídios às energias poluentes ou às formas agrícolas mais nefastas; daí que nem admitissem reconsiderar a posição sobre a assinatura do Protocolo de Quioto. Isto só para dar alguns exemplos.

É isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é revoltante. Ficamos horrorizados e revoltados, e com muita razão, quando vimos com os nossos próprios olhos, em directo, nos órgãos de comunicação social, centenas de pessoas aflitivamente a perder a vida devido a um ataque terrorista em Nova Iorque. Mas este sentimento de horror e de revolta deveria acompanhar-nos, a todos, quando são declaradas guerras e milhares de pessoas — mulheres, homens e crianças — perdem a vida, mesmo que o ecrã da televisão não mostre ao vivo esse terror,....

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — ...ou quando, tragicamente, milhares de pessoas morrem devido às catástrofes naturais, que cada vez mais assolam o mundo, ou ainda quando milhões de pessoas morrem, num sofrimento atroz, de fome e de doenças relacionadas com a miséria, designadamente nos países do sul, enquanto outros, em número muito reduzido, ostentam a sua riqueza sem limites e o luxo que os rodeia. Isto é injusto e revoltante, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que se exigia nesta cimeira era justiça, um outro pilar que é urgente acrescentar à discussão sobre o desenvolvimento sustentável.

Mas, com Chefes de Estado e de Governo, como o Sr. Primeiro-Ministro português, que passam a vida a dizer «*Yes, of course, Mr. Bush*»,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já cá faltava essa!

A Oradora: — ... que mais esperar senão o domínio galopante e efectivo dos Estados Unidos da América? O domínio daqueles que, afinal, declararam também guerra ao mundo, quando se recusam a tomar medidas económicas, sociais e ambientais para salvar o planeta, que, qualquer dia, tem de se juntar à lista das espécies em vias de extinção.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A crise ambiental, assim como a crise social, que se vive no mundo é a prova mais cabal da crise da conceção de desenvolvimento dominante, onde o economicismo feroz impera, ditando leis e regendo toda a organização social, relegando — é claro! — as questões ambientais para os planos menos prioritários de intervenção. É inevitável reconhecê-lo. O próprio Deputado europeu Jorge Moreira da Silva reconheceu que a globalização tem produzido efeitos de «esmagamento» social e ambiental.

Era um sinal de mudança que se exigia. E este sinal de mudança o Governo português também não o dá, embora o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente tivesse vindo anunciar algumas medidas, que vamos ver no concreto como é que se traduzem. Prova disso, e de lamentar, é ver que a fiscalidade ambiental é sempre adiada, ou que a Reserva Ecológica Nacional é um factor de travagem do desenvolvimento do interior do País, ou que a intenção do Governo é privatizar o sector da água, transferindo para certas grandes empresas privadas o poder de orientação de um sector estratégico do País, condicionando, assim, os modelos de desenvolvimento como mais lhes interessar, ou que o Sr. Ministro insiste em não responder relativamente às medidas para o sector da energia e dos transportes e a sua implicação para as emissões de gases com efeito de estufa, quando desincentivam a utilização do transporte público.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada, pois já esgotou o tempo atribuído.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É àqueles que acreditam que pode ser diferente que se impõe, afinal, que não cruzem os braços e que não desistam de lutar contra medidas que não trarão outro resultado que não o agravamento da crise ambiental. Precisam-se soluções integradas e consequentes.

Os Verdes, nesta Casa, como fora dela, continuarão a contribuir, com propostas, com denúncias, com discussões e com fiscalizações concretas, para um rumo diferente, o rumo que se impõe de desenvolvimento sustentável.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Teixeira Lopes do BE prescindiu do uso da palavra, o que, desde já, agradeço.

Para uma intervenção, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por saudar o Sr. Presidente pela iniciativa deste debate, debate que confirmou, de certa forma, a existência de duas posições sobre a Cimeira de Joanesburgo e as perspectivas que dela decorrem. De um lado estão aqueles que, de forma, porventura conveniente, tecem laus aos resultados de Joanesburgo, não se entendendo bem porquê nem para quê — e o Deputado

Manuel Oliveira é um exemplo absolutamente incontornável —, e de outro estão aqueles que, como o PCP, e não só, consideram que faltou vontade política para que a Cimeira de Joanesburgo constituísse um ponto de viragem autêntico, rumo ao desenvolvimento sustentado.

Aos arautos do optimismo, porventura algo irresponsável, chamamos, mais uma vez, a atenção para as ilusões que voltam a semear e para as frustrações que, amanhã, vão voltar a colher, traduzidas, necessariamente, no agravamento da degradação ambiental e, certamente, no fosso entre ricos e pobres.

A estes, especialmente ao Governo, o PCP reitera hoje aqui, no encerramento deste debate, que, apesar dos resultados insuficientes e pouco claros da Cimeira, exercerá, de forma apertada e rigorosa, as suas competências de controle e de fiscalização sobre a forma como o Governo irá ou não cumprir os parcisos compromissos assumidos em Joanesburgo.

Em relação à Cimeira de Joanesburgo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e a este debate, há também que assinalar algum retrocesso entre esta Cimeira e a do Rio de Janeiro há 10 anos. Enquanto no Brasil tinha havido um consenso sobre um conceito de desenvolvimento sustentável que punha em causa o modelo de crescimento económico de natureza neoliberal e que procurava pôr limites à aceitação do mercado como critério único para a acção social — espero que todos se recordem —, em Joanesburgo a mensagem assume contornos claramente contraditórios, colocando o essencial das parcerias e dos objectivos na dependência fundamental dos interesses das multinacionais e do mercado global, procurando, ao mesmo tempo, desresponsabilizar, marginalizando ou autodesresponsabilizando, as obrigações públicas inalienáveis nesta matéria.

Este é um caminho perigoso; este é um retrocesso em relação à Conferência do Rio, que importa combater, para evitar que, como alguém disse, «os objectivos do desenvolvimento sustentável possam ser sequestrados pelos interesses das grandes multinacionais».

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não é aceitável, não podemos aceitar, apesar de uma simpatia inconfessada com adeptos de ontem e com adeptos de hoje, mais ou menos reciclados, que, a partir de Joanesburgo, as teses que passem a vigorar para o desenvolvimento sustentável sejam as teses do Banco Mundial.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, parafraseando o Forum Social da Cimeira de Joanesburgo, que, curiosamente, aqui não ouvi citado, será difícil caminhar em direcções mais sustentadas e equilibradas do desenvolvimento humano sustentável «se não forem adoptadas reformas económicas e financeiras que repudiem o modelo neoliberal de desenvolvimento e de globalização».

Vozes do PCP e do BE: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves prescindiu do uso da palavra, o que também lhe agradeço.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Correspondendo ao pedido do Sr. Presidente, serei muito breve.

Quero juntar-me às outras bancadas na saudação ao Sr. Presidente pelo empenho no agendamento deste debate.

O balanço da Cimeira de Joanesburgo para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi aquele que tivemos ocasião de aqui expressar. Há um enigma por resolver, que é o daqueles que olham para a Conferência do Rio e a vêem com saudade, como sendo um imenso sucesso, e depois registam, ao fim de 10 anos, que pouco ou nada se fez desde o Rio de Janeiro.

Todavia, Sr. Presidente, nem viragem, nem miragem! Não houve viragem em Joanesburgo, infelizmente não houve, e, provavelmente, não poderia ter havido, porque não haveria ainda condições para isso.

Agora, há uma moral da história que podemos tirar deste nosso debate, é que os passos positivos que foram dados em Joanesburgo, e houve-os, com certeza, eles tiveram a marca da liderança da União Europeia. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita firmemente que os progressos em matéria da Agenda Internacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dependem muito disso, isto é, de a União Europeia manter essa liderança, e para isso contamos também com o empenho do Governo português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, por falar em empenho do Governo português — e com isto termo —, aquilo que resulta também deste debate é, do nosso ponto de vista, a circunstância de o Governo aqui ter vindo, invertendo aquela que é já uma tendência destes meses, de falta de iniciativa política nesta área do ambiente.

O Sr. Ministro não prescindirá da sua intervenção final e, com certeza, vai surpreender-nos...

O Sr. José Sócrates (PS): — Brindar-nos!

O Orador: — ... na sua última intervenção com algumas iniciativas.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, pela sua compreensão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, neste encerramento da Cimeira de Joanesburgo, vou repetir de alguma forma a expressão de oportunidade deste debate, promovido pelo Sr. Presidente, e relembrar uma frase expressa pelo nosso Primeiro-Ministro, ainda em Joanesburgo, no sentido de que, de facto, a Cimeira de Joanesburgo tinha ficado aquém do necessário, mas além das expectativas.

É bom que não nos esqueçamos do enquadramento político internacional desfavorável em que a Cimeira de Joanesburgo decorreu para analisar os seus resultados, porque para alguns partidos a Cimeira correu mal. De facto, ela correu mal para alguns partidos, porque teve resultados, mesmo no enquadramento político internacional desfavorável em que ocorreu. E gostaria também aqui de salientar e de me associar, neste caso — e provavelmente só neste caso —, à expressão de importância da articulação da posição portuguesa no seio da União Europeia com a posição que o Partido Socialista aqui expressou.

A delegação portuguesa teve um papel relevante nessa articulação e, neste encerramento, não deveríamos deixar de lembrar o papel que desempenhou na articulação da

posição da própria União Europeia, neste momento presidida pela Dinamarca.

Os principais objectivos foram alcançados, nomeadamente os que foram defendidos por Portugal no âmbito da preparação da Cimeira e que eram do conhecimento desta Assembleia; foram plenamente alcançados ou, pelo menos, foram alcançados na sua grande globalidade.

Ficámos também a saber, neste debate, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que haveria partidos políticos, que, se hoje fossem governo, estariam disponíveis, hoje, a gastar 0,7% do seu PIB para a ajuda ao desenvolvimento; ficámos esclarecidos acerca da capacidade de governo que esses partidos demonstram com este tipo de afirmações e da atenção que esses partidos, na prática, revelam relativamente aos trabalhadores portugueses, à sociedade portuguesa e àqueles que, em Portugal, ainda precisam de apoios significativos para também eles atingirem níveis de desenvolvimento dignos de um país da União Europeia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quero aqui relevar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o terem-se alcançado parcerias...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Certo!

O Orador: — ... que incluíam a oportunidade de Portugal reforçar a sua cooperação com os PALOP e a sua cooperação, nomeadamente, com Timor. Não poderei adiantar, dada a necessidade de rapidamente fazermos o ponto da situação dos trabalhos da Cimeira, os caminhos que, em relação a Timor e aos PALOP foram efectuados, no âmbito das parcerias. Mas nesse aspecto também foram dados passos importantes para aquilo que são os grandes designios de Portugal enquanto Nação.

Finalmente, Sr. Presidente, queria realçar a informação que aqui tivemos por parte do Sr. Ministro, por parte da equipa do seu Ministério e do Governo quanto à dinamização das Agendas Locais XXI, quanto à definição da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, clara declaração política de que vamos retomar o trabalho que tinha sido interrompido em 1995. Aqui, vamos claramente cumprir com a elaboração do plano nacional do desenvolvimento sustentável, aquilo que devia ter sido um objectivo concreto do governo português ao longo destes últimos anos!

Portanto, estão criadas as condições para que Portugal sustente o seu desenvolvimento no respeito do ambiente e no dos recursos naturais. Está, particularmente, neste caso a situação do regime económico-financeiro da água que o Sr. Ministro aqui anunciou e que nós saudámos.

Não quero, porém, Sr. Presidente, deixar de terminar a minha intervenção saudando pelo menos os dois dos três Deputados desta Assembleia que estiveram em Joanesburgo e que acompanharam todo este processo e que aqui estão presentes. Eles mostram bem o empenhamento neste caso do PSD, em particular, daquilo que é a nossa missão: é preocuparmo-nos com o futuro de Portugal e com o futuro de todo um planeta!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, ao qual também estendo o apelo para a síntese.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, vou procurar também ser breve, referindo duas notas e, enfim, um comentário final.

Ao longo deste debate, foram aqui feitas algumas afirmações e, de alguma forma, pedidos de esclarecimento ou de resposta da parte do Ministro, devo dizer-lhes que daqui a quatro anos de certeza absoluta que estarei em condições de responder às questões todas que me coloquem em cada Plenário, porque nessa altura serei com certeza mais telegráfico, com mais capacidade de síntese — neste momento, ainda tenho a preocupação de tentar explicar melhor e depois o tempo esgota-se. Enfim, é uma situação perversa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isto toca a todos!

O Orador: — Portanto, acreditem que não é por minha vontade, mas alguns esclarecimentos são importantes.

Srs. Deputados, quanto ao anonimato do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, a questão é esta: não estavam definidas as políticas nem as medidas, não estavam quantificadas nem calendarizadas. É um trabalho que este Governo está a fazer, neste momento, portanto, não vale a pena falarem-nos nesse Programa porque de facto o Programa é genérico. No fundo, sofre do mesmo mal que os Srs. Deputados referem para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (e com o que eu estou de acordo) e por isso nela se está a trabalhar.

Ora bem, o programa para as alterações climáticas ficou na estaca zero, portanto, como se ficou pelo documento, é preciso passar daí, é preciso dar um salto.

Quanto à redução de prazos do licenciamento industrial, Srs. Deputados, recomendo-lhes que estejam com mais atenção àquilo que o Sr. Ministro da Economia diz: a redução nos prazos para o licenciamento industrial não tem rigorosamente nada a ver com os prazos para o Ministério do Ambiente! Os prazos relativos ao Ministério do Ambiente, designadamente aos estudos de impacto ambiental,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ele enganou-se!

O Orador: — ... não são afectados, nem sequer um dia! Portanto, da parte do Ministério do Ambiente temos todas as condições para continuar a apreciar nos prazos que estão previstos os estudos de impacto ambiental. Portanto, essa é uma questão que, de facto, está perfeitamente ultrapassada.

Por outro lado, também foram aqui discutidas questões que nada têm a ver com o debate... Por exemplo, penso que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, hoje, exagerou um pouco porque, realmente, falou por três ou quatro vezes no Presidente Bush...

Risos do PSD.

Aliás, não foi o único... Às vezes dá a impressão de que o Governo português é que teve culpa de o Presidente Bush não ter ido a Joanesburgo!

Bom, quer dizer, realmente julgo que essa é uma questão que nos ultrapassa! Portanto, estar aqui a dizer que o Presidente Bush não foi a Joanesburgo... Está bem, mas o que é que nós temos a ver com isso?!

Vozes do PCP: — Mas ninguém disse que tinham!

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é mania da perseguição!

O Orador: — É tão simples, como isso!

Ora bem, quanto à coordenação da política de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável quero esclarecer o seguinte: ela é feita pelo Primeiro-Ministro, e logo por este Primeiro-Ministro. Ainda bem, por este Primeiro-Ministro! É porque este Primeiro-Ministro coordena mesmo!

Vozes do PS e do PCP: — Então, agora não podemos criticar?!

O Orador: — É que este Primeiro-Ministro coordena os Ministros! Os Ministros sabem que há um Primeiro-Ministro!

Risos do PSD.

Julgo que a Direcção da bancada do Partido Socialista não está bem na mesma forma: para já, parece que não dizem nenhum, depois, é olhar para trás! Portanto, a coordenação e o empenho do Partido Socialista vêem-se..., estão à vista!...

Mas, Srs. Deputados, penso que há aqui duas questões a extrair da Cimeira e das suas conclusões: em primeiro lugar, penso que há aqui uma questão por cima da qual todos passaram e que vou referir.

Naturalmente que a sustentabilidade do planeta, com todos os seus componentes — o saneamento, a água, a biodiversidade, a pobreza, fundos de solidariedade, enfim... —, tudo isto foi discutido na Cimeira. Mas eu lembra-lhes que há municípios portugueses que têm apenas 25% de saneamento básico...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Ah, sim?!

O Orador: — Ainda há municípios portugueses em que 75% da população não tem saneamento básico. Então, aí não se aplica o princípio da sustentabilidade?! Então, como é? Digo isto para aqueles que entendem que Portugal deveria já ter uma participação de 0,7% do PIB no fundo de solidariedade! Também penso que é fundamental que Portugal participe, que seja solidário, naturalmente, com os países em desenvolvimento, com os países mais pobres, mas temos de ter em consideração, também, a situação em que o nosso país, em que as nossas populações se encontram!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E a propósito de iniciativa política, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, garanto-lhe que a equipa do meu Gabinete vai privilegiar muito mais o trabalho na preservação,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vão «tirar o coelho da cartola»!

O Orador: — ... o trabalho nos parques naturais, por exemplo, e nas áreas protegidas,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vamos ver o que acontece à Reserva Natural de Milreu!

O Orador: — ... um correcto ordenamento do território, uma apreciação rigorosa ao nível dos planos directores municipais, dos planos de pormenor, dos planos gerais de urbanização, ao nível do abastecimento de água, do saneamento básico, dos resíduos! Mais do que estar a fazer *show off*. Nunca ouvirão esta equipa vir aqui dizer que vai fazer isto ou vai fazer aquilo. Muito mais do que isso: nós viremos dizer-vos aquilo que já fizemos e, vão ficar surpreendidos, não precisam de esperar muito tempo.

O Sr. José Sócrates (PS): — Já lá vão três meses!

O Orador: — Sr. Deputado,...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não podem fazer apartes com perguntas ao Sr. Ministro, senão nunca mais saímos daqui.

O Orador: — Mas eu termino já, Sr. Presidente.

Esta Legislatura tem quatro anos e quero dizer-lhes que, relativamente à Cimeira, é claro que penso que há aspectos positivos. Mesmo relativamente à Cimeira do Rio houve alguns aspectos positivos que têm que ver com o estabelecimento de metas em determinadas áreas, com a quantificação e a definição de objectivos. Portanto, não vale a pena, também, estar a subtrair aquilo que temos de considerar como um aspecto positivo. É óbvio que, relativamente àquilo que a comunidade internacional, designadamente, a comunidade internacional rica poderia fazer ou, do ponto de vista moral, devia fazer, com certeza que estaremos todos de acordo que se poderia ir mais longe, mas a realidade é esta.

Portanto, aquilo que deixo à vossa consideração é isto: tendo em atenção aquilo que é preciso fazer em Portugal, e que vamos fazer, justamente no domínio da sustentabilidade, mas partindo desde já para as necessidades em matéria de abastecimento da água, de saneamento básico, que têm de ser prioridades para o nosso país, a questão que vos deixo aqui é a de saber o que seria do planeta, o que seria da Terra, o que seria dos países mais pobres, se não houvesse Cimeiras como a do Rio ou a de Joanesburgo?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — Estariamos numa situação melhor? Julgo que não. Com certeza, o planeta, a Terra e a Humanidade estariam numa situação muito pior.

Portanto, pode ser um passo pequenino, mas é um passo importante em benefício dos mais pobres, dos mais desfavorecidos. Vai demorar algum tempo? Bom, mas seria com certeza pior se nada houvesse.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua colaboração, nesta minha preocupação final para concluirmos os nossos trabalhos em bom tempo.

Julgo que valeu a pena, que foi um debate do maior interesse, que a todos nós sensibilizou e que, de certo, algum eco terá na opinião pública — será com certeza um eco positivo, para os temas do desenvolvimento sustentado, temas, aliás, que, com frequência vêm ao Parlamento.

A próxima reunião plenária será amanhã, sexta-feira, dia 20 de Setembro, pelas 10 horas, tendo como ordem do dia,

como é sabido, a apreciação das alterações ao Regimento da Assembleia da República, com tempos distribuídos segundo uma grelha especial.

Chegámos ao fim dos nossos trabalhos e agradeço a todos a presença e a colaboração tão empenhada. Até amanhã, uma boa noite para todos.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 20 minutos.

Declaração de voto, enviada à Mesa, para publicação, e relativa à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 7/IX — Estabelece regras de segurança no transporte colectivo de crianças (Os Verdes)

Em nome dos Deputados do Grupo Parlamentar do PS declaro que nos abstivemos na votação do projecto de lei n.º 7/IX, apresentado por Os Verdes e que estabelece regras de segurança no transporte colectivo de crianças, por estarmos convictos de que, merecendo a matéria abordada neste projecto de lei uma nova legislação mais adequada abrangente e considerando mesmo ser urgentes as suas elaboração e aprovação, este projecto de lei agora votado — embora bem intencionado — revela grandes fragilidades, omissões e insuficiências, pelo que a sua aprovação não traria praticamente qualquer alteração significativa ao actual quadro com que actualmente se presta este serviço de enorme importância social.

O Deputado do PS, *Miguel Coelho*.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Assunção Andrade Esteves
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
Pedro Filipe dos Santos Alves
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
Augusto Ernesto Santos Silva
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Manuel de Medeiros Ferreira
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social-Democrata (PSD):

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Partido Socialista (PS):

António Fernandes da Silva Braga
Francisco José Pereira de Assis Miranda

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD):

António Henriques de Pinho Cardão
Daniel Miguel Rebelo

Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,40